



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
10ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

MARÇO/2012



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
10ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA Rodoviária FEDERAL



PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do artigo 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108/2011, da Decisão Normativa TCU nº 117/2011 e da Portaria TCU nº 123/2011.

SALVADOR, 03/2012

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ADI	Avaliação de Desempenho Individual
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres
APH	Atendimento Pré-Hospitalar
CGO	Coordenação Geral de Operações
CGPLAM	Coordenação Geral de Planejamento e Modernização
CGRH	Coordenação Geral de Recursos Humanos
CGU	Controlaria-Geral da União
CIEE	Centro de Integração Empresa Escola
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNH	Carteira Nacional de Habilitação
COEN	Coordenação Geral de Ensino
CRET	Comissão Regional de Educação para o Trânsito
CRLV	Certificado de Registro e Licenciamento Veicular
CSR	Comando de Saúde Rodoviário
CTB	Código de Trânsito Brasileiro
DENATRAN	Departamento Nacional de Trânsito
DETRAN	Departamento Estadual de Trânsito
DG	Direção Geral
DISAS	Divisão de Saúde e Assistência Social
DITRAN	Divisão de Trânsito
DN	Decisão Normativa
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DPRF	Departamento de Polícia Rodoviária Federal
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IN	Instrução Normativa
INFOSEG	Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública
IS	Instrução de Serviço
ISDN	<i>Integrated Services Digital Network</i> (Rede Digital de Serviços Integrados)
LOA	Lei Orçamentária Anual
MJ	Ministério da Justiça
MPO	Manual de Procedimentos Operacionais
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
NUAD	Núcleo de Execução Administrativa
OS	Ordem de Serviço
PF	Pessoas Fiscaalizadas
PI	Plano Interno
PNSP	Programa Nacional de Segurança Pública
PPA	Plano Plurianual
PR	Procuradoria da República

PRF	Polícia Rodoviária Federal
RFB	Receita Federal do Brasil
RG	Relatório de Gestão
RP	Restos a Pagar
SENAT	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SEST	Serviço Social do Transporte
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais do Governo Federal
SIASG	
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Governo Federal
SIGER	Sistema de Informações Gerenciais
SIORG	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SPIUNET	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU/RR	Superintendência do Patrimônio da União em Roraima
SRP	Sistema de Registro de Preços
TA	Testes de Alcoolemia
TCU	Tribunal de Contas da União
UCC	Unidade Centralizadora de Compras
UFRR	Universidade Federal de Roraima
UJ	Unidade Jurisdicionada
UO	Unidade Orçamentária
UOP	Unidade Operacional
VF	Veículos Fiscalizados

LISTA DE QUADROS

- I. Identificação da UJ
- II. Estrutura Organizacional
- III. Programas de Governo
- IV. Demonstrativo da Execução do Programa 1386
- V. Demonstrativo da Execução do Programa 0663
- VI. Demonstrativo da Execução do Programa 0750
- VII. Execução Física das Ações Realizadas pelo DPRF
- VIII. Identificação das Unidades Orçamentárias
- IX. Programação de Despesas Correntes
- X. Programação de Despesas Capital
- XI. Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência
- XII. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa
- XIII. Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação
- XIV. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação
- XV. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação
- XVI. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos
- XVII. Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores
- XVIII. Composição do Quadro de Recursos Humanos
- XIX. Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ
- XX. Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária
- XXI. Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade
- XXII. Composição do Quadro de Servidores Inativos
- XXIII. Composição do Quadro de Instituidores de Pensão
- XXIV. Composição do Quadro de Estagiário
- XXV. Quadro de Custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2009, 2010 e 2011
- XXVI. Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada
- XXVII. Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados
- XXVIII. Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva Unidade Contratante
- XXIX. Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra
- XXX. Relatório de execução do Plano de Capacitação – 2011
- XXXI. Modelo de declaração de inserção de dados no SIASG e SICONV
- XXXII. Estrutura de controles internos da UJ
- XXXIII. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis
- XXXIV. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União
- XXXV. Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ
- XXXVI. Gestão da Tecnologia da Informação da unidade jurisdicionada
- XXXVII. Despesa com Cartão de Crédito Corporativo e por Portador
- XXXVIII. Despesa com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)
- XXXIX. Informações sobre Recomendação da Unidade de Controle Interno ou de Auditoria Interna Atendida no Exercício – Item 001

- XL. Informações sobre Recomendação da Unidade de Controle Interno ou de Auditoria Interna Atendida no Exercício – Item 002
- XLI. Informações sobre Recomendação da Unidade de Controle Interno ou de Auditoria Interna Atendida no Exercício – Item 003
- XLII. Informações sobre Recomendação da Unidade de Controle Interno ou de Auditoria Interna Atendida no Exercício – Item 004
- XLIII. Informações sobre Recomendação da Unidade de Controle Interno ou de Auditoria Interna Atendida no Exercício – Item 005
- XLIV. Informações sobre Recomendação da Unidade de Controle Interno ou de Auditoria Interna Atendida no Exercício – Item 006
- XLV. Informações sobre Recomendação da Unidade de Controle Interno ou de Auditoria Interna Atendida no Exercício – Item 037
- XLVI. Informações sobre Recomendação da Unidade de Controle Interno ou de Auditoria Interna Atendida no Exercício – Item 049

LISTA DE GRÁFICOS

- I. Acidentes de trânsito por 10.000 veículos
- II. Vítimas não fatais leves e graves em acidentes de trânsito por 10.000 veículos
- III. Vítimas fatais em acidentes de trânsito por 10.000 veículos
- IV. Vítimas de acidentes de trânsito por 10.000 veículos
- V. Vítimas não fatais leves e graves em acidentes de trânsito por 100.000 habitantes
- VI. Vítimas fatais de acidentes de trânsito por 100.000 habitantes
- VII. Índice de Motorização para cada 100 habitantes
- VIII. Número de servidores capacitados

INTRODUÇÃO	13
A – CONTEÚDO GERAL	14
1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL.....	14
1.1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	14
QUADRO I – IDENTIFICAÇÃO DA UJ	14
1.2. IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES DESCENTRALIZADAS	15
1.3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA 10ª SRPRF/BA	16
QUADRO II – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	16
2. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	17
2.1. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	17
2.1.1. <i>Competência Institucional</i>	17
2.1.2. <i>Objetivos Estratégicos</i>	18
2.2. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS.....	19
2.2.1. <i>Análise do andamento do plano estratégico</i>	19
2.2.2. <i>Análise do plano de ação referente ao exercício de 2011</i>	19
2.3. PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE	19
2.3.1. <i>Execução dos Programas de Governo</i>	20
2.3.1.1. <i>Programa 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal</i>	20
2.3.1.1.1. <i>Ação 1D49 – Construção de edifício-sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal</i>	21
2.3.1.1.2. <i>Ação 200C – Aquisição de veículos especiais e aeronaves para policiamento da malha rodoviária</i>	21
2.3.1.1.3. <i>Ação 200G – Construção e ampliação de bases operacionais e unidades</i>	22
2.3.1.1.4. <i>Ação 8698 – Manutenção e modernização dos sistemas de tecnologia da informação</i>	22
2.3.1.1.5. <i>Ação 8623 – Reforma de bases operacionais e unidades da Polícia Rodoviária Federal</i>	22
2.3.1.2. <i>Programa 0663 – Segurança pública nas rodovias federais</i>	23
2.3.1.2.1. <i>Ação 2B11 – Monitoramento, controle e fiscalização eletrônica da malha rodoviária federal</i>	24
2.3.1.2.2. <i>Ação 2524 – Capacitação dos servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal</i>	25
2.3.1.2.3. <i>Ação 2720 – Ações de caráter sigiloso na área de segurança pública</i>	25
2.3.1.2.4. <i>Ação 2723 – Policiamento ostensivo nas rodovias e estradas federais</i>	25
2.3.1.2.5. <i>Ação 2816 – Serviço de inteligência da Polícia Rodoviária Federal</i>	26
2.3.1.2.6. <i>Ação 4290 – Atividades de saúde nas rodovias federais</i>	26
2.3.1.2.7. <i>Ação 4641 – Publicidade de utilidade pública</i>	26
2.3.1.2.8. <i>Ação 86A1 – Processamento e arrecadação de multas aplicadas pela PRF</i>	27
2.3.1.2.9. <i>Ação 8692 – Educação de trânsito para usuários das rodovias federais</i>	27
2.3.1.3. <i>Programa 0750 - Apoio Administrativo</i>	27
2.3.1.3.1. <i>Ação 2000 – Administração da unidade</i>	28
2.3.1.3.2. <i>Ação 2004 – Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes</i>	28
2.3.1.3.3. <i>Ação 2010 – Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores e empregados</i>	29
2.3.1.3.4. <i>Ação 2011 – Auxílio-transporte aos servidores e empregados</i>	29
2.3.1.3.5. <i>Ação 2012 – Auxílio-alimentação aos servidores e empregados</i>	29
2.3.1.3.6. <i>Ação 09HB – Contribuição da União, de suas autarquias e fundações para o custeio</i>	

do regime de previdência dos servidores públicos federais.....	29
2.3.1.3.7. Ação 20CW – Assistência médica aos servidores e empregados - exames periódicos	30
2.3.2. Execução física das ações realizadas.....	30
2.4. DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	35
2.4.1. Programação Orçamentária da Despesa.....	35
2.4.1.1. Programação de despesas correntes	36
Fonte: SIAFI Gerencial.....	36
2.4.1.2. Programação de despesas de capitais	36
2.4.1.3. Quadro resumo da programação de despesas e da reserva de contingência	37
2.4.1.4. Movimentação Orçamentária por grupo de despesa.....	38
2.4.2. Execução Orçamentária da despesa	39
2.4.2.1. Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ.....	39
2.4.2.2. Execução Orçamentária de Créditos recebidos pela UJ por Movimentação.....	39
2.4.2.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação	40
2.4.2.2.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação.....	40
2.4.2.2.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação.....	42
2.4.2.3. Conclusões quanto à Execução Orçamentária	43
2.4.3. Indicadores Institucionais	43
2.4.3.1. Programa 0663.....	43
2.4.3.1.1. Multas de Trânsito Aplicadas.....	44
2.4.3.1.2. Resultados das ações operacionais desenvolvidas	45
2.4.3.1.3. Acidentes de Trânsito	46
2.4.3.1.4. Operações realizadas pela 10ª SRPRF/BA	51
2.4.3.1.5. Resultados operacionais da 10ª SRPRF/BA.....	62
2.4.3.1.6. Assistência à saúde, resgate e socorro nas Rodovias Federais	63
2.4.3.2. Programa 1386.....	67
2.4.3.3. Programa 0750.....	67
3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS	68
3.1. ANÁLISE CRÍTICA	69
4. MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	70
4.1. PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	70
4.2. ANÁLISE CRÍTICA.....	70
5. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	72
5.1. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS	72
5.1.1. Quadro de servidores ativos.....	72
5.1.2. Situações que reduzem a força de trabalho da UJ.....	73
5.1.3. Quadro de recursos humanos por faixa etária.....	74
5.1.4. Quadro de recursos humanos por nível de escolaridade	74
5.2. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS	74
5.2.1. Servidores Inativos	75
5.2.2. Instituidores de Pensão	75
5.3. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS.....	75
5.4. QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS NOS EXERCÍCIOS 2009, 2010 E 2011	75

5.5. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	76
5.5.1. Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão ..	76
5.5.2. Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados	77
5.5.3. Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade	77
5.5.4. Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão	78
5.6. INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS	79
5.6.1. Absenteísmo	79
5.6.2. Acidentes de trabalho e doenças ocupacionais	80
5.6.3. Movimentação processual	80
5.6.4. Rotatividade (turnover)	81
5.6.5. Educação continuada	81
5.6.5.1. A Capacitação Regional	81
5.6.5.2. Ensino à Distância (Capacitação à Distância – Treinamento Funcional)	82
5.6.5.3. Ensino Presencial (AÇÃO: 2524 - Capacitação do Policial Rodoviário Federal)	83
5.6.5.4. Capacitação para o público externo	87
5.6.5.5. Educação para o Trânsito (Ação 8692 – Educação de Trânsito para Usuários das Rodovias Federais)	87
5.6.5.6. Estratégias do NUCAP/BA para 2011	88
5.6.5.7. Conclusão	89
5.6.6. Satisfação e Motivação	89
5.6.7. Desempenho funcional	89
5.6.8. Níveis salariais	90
5.6.9. Demandas trabalhistas	90
5.6.10. Disciplina	90
5.6.10.1. Acompanhamento Gerencial de Serviço (AGS)	91
5.6.10.2. Aproximação das Corregedorias com as Comissões de Ética	91
5.6.10.3. Execução de atividades pelo NUIAI	91
5.6.10.4. Movimentação cartorária	92
5.6.10.5. Dos Procedimentos Disciplinares	93
5.6.10.6. Reestruturação da Corregedoria Regional e do Núcleo de Assuntos Internos	94
5.6.10.7. Capacitação em procedimento administrativo disciplinar	94
5.6.10.8. Conclusão	95
5.7. ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A SITUAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS	95
6. INFORMAÇÃO SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, CONTRATO DE REPASSE, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO, TERMO DE COMPROMISSO OU OUTROS ACORDOS, AJUSTES OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES, VIGENTES NO EXERCÍCIO 2011	97
6.1. TRANSFERÊNCIAS EFETUADAS NO EXERCÍCIO	97
6.1.1. Relação dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de 2011	97
6.1.2. Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios	97
6.1.3. Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2012 e seguintes	97
6.2. INFORMAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AOS CONVÊNIOS, TERMOS DE COOPERAÇÃO E CONTRATOS DE REPASSE	97
6.2.1. Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de	

<i>repassse</i>	97
6.3. ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A SITUAÇÃO DA GESTÃO DAS TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO E SEUS EFEITOS NO MÉDIO E LONGO PRAZO	97
7. DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL ATESTANDO QUE AS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS E CONVÊNIOS ESTÃO DISPONÍVEIS E ATUALIZADAS, RESPECTIVAMENTE, NO SIASG E NO SICONV.	98
8. INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1993, RELACIONADAS À ENTREGA E AO TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS.	99
9. FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	100
9.1. ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ.....	100
10. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	103
10.1. GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....	103
11. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO	105
11.1. GESTÃO DE BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL.....	105
11.1.1. <i>Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de propriedade da União..</i>	105
11.1.2. <i>Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial locados de terceiros</i>	105
11.1.3. <i>Discriminação dos bens imóveis de propriedade da União sob a responsabilidade da UJ</i>	105
12. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	108
12.1. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI).....	108
13. INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	110
13.1. DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO.....	110
13.2.UTILIZAÇÃO DOS CARTÕES DE CRÉDITO CORPORATIVO DA UNIDADE	111
14. RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS.....	112
15. INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO.....	113
15.1. DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	113
15.2. DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO	113
15.3. RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	113
15.4. RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO	113
16. INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO.....	114
B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO.....	121
1. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL.....	121



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Ministro de Estado da Justiça

José Eduardo Martins Cardozo

Secretário-Executivo

Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto

Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração

Sylvio Rômulo Guimarães de Andrade Júnior

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

Diretor Geral

Maria Alice Nascimento Souza

10ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

Superintendente Regional

George Silva Paim

Seção de Policiamento e Fiscalização

Virgílio de Paula Tourinho

Seção Administrativa e Financeira

Adirlei Hiroshi Kabutomori

Seção de Correição de Disciplina

Vinícius Behrmann Bento

Seção de Recursos Humanos

Fábio Cruz Bandeira

MISSÃO INSTITUCIONAL

Zelar pela Segurança Pública nas Rodovias Federais

INTRODUÇÃO

Instrumento de planejamento, acompanhamento e avaliação da gestão institucional, o presente Relatório de Gestão foi elaborado em consonância com a Instrução Normativa nº 63, de 1º de setembro de 2010, com a Decisão Normativa TCU nº 108/2011 e Portaria TCU nº 123/2011, que deverá compor o relatório de Tomada de Contas Anual, relativamente ao exercício de 2011.

Este relatório visa dar transparência as metas, os resultados consolidados e a destinação dos recursos contemplados nos Programas de Governo 0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais, 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal, 0750 – Apoio Administrativo e 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania, no âmbito da 10ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal. Desse modo, torna-se o instrumento de acompanhamento orçamentário e financeiro, bem como de avaliação do funcionamento dos serviços a partir de critérios definidos de eficiência, eficácia e efetividade das ações desenvolvidas nesta Regional.

Em seu conteúdo, o Relatório de Gestão, conforme já referido, exibirá as realizações, os resultados operacionais, bem assim o impacto alcançado em função das ações desempenhadas, considerando a estrutura atual dentro do Estado da Bahia atrelada aos recursos consignados e consequentemente aplicados, cujos resultados obtidos subsidiam a tomada de decisões no que concerne à gestão administrativa desta regional.

Este Relatório sintetiza planejamento e resultados de modo que se possibilite a visualização das ações desenvolvidas pela 10ª Superintendência no decorrer do exercício de 2011 e a aplicação dos recursos financeiros, fornecendo subsídios para o planejamento de políticas voltadas a área de segurança pública e serviços ao cidadão.

Para a sua elaboração foram utilizados como instrumentos norteadores o Plano Plurianual (PPA), o Orçamento autorizado na LOA 2011 e os relatórios de atividade das diversas áreas da Administração Regional e de suas respectivas Delegacias, o que possibilita uma perspectiva macro de todo processo evolutivo ao longo do ano de 2011.

Com o presente documento, 10ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal encerra o exercício, objetivando sua missão institucional como processo permanente de gestão, por sua prática da responsabilidade social, pelo compromisso garantidor a segurança, a cidadania e a integridade física e patrimonial dos usuários das rodovias federais.

GEORGE SILVA PAIM
Superintendente Regional da 10ª SRPRF/BA

A – CONTEÚDO GERAL**1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL****1.1. Identificação da Unidade Jurisdicionada**

QUADRO I – Identificação da UJ

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de vinculação: Ministério da Justiça		Código SIORG: 000316	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: 10ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal			
Denominação abreviada: 10ª SRPRF/BA			
Código SIORG: 002835	Código LOA: Não se aplica	Código SIAFI: 200114	
Situação: Ativa			
Natureza jurídica: Órgão Público da administração direta do Poder Executivo			
Principal atividade: Segurança e ordem pública		Código CNAE: 8424-8/00	
Telefones de contato:	(71) 2101-2205 (71) 2101-2208	Fax de contato:	(71) 2101-2209
Endereço eletrônico: sup.ba@dprf.gov.br			
Página institucional na internet: www.dprf.gov.br			
Endereço Postal: Avenida Frederico Pontes, nº 151, bairro Comércio, Salvador/BA – CEP: 40460-000.			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da UJ: Constituição Federal (Art. 144), Lei nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro), Decreto nº 1.655/1995.			
Outras normas infralegais: Decreto nº 6.061/2007 e Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 1.375/2007, do Senhor Ministro de Estado da Justiça.			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI			
200114			
Denominação completa: 10ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal			
Denominação abreviada: 10ª SRPRF/BA			

1.2. Identificação das Unidades Descentralizadas

I. Unidade Regional:

10ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal – Bahia
UG 200114

II. Equipe Administrativa (em 31/12/2011):

- a) Superintendente:
George Silva Paim
- b) Superintendente Substituto:
Virgílio de Paula Tourinho
- c) Seção de Policiamento e Fiscalização:
Virgílio de Paula Tourinho
- d) Seção Administrativa e Financeira:
Adirlei Hiroshi Kabutomori
- e) Seção de Correição e Disciplina:
Vinícius Behrmann Bento
- f) Seção de Recursos Humanos:
Fábio Cruz Bandeira
- g) Núcleo de Inteligência:
Fidel Vieira Pinto
- h) Núcleo de Apoio Técnico:
Rodrigo Garcia de Souza Dantas
- i) Núcleo de Comunicação Social:
Mércia Maria Lemos de Oliveira

- j) Chefes de Delegacia:
 - Simões Filho/BA
Junaldo Gonçalves Correia
 - Feira de Santana/BA
Israel Ivo Menezes Melo
 - Jequié/BA
Amando Borges Júnior
 - Senhor do Bonfim/BA
Magnun Guanais de Andrade
 - Itabuna/BA
Marcus Vinícius Rodrigues
 - Seabra/BA
Leandro do Espírito Santo Carneiro
 - Paulo Afonso/BA
Antônio Jorge Azevedo Barbosa
 - Vitória da Conquista/BA
Tônia Viana Rocha
 - Eunápolis/BA
Luiz Gonzaga da Silva
 - Barreiras/BA
Vanderlúcio Alves dos Santos

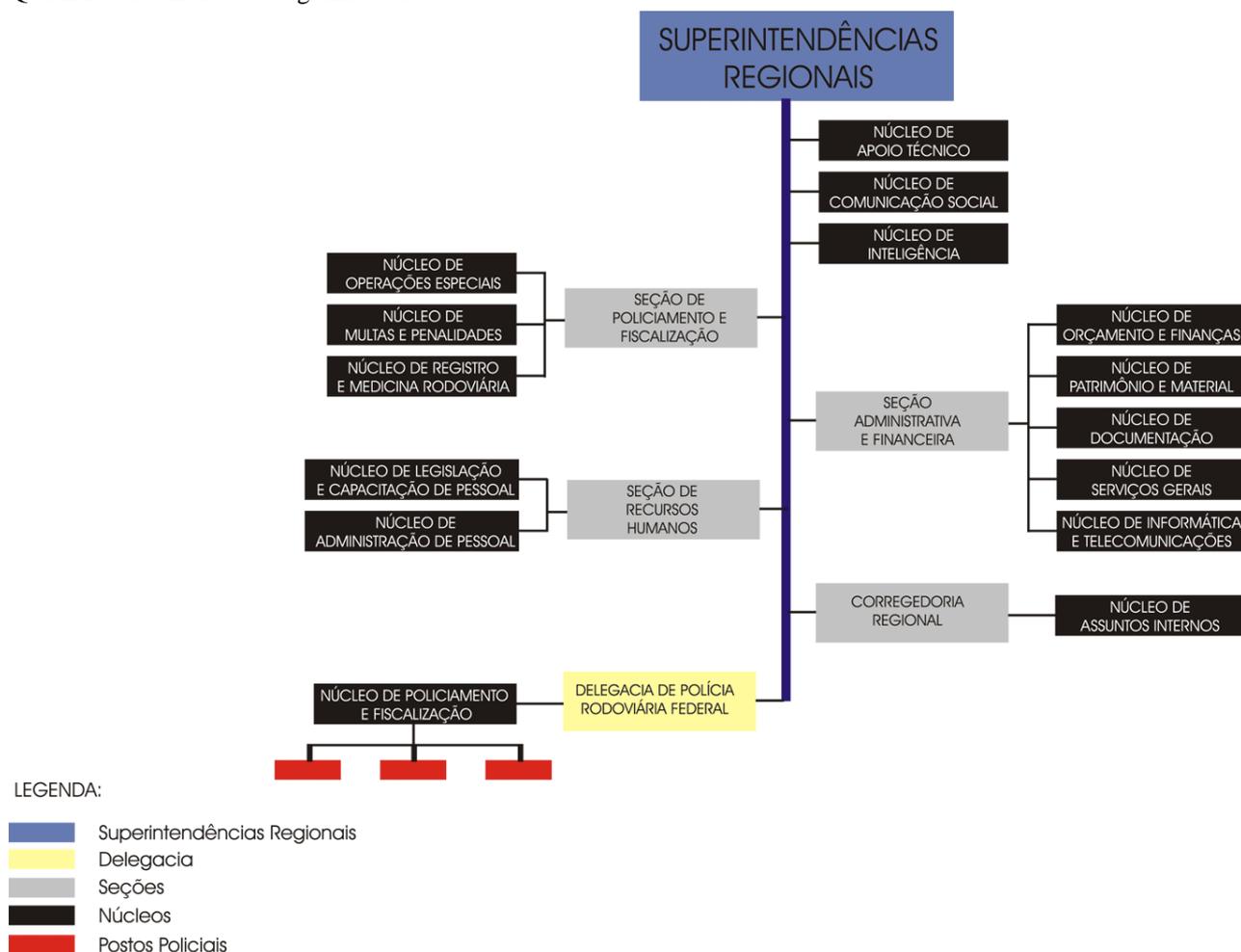
III. Circunscrição da Regional:

a) Abrangência territorial da Unidade Regional: Bahia

b) Malha viária: BR's 110, 324, 420, 101, 116, 605, 330, 235, 407, 415, 251, 242, 423, 349, 410, 030, 122, 342, 430, 367, 489, 498, 418, 020, 135, totalizando 6.481 Km.

1.3. Estrutura Organizacional da 10ª SRPRF/BA

QUADRO II – Estrutura Organizacional



2. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

2.1. Responsabilidades Institucionais da Polícia Rodoviária Federal

2.1.1. Competência Institucional

A missão Constitucional da Polícia Rodoviária Federal, referenciada pela Carta Magna de 1988, em seu art. 144, estabelece como fator primordial o patrulhamento das rodovias federais, que se estende em mais de 61.000 km de vias nacionais sob sua circunscrição.

As atividades operacionais da 10ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal são difundidas em todo estado da Bahia, dada a sua estruturação que contempla uma unidade administrativa central, sediada em Salvador, com 10 Delegacias subdivididas em 26 postos fixos de fiscalização dentro dos 6.481 km de rodovias federais dentro do Estado da Bahia.

O desenvolvimento de suas atribuições constitucionais perpassa por duas principais vertentes: o Sistema de Segurança Pública e o Sistema de Segurança Viária, que estabelecem um conjunto de atividades consoante os seus compromissos regimentais com a segurança pública e a valorização da vida.

O Departamento de Polícia Rodoviária Federal se insere no Sistema de Segurança Pública, juntamente com o Departamento de Polícia Federal, Secretaria Nacional de Segurança Pública, e sua atuação nos Estados e Municípios.

As características que diferenciam a PRF das demais instituições decorrem do modal rodoviário, tendo em vista que esta representa o elo de integração nacional realmente consolidado pela capilaridade das rodovias do país, de modo presente em todo o país, atuando por vezes como única identificação do Governo Federal com a população.

O patrulhamento ostensivo das rodovias federais, função que a Carta Magna atribui à Polícia Rodoviária Federal, concretiza-se por meio da presença física do agente público e da ação policial direta, visando à preservação da incolumidade pública e a manutenção da paz social, tanto nas vias sob sua responsabilidade quanto nas áreas adjacentes.

A 10ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal vem ao longo dos últimos anos exercendo papel fundamental no combate aos mais diversos tipos de crimes que ocorrem nas rodovias federais baianas e suas imediações. São notórios os resultados obtidos no combate à pirataria, ao contrabando e ao descaminho e, principalmente, ao tráfico de drogas, armas pessoais e animais silvestres. Cumpre salientar que este órgão policial atua ainda na recuperação de carros roubados ou furtados e na luta contra a exploração sexual de crianças e adolescentes.

No tocante ao Sistema de Segurança Viária, a ação da 10ª Superintendência, a atuação se insere em um conjunto de atribuições de prevenção a acidentes, educação para o trânsito, prestação de socorro a vítimas e política de proximidade do cidadão.

Esta Instituição tem buscado ao longo dos anos uma ação mais efetiva para a redução das vítimas de acidentes, através da assistência direta e a orientação, através de campanhas educativas e ações junto àqueles que trafegam nas rodovias.

Outro preponderante fator é o planejamento de ações da Instituição juntamente com os demais órgãos de segurança pública, de fiscalização nas esferas federal e estadual para, cada vez mais, prestar um serviço relevante e de qualidade à sociedade, beneficiária de todas as atividades empreendidas pela Polícia Rodoviária Federal.

2.1.2. Objetivos Estratégicos

As características inerentes ao trânsito rodoviário favorecem a proliferação das ações criminosas e dificultam o combate a ser exercido, devido a grande extensão da malha viária dentro do Estado da Bahia. Vários tipos de crimes ocorrem ao longo das rodovias, tais como os crimes de assalto a bancos, o transporte ilegal de madeiras e animais silvestres, a exploração sexual infantil, o tráfico de pessoas, o tráfico de drogas, contrabando, o descaminho, o transporte de materiais irregulares e falsificados, dentre outros.

O foco de atuação da 10ª Superintendência está inserido em uma visão de real proteção ao cidadão, proporcionada pelo braço identificado do Estado, de forma preventiva, aliada à necessária repressão do crime, mostrando-se presente nas principais localidades de nosso Estado assim como nas localidades onde existem maiores registro de crimes contra o cidadão, estabelecimentos e demais órgãos.

Por outro lado, os acidentes de trânsito representam prejuízos incalculáveis à economia e à sociedade brasileira, pois os componentes de consequências desfavoráveis de um acidente de trânsito interferem na saúde pública pelo alto índice de dispêndios governamentais com o tratamento hospitalar dispensado às vítimas, pela interferência na vida em família, pelos danos irreparáveis das vítimas, pelos prejuízos à população economicamente ativa, pelo prejuízo de cargas e veículos sinistrados, dentre muitos outros que compõem prejuízos financeiros elevados, além dos danos intangíveis e irreparáveis na vida social e familiar do cidadão.

Desta forma, a atuação da 10ª Superintendência busca reduzir o número de acidentes em nossas rodovias federais, buscando, assim, a redução dos danos causadores de tantos prejuízos materiais e psicológicos.

Outros fatores identificados na situação social do país e de nosso Estado são as manifestações reivindicatórias das mais diversas formas, desde os movimentos para reforma agrária, passando pelas manifestações de comunidades indígenas, comuns no extremo sul baiano, onde, frequentemente, há o bloqueio de rodovias federais trazendo inúmeros prejuízos à população, bem como o apoio à sociedade nas situações de calamidade pública, como enchentes, queimadas e queda de barreiras e estradas.

Os objetivos estratégicos definidos para 2011 foram:

- atingir ou superar a meta de redução de acidentes em rodovias federais, estipulada em 26,00 acidentes por 10.000 veículos;
- atingir ou superar a meta de redução de mortalidade em rodovias federais estipulada em 1,40 mortos por 10.000 veículos;
- iniciar a elaboração do planejamento estratégico DPRF 2011-2016;
- implantação do sistema integrado de gestão;

2.2. Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

2.2.1. Análise do andamento do plano estratégico

Foi ministrado curso sobre gestão estratégica para lideranças e o Curso Técnico sobre diagnóstico estratégico institucional. Foi realizada a pesquisa de campo através de lideranças internas (Diretor, Coordenadores-Gerais, Superintendentes, etc.) e lideranças externas (ANTT, MPOG, DENATRAN, CGU, Min, Transportes, etc.).

Representantes da 10ª Superintendência participaram ativamente de todos os encontros relacionados ao planejamento estratégico do DPRF. A construção deste novo cenário dentro da Polícia Rodoviária Federal fez com que seus Gestores tivessem um envolvimento cada vez maior dentro dos estudos propostos enriquecendo assim todo o processo de construção deste planejamento.

Neste diapasão, houve o Seminário sobre o Diagnóstico Estratégico Institucional, realizado no final de dezembro de 2010, em Brasília-DF, contando com a presença de todos os Superintendentes Regionais para a elaboração do Sistema de Planejamento e Gestão Estratégica, o qual utiliza a metodologia *Balanced Scorecard* alinhada à Gestão por Competências. Como consequência foi apresentado o Mapa estratégico da PRF para 2011-2016, além da Missão, Visão e Valores da Instituição.

Dentro da 10ª Superintendência buscou-se disseminar aos demais colaboradores todas as ações resultantes deste planejamento, buscando um envolvimento coletivo com o objetivo de alcançar os resultados e por consequência dar a população um serviço eficaz e satisfatório.

2.2.2. Análise do plano de ação referente ao exercício de 2011

As principais estratégias da PRF no ano de 2011 foram:

- capacitação gerencial de todos os chefes de delegacia;
- capacitação de todo efetivo nos módulos de abordagens e tiro;
- implementar o projeto de monitoramento de viaturas;
- maximizar a utilização de radares fotográficos em trechos críticos de acidentes;
- dar prosseguimento a obra da Sede do DPRF;
- execução das obras dos projetos de reforma de postos contratados em 2008;
- implementação de ferramenta informatizada dos procedimentos da área administrativa através dos seguintes módulos: módulo Contratos do Sistema de Patrimônio, Almoarifado e Contratos – SIPAC.
- capacitação de servidores a fim de habilitar os gestores e técnicos do DPRF a elaborarem o Sistema de Planejamento e Gestão Estratégica utilizando a metodologia *Balanced Scorecard* alinhada a Gestão por Competências da Polícia Rodoviária Federal.

2.3. Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade

A análise dos programas de governo sob a responsabilidade da UJ será realizada mediante dois demonstrativos, quais sejam: Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade do

DPRF e Execução Física das ações realizadas pelo DPRF. O primeiro compreende uma série de informações sobre os resultados alcançados pelo DPRF e estão disponíveis no relatório de gestão daquela UG, enquanto o segundo apresenta os resultados físicos alcançados pelo DPRF na gestão das ações inscritas na Lei Orçamentária Anual (LOA) do exercício 2011.

No Plano Plurianual (PPA) 2008-2011, o DPRF é responsável por vários Programas de Governo, sendo que para o DPRF foram descentralizados recursos, principalmente, para os seguintes programas:

QUADRO III – Programas de Governo

Código	Descrição do Programa	Quantidade de Ações
0663	Segurança Pública nas Rodovias Federais	06
0750	Apoio Administrativo	01
1386	Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal	03

O Objetivo do Programa 0663 é aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a repressão de ações delituosas e redução dos acidentes de trânsito. Os beneficiários são os usuários das rodovias e estradas federais e as pessoas que residem às margens das rodovias federais.

O Programa 0750 é um programa de Apoio Administrativo comum a todos os órgãos da administração pública federal.

O objetivo do Programa 1386 é prover a PRF de estrutura física e seus meios finalísticos de potencial laborativo, a fim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança pública. Os beneficiários são o DPRF e os usuários de rodovias federais.

2.3.1. Execução dos Programas de Governo

2.3.1.1. Programa 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal

QUADRO IV – Demonstrativo da Execução do Programa 1386

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA	1386
Denominação	Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal
Tipo do Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura e seus meios finalísticos de potencial laborativos, a fim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança pública.
Objetivos Específicos	1D49 - Construção do Edifício-Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal. 200C - Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária. 200G - Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária

	Federal. 8698 - Manutenção e Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação. 8623 - Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal.					
Gerente	Ricardo Max de Oliveira Pereira					
Público Alvo	Departamento de Polícia Rodoviária Federal					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
93.401.321,00	97.943.885,00	1.846.119,06	1.229.962,43	1.229.962,43	616.156,63	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	%	02/01/2007	56,12	80,00	80,00	62,47
Fórmula de Cálculo do Índice						
Relação percentual entre o número de unidades operacionais que possuem estrutura adequada em relação ao total de unidades operacionais existentes.						
Análise do Resultado Alcançado						
Em 2011 a reforma de unidades foi proibida por decreto presidencial, prejudicando sobremaneira o atingimento das metas deste programa, A meta final foi estipulada no início do PPA com a previsão de que os recursos seriam abundantes no final do PPA em virtude da conclusão da nova sede prevista para 2009, porém, a empresa quebrou e atrasou toda a conclusão da nova sede, prejudicando o planejamento do repasse de recursos para a execução de reforma dos postos.						
Fonte: Nupla/CGPLAM/DPRF						

2.3.1.1.1. Ação 1D49 – Construção de edifício-sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Projeto
Finalidade	Dotar o DPRF de Edifício Sede, em Brasília - DF, que possua estrutura física compatível à suas funções administrativas e operacionais, no sentido de melhor atender aos seus clientes internos e externos.
Descrição	Edificação do complexo central do DPRF, composto de edifício sede, academia, alojamentos, refeitório e centro de convenções localizada na cidade de Brasília/DF, a ser realizada através de certame licitatório, mediante projeto básico definido pela área de engenharia da Polícia Rodoviária Federal.

2.3.1.1.2. Ação 200C – Aquisição de veículos especiais e aeronaves para policiamento da malha rodoviária

Tipo	Atividade
Finalidade	Adquirir veículos e aeronaves que garantam a logística de transporte necessária ao patrulhamento das rodovias e estradas federais, ao combate ao crime e ao resgate de vítimas.
Descrição	Aquisição de viaturas e aeronaves de resgate, motocicletas tipo policial e demais viaturas especiais que se façam necessárias ao bom funcionamento da Polícia Rodoviária Federal.

2.3.1.1.3. Ação 200G – Construção e ampliação de bases operacionais e unidades

Tipo	Atividade
Finalidade	Prover a estrutura organizacional do DPRF de instalações físicas e edificações aptas ao desenvolvimento de suas atividades laborativas. Atender às novas demandas da sociedade em Segurança Pública nas Rodovias, Estradas Federais e suas áreas marginais, gerando condições físicas favoráveis à melhor aplicabilidade e representatividade do Estado em todas as Regiões Brasileiras, sob um foco estratégico.
Descrição	Construção e ampliação de edificações que resultam diretamente no desenvolvimento das atividades da Instituição, com instalações modernas, seguras, representativas, funcionais que permitam a total integração entre todos os órgãos de Segurança Pública de Governo, com o objetivo principal de representar e exercer, efetivamente, o Poder de Polícia nas diversas áreas do país.

2.3.1.1.4. Ação 8698 – Manutenção e modernização dos sistemas de tecnologia da informação

Tipo	Atividade
Finalidade	Manutenir e modernizar os sistemas/equipamentos de telecomunicação e informática, propiciando o efetivo funcionamento, sem interrupções, dos sistemas de Tecnologia da Informação do DPRF a fim de proporcionar à sociedade, o acesso contínuo aos serviços e informações sobre rodovias, multas de processos, através da internet, correio eletrônico e outros meios disponíveis, agilizando e facilitando a comunicação com a Polícia Rodoviária Federal.
Descrição	Reforma, modernização e manutenção de torres de comunicação e repetidoras. Manutenção da rede de dados e telefonia do órgão. Manutenção dos sistemas. Manutenção dos equipamentos de informática. Suprimentos de Informática. Pagamento de diárias e passagens para a equipe técnica. Contratação de empresas e consultorias especializadas para analisar as demandas e desenvolver projetos de melhoria dos sistemas. Desenvolvimento de sistemas computacionais para utilização pela sociedade para obter informações sobre processos, condições de rodovias, acidentes, estatísticas, consulta de infrações, comunicação de roubo e furto de veículos, emissão de autorizações, etc. Aquisição e instalação de torres de comunicação e repetidoras (estações de reprodução dos sinais de rádio), ampliar e manter a rede de dados e de telefonia do órgão. Aquisição de equipamentos de rádio comunicação, telefonia e rede de dados. Aquisição de computadores e demais equipamentos para as unidades operacionais. Aquisição e implantação de programas e equipamentos voltados para a segurança da rede de dados e dos sistemas de comunicação.

2.3.1.1.5. Ação 8623 – Reforma de bases operacionais e unidades da Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Atividade
Finalidade	Adequar as instalações físicas e edificações do DPRF aos conceitos e normatizações atualizados em segurança ergonômica e inclusão social, franqueando suas instalações ao acesso de deficientes físicos e portadores de deficiência motora.

Descrição	Reformas dos espaços físicos existentes, adequando as necessidades do órgão, no que tange o desenvolvimento de sua atividade finalística e meio, considerando as condições de infraestrutura dos imóveis repassados pelo antigo Departamento Nacional de Estradas e Rodagens, as novas demandas na área de Segurança Pública e a Instrução Normativa nº 10/DG/DPRF/MJ.
-----------	--

2.3.1.2. Programa 0663 – Segurança pública nas rodovias federais

QUADRO V - Demonstrativo da Execução do Programa 0663

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA	0663					
Denominação	Segurança pública nas rodovias federais					
Tipo do Programa	Finalístico					
Objetivo Geral	Aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a prevenção e repressão de ações delituosas e redução dos acidentes de trânsito.					
Objetivos Específicos	<p>Ação 2B11 – Monitoramento, controle e fiscalização eletrônica da malha rodoviária federal.</p> <p>Ação 2524 – Capacitação dos servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.</p> <p>Ação 2720 – Ações de caráter sigiloso na área de segurança pública.</p> <p>Ação 2723 – Policiamento ostensivo nas rodovias e estradas federais.</p> <p>Ação 2816 – Serviço de inteligência da Polícia Rodoviária Federal.</p> <p>Ação 4290 – Atividades de saúde nas rodovias federais.</p> <p>Ação 4641 – Publicidade de utilidade pública.</p> <p>Ação 86A1 – Processamento e arrecadação de multas aplicadas pela PRF.</p> <p>Ação 8692 – Educação de trânsito para usuários das rodovias federais.</p>					
Gerente	Giovanni di Mambro Bosco					
Público Alvo	Usuários de Rodovias Federais					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
126.918.179,00	197.901.223,00	3.658.063,18	2.793.975,51	864.087,67	2.793.975,51	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Unidade	02/01/2007	1,51	1,35	1,35	1,27

Fórmula de Cálculo do Índice						
Número de mortes ocorridas em acidentes de trânsito nas rodovias federais no ano relativo a 10.000 veículos da frota nacional.						
Análise do Resultado Alcançado						
Meta alcançada, devido à priorização da fiscalização nos pontos onde aconteciam acidentes gravíssimos.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	unidade	02/01/2007	27,20	25,50	25,50	28,21
Fórmula de Cálculo do Índice						
Número de acidentes ocorridos nas estradas federais no ano por 10.000 veículos da frota nacional.						
Análise do Resultado Alcançado						
<p>Atingimento da meta em 90,28%.</p> <p>O atingimento desta meta depende da participação de diversos ministérios:</p> <p>Ministério dos Transportes: duplicação de rodovias em trechos com demasiado fluxo de veículos, principalmente veículos de carga, intervenção em pontos críticos.</p> <p>Ministério da Educação: Inclusão nos currículos escolares de matérias afetas à segurança no trânsito.</p> <p>Ministério da Saúde: Ampliação do atendimento de urgência (SAMU) para abranger o maior número de rodovias federais.</p>						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
3	%	01/01/2007	65,00	80,00	76,00	Sem apuração
Fórmula de Cálculo do Índice						
Número de mortes ocorridas em acidentes de trânsito nas rodovias federais no ano relativo a 10.000 veículos da frota nacional.						
Análise do Resultado Alcançado						
Meta alcançada, devido à priorização da fiscalização nos pontos onde aconteciam acidentes gravíssimos.						

Fonte: Nuplan/CGPLAN/DPRF

2.3.1.2.1. Ação 2B11 – Monitoramento, controle e fiscalização eletrônica da malha rodoviária federal

Tipo	Atividade

Finalidade	Garantir segurança aos usuários das rodovias federais, por meio da eliminação de pontos críticos a partir do monitoramento e fiscalização eletrônica de pontos estratégicos e da otimização do uso da frota de viaturas, além de exercer o controle sobre o fluxo de trânsito e criminalidade através da produção de dados e gerenciamento de informações.
Descrição	Planejamento e execução de atividades de contagem volumétrica de trânsito, controle de trânsito de veículos pesados, controle de velocidade, monitoramento de veículos e da frota de viaturas, implantação de novas tecnologias para fiscalização de veículos e de condutores e manutenção e aferição de equipamentos relacionados à ação.

2.3.1.2.2. Ação 2524 – Capacitação dos servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Atividade
Finalidade	Formar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os candidatos às atividades inerentes da Polícia Rodoviária Federal. Capacitar e qualificar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os servidores para o melhor desempenho de suas atribuições.
Descrição	Capacitação dos Servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal. Custeio de eventos, pagamento de hora aula aos instrutores, orientadores, Tutores, Conteudistas, Palestrantes e colaboradores eventuais do DPRF, pagamento de passagens e diárias quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, aquisição de material específico para treinamento e outras despesas correlatas à formação de instrutores e capacitação do policial. Realização de treinamentos, cursos de capacitação, de requalificação e de qualificação profissional das atividades específicas para atuação do policial rodoviário federal, com implementação de novas alternativas tecnológicas e gerenciais que desenvolvam a eficiência e eficácia dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal à sociedade. Aplicação do Decreto nº 2794/98, Decreto nº 1655, Lei nº 9654/98 e PNSP (Lei 10201/2001). Implementação e execução do ensino à distância, com os insumos necessários a possibilitar a realização de cursos de capacitação, possibilitando desta forma a massificação do conhecimento, em disciplinas de conteúdo teórico e/ou decorrente de atualização normativa.

2.3.1.2.3. Ação 2720 – Ações de caráter sigiloso na área de segurança pública

Tipo	Atividade
Finalidade	Planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.
Descrição	Mobilização dos meios necessários e execução de operações policiais visando ao mapeamento, identificação e combate das organizações criminosas e suas ramificações, bem como as operações de correições disciplinares e de combate à corrupção interna.

2.3.1.2.4. Ação 2723 – Policiamento ostensivo nas rodovias e estradas federais

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a segurança do trânsito (preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio) nas rodovias e estradas federais, bem como contribuir para a promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia. Fortalecer o combate ao crime organizado e à criminalidade em geral.
Descrição	Execução de policiamento ostensivo preventivo diuturnamente, fiscalizando e controlando o trânsito; realização de operações e comandos específicos de fiscalização do transporte de pessoas e bens (cargas); intensificação do policiamento por ocasião das festas e feriados nacionais e regionais (aumento do fluxo de veículos e pessoas); prevenção e atendimento de ocorrências de acidentes de trânsito; combate às infrações e crimes de trânsito; execução de escoltas, bem como credenciamento de empresas especializadas para tal fim; controle do trânsito em situações excepcionais (queda de barreira, alagamentos, bloqueios, entre outros); credenciamento de empresas especializadas para realização da Inspeção Técnica Veicular e outras exigências previstas em legislação; outros serviços e fornecimento de

	materiais específicos (pintura, placas de sinalização, taxa pela prestação de serviços, outros); manutenção e abastecimento de viaturas e aeronaves; execução e manutenção de atividades de Cinotecnia (operações com cães); realização de operações policiais e especiais para combater crimes como tráfico de drogas e de armas, roubo de cargas, valores e ao transporte de passageiros, contrabando, descaminho e pirataria, crimes contra a vida, exploração sexual infanto-juvenil, trabalho escravo, tráfico de seres e órgãos, crimes ambientais, segurança de autoridades, entre outros, por meio de ações de rotina e operações policiais especialmente desenvolvidas para este fim; realização de operações policiais e especiais sistemáticas; execução de ações preventivas e especiais de combate à atuação de criminosos nas rodovias federais realizadas isoladamente ou integradas com outros órgãos, como Polícia Federal, Polícias judiciárias, Ministério Público, IBAMA, Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Forças Armadas, dentre outros; prestação de apoio a outros órgãos em ações que extrapolam os limites das rodovias federais.
--	--

2.3.1.2.5. Ação 2816 – Serviço de inteligência da Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Atividade
Finalidade	Atuar, por meio de trabalhos de inteligência, na prevenção e combate a crimes ocorridos nas rodovias e estradas federais, especialmente no que se refere a assaltos a veículos, ônibus de passageiros e caminhões de carga, bem como encaminhar à Justiça pessoas foragidas, procuradas ou autuadas na prática de delitos.
Descrição	Coleta de informações, em toda a malha rodoviária federal, visando ao levantamento de dados que subsidiem o planejamento de ações de caráter ostensivo em pontos críticos ou operações emergenciais de combate ao roubo de cargas, a assaltos, ao tráfico de drogas, à prostituição infantil, ao trabalho escravo, dentre outros. Diárias, Passagens, Locação de veículos e aquisição de Equipamentos / Sistemas utilizados nas operações de inteligência.

2.3.1.2.6. Ação 4290 – Atividades de saúde nas rodovias federais

Tipo	Atividade
Finalidade	Prestar atendimento pré-hospitalar e resgate emergencial às vítimas de acidentes, bem como demais atividades de saúde no âmbito das rodovias.
Descrição	Composição e manutenção de 156 equipes, distribuídas em 120 equipes de suporte básico de vida e 36 equipes de suporte avançado de vida, destinados a: atendimento pré-hospitalar e resgate, transporte inter-hospitalar, apoio de saúde a dignitários e a outros órgãos, comandos de saúde preventivos, apoio de saúde a unidades e operações do DPRF, investigação relativa ao uso de álcool e outras drogas psicoativas, bem como aquisição de material permanente e estabelecimento de parcerias correlacionadas a finalidade supracitada.

2.3.1.2.7. Ação 4641 – Publicidade de utilidade pública

Tipo	Atividade
Finalidade	Propiciar o atendimento ao princípio constitucional da publicidade, mediante ações que visam informar, esclarecer, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais, com o fim de melhorar a sua qualidade de vida.
Descrição	A ação se desenvolverá por meio de divulgação de conteúdos vinculados a objetivos sociais de interesse público, que assumam caráter educativo, informativo, de mobilização ou de orientação social, ou ainda que contenha uma orientação à população que a habilite ao usufruto de bens ou serviços públicos e que expresse, com objetividade e clareza, mediante a utilização de linguagem de fácil entendimento para o cidadão.

2.3.1.2.8. Ação 86A1 – Processamento e arrecadação de multas aplicadas pela PRF

Tipo	Atividade
Finalidade	Prover a estrutura administrativa do DPRF/MJ dos mecanismos necessários à autuação, processamento, notificações e arrecadação de multas aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal em decorrência das infrações à legislação de trânsito e transporte.
Descrição	A ação é desenvolvida no sentido de fornecer o apoio administrativo e operacional, desde a autuação às infrações de trânsito e transporte, envolvendo a confecção de autos de infração e demais formulários necessários aos procedimentos administrativos, até o recolhimento das multas aplicadas, tais como: locação de mão de obra, máquinas e equipamentos, contratação de empresas de processamento de dados e ou desenvolvimento de sistemas, envio de notificações e correspondências, apoio administrativo e financeiro as Comissões de Análise de Defesa da Autuação - CADA e Juntas Administrativas de Recursos de Infrações JARI, pagamento de JETON às JARIs e outras decorrentes de convênios, como DETRANs. Pagamento de despesas decorrentes de convênios, acordos e contratos.

2.3.1.2.9. Ação 8692 – Educação de trânsito para usuários das rodovias federais

Tipo	Atividade
Finalidade	Aumentar a conscientização, a reeducação e a mudança cultural do cidadão relativas ao tema trânsito como forma de exercício de cidadania, inclusive desenvolvendo no cidadão um comportamento pró-ativo a fim de diminuir o índice de acidentes e mortes nas rodovias federais.
Descrição	Realização de palestras, seminários e outras atividades relacionadas à educação de trânsito, com enfoque no trânsito em rodovias. Pagamento de diárias e passagens e aquisição de material didático.

2.3.1.3. Programa 0750 - Apoio Administrativo

QUADRO VI - Demonstrativo da Execução do Programa 0750

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA	0750
Denominação	Apoio Administrativo
Tipo do Programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo Geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos
Objetivos Específicos	Ação 2000 – Administração da Unidade Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus dependentes Ação 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados Ação 2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados Ação 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados Ação 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais Ação 20CW - Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos
Gerente	Não existe

Público Alvo		Governo			
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
1.434.077.880,00	1.571.294.580,00	2.967.186,33	2.267.891,13	699.295,20	2.266.369,01
Análise do Resultado Alcançado					
<p>Esse Programa contempla despesas obrigatórias (pessoal ativo, assistência médica e auxílios alimentação, creche e transporte), cuja execução independe de transferência de limite orçamentário, as quais foram atendidas plenamente.</p> <p>De outro turno, as despesas discricionárias (Ação 2000 – Administração da Unidade) não foram integralmente atendidas devido à insuficiência de recursos.</p>					

Fonte: Nupla/CGPLAM/DPRF

2.3.1.3.1. Ação 2000 – Administração da unidade

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	<p>A atividade padronizada "Administração da Unidade" substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis.</p> <p>Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).</p> <p>Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.</p>

2.3.1.3.2. Ação 2004 – Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes

Tipo	Atividade
Finalidade	Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.

Descrição	Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusivamente para a contratação de serviços médico-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.
-----------	---

2.3.1.3.3. Ação 2010 – Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores e empregados

Tipo	Atividade
Finalidade	Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto 977, de 10/11/93
Descrição	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar conforme dispõe o Decreto 977/93.

2.3.1.3.4. Ação 2011 – Auxílio-transporte aos servidores e empregados

Tipo	Atividade
Finalidade	Efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridades social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei nº 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.
Descrição	Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.

2.3.1.3.5. Ação 2012 – Auxílio-alimentação aos servidores e empregados

Tipo	Atividade
Finalidade	Conceder o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.
Descrição	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados, ativos, de acordo com a Lei nº 9.527/97, ou mediante requisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou, ainda, por meio de manutenção de refeitório.

2.3.1.3.6. Ação 09HB – Contribuição da União, de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais

Tipo	Operações Especiais
Finalidade	Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
Descrição	Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de

	previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
--	--

2.3.1.3.7. Ação 20CW – Assistência médica aos servidores e empregados - exames periódicos

Tipo	Atividade
Finalidade	Proporcionar aos servidores e empregados condições pra manutenção da saúde física e mental.
Descrição	Realização de exames médicos periódicos dos servidores e empregados da administração pública, autárquica e fundacional e das empresas estatais dependentes, mediante a contratação de serviços terceirizados, bem como pela aquisição de insumos, reagentes e outros materiais necessários, nos casos em que os referidos exames sejam realizados pelo próprio órgão.

2.3.2. Execução física das ações realizadas

Não se aplica à 10ª SRPRF/BA, motivo pelo qual abaixo constam as informações do DPRF.

QUADRO VII - Execução Física das Ações Realizadas pelo DPRF

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser realizada em 2012
6	181	663	2B11	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	1.500	1.171	Ação excluída
6	128	663	2524	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	14.950	9.261	6.276
6	183	663	2720	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	1	0	Ação excluída
6	181	663	2723	Atividade	3 – Outras Prioridades	unidade	8.500.000	10.322.726	8.750.000
6	183	663	2816	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	320	265	54
6	181	663	4290	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	10.000	17.361	Ação excluída
6	181	663	86A1	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	2.611.111	2.575.283	3.402.862
6	452	663	8692	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	100.000	154.244	Ação excluída
6	301	750	2004	Atividade	3 – Outras	unidade	20.504	27.351	23.982

					prioridade				
4	365	750	2010	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	2.631	2.446	2.158
4	331	750	2011	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	639	571	844
4	306	750	2012	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	9.925	9.659	9.868
6	181	1386	200C	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	51	108	1
6	181	1386	200C – 0052	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	4	3	Ação excluída
6	181	1386	200G- 0001	Atividade	3 – Outras Prioridades	unidade	4	1	11
6	181	1386	200G- 0056	Atividade	3 – Outras Prioridades	unidade	2	0	Ação excluída
6	181	1386	200G- 0058	Atividade	3 – Outras Prioridades	unidade	1	0	Ação excluída
6	181	1386	200G- 0060	Atividade	3 – Outras Prioridades	unidade	2	0	Ação excluída
6	181	1386	200G- 0070	Atividade	3 – Outras Prioridades	unidade	1	0	Ação excluída
6	181	1386	200G- 072	Atividade	3 – Outras Prioridades	unidade	1	0	Ação excluída
6	181	1386	200G- 0074	Atividade	3 – Outras Prioridades	unidade	1	2	Ação excluída
6	181	1386	200G- 0078	Atividade	3 – Outras Prioridades	unidade	1	0	Ação excluída
6	181	1386	8623	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	4	9	72
6	181	1386	8623- 0023	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	1	0	Ação excluída
6	181	1386	8698	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	% de manutenção	76	82	80

6	122	1386	1D49	Projeto	4 – Nenhuma prioridade	% execução financeira	90	54	29
6	301	750	20CW	Atividade	4- Nenhuma prioridade	unidade	6.839	Ver DISAS/CGRH	6.839

Fonte: Nupla/CGPLAM/DPRF.

a) AÇÕES - 1386

a.1) 1D49 - Construção do Edifício-Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal – 0101 Em Brasília.

A obra foi prorrogada por meio de um aditivo de prazo por mais 65 dias. Há ainda o Aditivo chamado 4, referente a alguns cabeamentos que foram alteradas suas especificações conforme demanda da Coordenação-Geral de Planejamento (DIPROJ). Por consequência destes, alguns serviços ainda terão seus prazos prorrogados.

a.2) 200G - Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal – 0001 – Nacional.

Em virtude das restrições impostas pelo Decreto 7.446 no que tange a contratações de obras, somadas à insuficiência de orçamento para o atendimento de algumas demandas prioritárias do DPRF, a maior parte dos recursos previstos nessa ação foram remanejados para o atendimento de tais demandas. A execução física resultou na contratação de apenas uma nova obra pois os demais empenhos contemplaram aditivos ou reforços destinados a obras contratadas no exercício 2010 e ainda alguns projetos de engenharia. Foram contratados 4 novos projetos, realizados aditivos em 5 obras e 1 reforço de empenho para a continuação de obra cuja duração extrapola 1 exercício financeiro.

a.3) 200G - Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal – 0056 – Itabaiana/SE.

Os projetos executivos para realização da obra foram recebidos no segundo semestre de 2011, todavia o valor estimado superou em muito a dotação orçamentária prevista, além disso, não foi possível concluir o procedimento licitatório em tempo hábil para a contratação no exercício 2011.

a.4) 200G - Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal – 0058 Construção de Unidade no KM 5,5 BR 235 – SE.

Os projetos executivos para realização da obra foram recebidos no segundo semestre de 2011, todavia o valor estimado superou em muito a dotação orçamentária prevista, além disso, não foi possível concluir o procedimento licitatório em tempo hábil para a contratação no exercício 2011.

a.5) 200G - Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal – 0060 – Aracaju/SE.

Os projetos executivos para realização da obra foram recebidos no segundo semestre de 2011, todavia o valor estimado superou em muito a dotação orçamentária prevista, além disso, não foi possível concluir o procedimento licitatório em tempo hábil para a contratação no exercício 2011.

a.6) 200G - Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal – 0070 - Construção de Unidade no KM 5,5 BR 235 – SE.

Os projetos executivos para realização da obra foram recebidos no segundo semestre de 2011, todavia o valor estimado superou em muito a dotação orçamentária prevista, além disso, não foi possível concluir o procedimento licitatório em tempo hábil para a contratação no exercício 2011.

a.7) 200G - Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal – 0072 – Construção de Unidade no KM 420 da BR 226 – Grajaú/BA.

Não foi realizada nenhuma contratação com a dotação orçamentária prevista nesse localizador.

a.8) 200G - Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal – 0078 – Região Metropolitana de Vitória – ES.

Não foi realizada nenhuma contratação com a dotação prevista nesse localizador.

a.9) 8698 - Manutenção e Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicação. – 0001 – Nacional

Pagamento dos contratos continuados de Links de Dados, telefonia fixa, telefonia móvel, contratação de pessoal de apoio em infraestrutura de TIC, contratação de serviços de suporte a Dados. Aquisição de 1128 Estações de trabalho e 1128 monitores empenhadas através do registro de preços oriundo do pregão 10/2010. Aquisição de filtro de conteúdo web oriundo do pregão 33/2010. Aquisição de switch fibre channel conforme pregão 44/2011. Aquisição de switches para modernização dos ativos de rede no âmbito nacional, sendo: 36 para formar concentradores regionais, 375 acesso para a sedes e delegacias e 404 para os postos de polícia através do registro de preços no. 33/2010. Aquisição de 2518 telefones voip para renovar o parque de telefonia do DPRF através do registro de preços no. 06/2010.

a.10) 8623 - Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal – 0001 – Nacional.

Em virtude de restrições impostas pelo Decreto Presidencial 7.446, que inovou no procedimento de autorização para a execução de despesas com reformas de bens imóveis, a execução orçamentária nesta ação ficou bastante limitada. Até a metade do mês de outubro, foram empenhadas para reformas apenas despesas consideradas urgentes e inadiáveis com valor de até R\$ 100.000,00. No controle da execução física constam apenas 9 unidades reformadas pois embora tenham sido efetuadas mais de 9 contratações, parte delas diz respeito a projetos ou aditivos de obras contratadas em 2010.

a.11) 8623 - Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal – 0023 – Estado do Ceará.

Não foi realizada nenhuma contratação com a dotação prevista neste localizador.

b) AÇÕES – 0663

b.1) 2720 - Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública – 0001 – Nacional.

Apesar da existência de previsão na LOA, o valor destinado a essa ação não foi liberado.

b.2) 4290 - Atividades de Saúde nas Rodovias Federais – 0001 – Nacional.

O ano de 2011 foi caracterizado por um intenso bloqueio orçamentário que limitou grande parte das ações. O bom resultado foi conseguido com parcerias feitas pelos gestores regionais com outras entidades e parceiros.

b.3) 2524 - Capacitação dos Servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal – 0001 – Nacional.

Os recursos financeiros previstos amparavam a realização de inúmeros cursos no decorrer de 2011. Entretanto, grande parte desses recursos foram alocados para a realização do curso de formação profissional PRF (157 novos policiais aprovados no concurso de 2008). Dessa forma, o programa previsto ficou prejudicado, conseqüentemente, alguns cursos deixaram de ser realizados. Outrossim, o quantitativo ora apresentado não reflete a realidade, haja vista algumas regionais não terem ainda consolidado os dados referentes ao ano de 2011.

b.4) 8692 - Educação de Trânsito para Usuários das Rodovias Federais – 0001 – Nacional.

Foram desenvolvidas diversas Ações de Educação para o Trânsito destacando-se: Cinema Rodoviário, FETTRAN, Pé na Estrada, Caravana Siga Bem, Seminário Catarinense de Segurança no Trânsito e palestras em escolas e empresas. Foram adquiridos talões de minimultas e Jogo da Trilha. Foram investidos R\$ 505.927,00 em recursos para diárias, passagens, material educativo e serviços. A carência de efetivo e as dificuldades da cobrança dos recursos dificultaram a realização da Ações de Educação para o Trânsito.

b.5) 2B11 - Monitoramento, Controle e Fiscalização Eletrônica da Malha Rodoviária Federal – 0001 – Nacional.

O orçamento disponível para a ação foi contingenciado inicialmente, sendo posteriormente remanejado para outras ações. Desta forma foi disponibilizado na ação apenas cerca de R\$2.000.000,00, executados em dois projetos, sendo Manutenção de Medidores Estáticos de Velocidade e Monitoramento de Viaturas.

b.6) 2723 - Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais – 0001 – Nacional.

Somatório dos resultados mensais: Veículos fiscalizados: 5.512.63; Pessoas Fiscalizadas: 2.362.50; Testes de Etilômetro: 654.37; Pessoas socorridas: 8.29; Auxílio a usuário: 67.71; Autos

de infração extraídos: 1.682.287; CNH'S recolhidas: 32.178; Documentos retidos: 151.818; Veículos retidos/removidos: 96.904; Animais recolhidos: 11.705; Escolta/batedor: 12.480; Adultos detidos(Prisões): 28.578; Adolescentes apreendidos: 1.123; Crianças encaminhadas: 134. TOTAL DE PROCEDIMENTOS: 10.322.726. Fonte: Relatório Operacional Diário (ROD).

b.7) 86A1 - Processamento e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal – 0001 – Nacional.

No ano anterior, em razão da insuficiência da previsão do financeiro da LOA2010 para cumprir os compromissos assumidos na ação 86A1, foi colocada uma meta física abaixo do real, ocasionando uma execução muito acima da prevista inicialmente. Neste ano, ainda que a previsão do financeiro da LOA2011 continuasse insuficiente para sustentar o processamento de multas pelo DPRF, foi estipulada meta física de envio de notificações de penalidade condizente com a realidade. Verifica-se que o planejamento do DPRF mostrou-se adequado, tendo em vista que a execução física da ação 86A1 chegou a 98,63%. Além de estar aquém da necessidade, novamente o ano iniciou-se com contingenciamento do orçamento da ação 86A1, provocando, já em maio, a interrupção no envio das notificações de penalidade. Esta situação perdurou até agosto, quando foi desbloqueado o valor integral da LOA2011, o qual, contudo, somente foi suficiente para assegurar o envio de notificações de autuação até o final do ano e o envio das notificações de penalidade represadas até então, isto é, de maio a agosto. O envio desse primeiro lote de notificações de penalidade represadas se deu nos meses de agosto, setembro e outubro. Feito isso, o envio de notificações de penalidade novamente foi interrompido. No final de novembro, foi liberado crédito suplementar de R\$ 4.700.000,00, o que permitiu o retorno do envio das notificações de penalidade. Em dezembro, foi obtido crédito suplementar no valor de R\$ 17.235.640,00, o que possibilitou garantir o envio das notificações de penalidade até o final do ano, a publicação em edital de 1.364.430 notificações de autuação e de penalidade e o repasse de R\$ 13.500.000,00 à PMMG, valor devido em razão do convênio mantido com essa instituição. Neste ano novamente não foi repassado valor algum devido à ANTT. Apesar de previsto no planejamento, não foram adquiridos autos de infração e serviço de armazenamento físico de documentos, ante a problemas no procedimento licitatório.

b.8) 2816 - Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal – 0001 – Nacional.

Foram realizadas 9 operações nacionais além das regionalizadas executadas pelos núcleos regionais de inteligência. Esta ação compreende custeio e investimento.

2.4. Desempenho orçamentário e financeiro

Este grupo de demonstrativos está estruturado em três partes distintas e complementares, quais sejam: Programação Orçamentária da Despesa, Execução Orçamentária da Despesa e Indicadores Institucionais.

2.4.1. Programação Orçamentária da Despesa

Os dados abaixo se referem ao DPRF, tendo em vista que esta Unidade Regional não possui programação orçamentária.

QUADRO VIII - Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	30107	200109

2.4.1.1. Programação de despesas correntes

A tabela abaixo se refere ao DPRF, tendo em vista que esta Unidade Regional não possui programação orçamentária.

QUADRO IX - Programação de Despesas Correntes

Valores em R\$1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
	Dotação proposta pela UO	2.062.344.694	1.918.964.667	0	0	433.570.799	336.531.820	
LOA	PLOA	2.062.344.694	1.918.964.667	0	0	267.519.700	217.553.595	
	LOA	2.062.344.694	1.918.964.667	0	0	275.263.807	217.803.595	
	Suplementares	168.600.000	256.340.000	0	0	101.077.638	75.463.316	
	Especiais	Abertos	0	0	0	0	14.263.000	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
CRÉDITOS	Extraordinários	Abertos	0	0	0	0	0	
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Créditos Cancelados	0	0	0	0	-6.667.000	-4.100.000	
	Outras Operações	0	0	0	0	0	0	
	Total	2.230.944.694	2.175.304.667	0	0	383.937.445	289.166.911	

Fonte: SIAFI Gerencial

2.4.1.2. Programação de despesas de capitais

A tabela abaixo se refere ao DPRF, tendo em vista que esta Unidade Regional não possui programação orçamentária.

Quadro X - Programação de Despesas Capital

Valores em R\$1,00

Origem dos Créditos Orçamentários	Grupos de Despesa de Capital		
	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida

		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
	Dotação proposta pela UO	301.992.610	169.320.949	0	0	0	0
LOA	PLOA	53.430.000	36.530.661	0	0	0	0
	LOA	65.424.393	60.692.984	0	0	0	0
	Suplementares	22.035.039	9.870.000	0	0	0	0
	Especiais						
	Abertos	8.737.000	0	0	0	0	0
	Reabertos		0	0	0	0	0
CRÉDITOS							
	Extraordinários						
	Abertos		0	0	0	0	0
	Reabertos		0	0	0	0	0
	Créditos Cancelados	-9.246.000	-5.684.917	0	0	0	0
	Outras Operações		0	0	0	0	0
	Total	86.950.432	64.878.067	0	0	0	0

Fonte: SIAFI Gerencial

2.4.1.3. Quadro resumo da programação de despesas e da reserva de contingência

Não há dados, pois esta Unidade Regional não possui programação orçamentária.

QUADRO XI - Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO						
	PLOA						
	LOA						
CRÉDITOS	Suplementares						
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados						
Outras Operações							
Total							

Fonte: SIAFI GERENCIAL

2.4.1.4. Movimentação Orçamentária por grupo de despesa

Os dados abaixo se referem ao DPRF, tendo em vista que esta Unidade Regional não possui programação orçamentária.

QUADRO XII - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	200110 – 200131; 200139; 200141; 200230; 200232 e 200233	-	2.232.063.326	0	217.981.057
	Recebidos	-	-	0	0	0
Movimentação Externa	Concedidos	153103 – UFRN/RN	-	0	0	627.433
		200006 – CGRH/MJ	-	0	0	8.280
		200336 – COF/DPF	-	0	0	392.188
		393012 – DNIT/RS	-	0	0	40.726
	Recebidos	110005 - SEC. ADM./PRES. REP.	-	0	0	600.000
		201002 - GGPOF/MP	-	0	0	1.280
		113209 - CNEC/MCT	-	0	0	5.200
	153978 - INEP/MEC	-	0	0	110.291	

		200094 - CGOF/MJ	-	0	0	1.393.000
		200331 - SENASP/MJ	-	0	0	783.508
		257001 - DEFNS/MS	-	0	0	3.003.000
		393001 - ANTT/MT	-	0	0	2.698.631
		110407 - DEORF/MIN. DEF.	-	0	0	1.800.000
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	200110 – 200131; 200139; 200141; 200230; 200232 e 200233	-	20.559.082	0	0
	Recebidos	-	-	0	0	0
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	0	0	0
	Recebidos	CGOF/MJ	-	15.670.000	0	0
		SENASP/MJ	-	62.523.724	0	0

Fonte: SIAFI GERENCIAL

2.4.2. Execução Orçamentária da despesa

2.4.2.1. Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ

Não se aplica à 10ª SRPRF/BA.

2.4.2.2. Execução Orçamentária de Créditos recebidos pela UJ por Movimentação

As informações pertinentes ao item em comento estão contempladas nos itens 2.4.2.2.1. (Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação), 2.4.2.2.2.

(Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação) e 2.4.2.2.3. (Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação).

2.4.2.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

QUADRO XVIII - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação			Valores em R\$ 1,00	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Licitação				
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência	436.120,86		436.120,86	
Pregão	4158800,79	6314135,69	4157278,67	5228029,59
Concurso				
Consulta				
Contratações Diretas				
Dispensa	455113,50	425110,85	455113,50	425110,85
Inexigibilidade	247909,55	269450,45	247909,55	269450,45
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	23035,57	24853,93	23035,57	24853,93
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha				
Diárias	1071777,08	935806,73	1071777,08	935.806,73
Outras				
Fonte: SIAFI				

2.4.2.2.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

QUADRO XIV- Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação							Valores em R\$ 1,00	
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal								
319008 – OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	61126,86	28983,36	61126,86	28983,36	0	0	61126,86	28983,36
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3- Outras Despesas Correntes								
339030 – MATERIAL DE CONSUMO	2233433,05	1726274,65	1436542,7	1282175,67	795369	248979,13	1436542,7	1282175,67
339039 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	2031029,69	1723789,72	1520160,32	1423474,9	510869,37	378229,62	1520160,32	1423474,9
339037 – LOCAÇÃO	1298163,27	946757,71	908275,37	910758,36	389887,9	24396,19	908275,37	910758,36

MÃO DE OBRA								
Demais elementos do grupo	2207669,4	1162095,16	2064372,85	1099290,77	81628,01	48341,91	2064372,85	1099290,77
Fonte: SIAFI								

2.4.2.2.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Quadro XV - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação							Valores em R\$ 1,00	
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
4 - Investimentos	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
449052 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	758320,24	2442816,82	80816,48	1.114.919,85	677503,76	1368355,73	80816,48	1.114.919,85
449051 - OBRAS E INSTALAÇÕES	436120,86	1762340,9	436120,36	308.198,36	0	1454142,54	436120,86	308.198,36
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5 - Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 - Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								

2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

2.4.2.3. Conclusões quanto à Execução Orçamentária

A execução do orçamento esteve condicionada à programação orçamentária e ao cronograma financeiro definido pela Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal em Brasília. Foi dada prioridade quanto aos empenhos dos compromissos da gestão administrativa e aos contratos terceirizados e outros de infraestrutura, fundamentais para o funcionamento de todas as unidades do DPRF. Neste sentido, a execução acompanhou o ritmo das liberações dos limites de custeio e investimentos. No primeiro semestre a maior parte dos recursos foi direcionada para a ação “Administração da Unidade”, em razão do contingenciamento temporário, tendo sido liberada toda a dotação prevista na LOA ao final do exercício. Com isso, a 10ª SRPRF-BA pode intensificar suas requisições por bens e serviços a tempo de serem executadas o que exigiu esforço das áreas de Compras e Licitações, bem como das áreas técnicas, na elaboração dos Editais, Termos de Referências e Projetos Básicos dentro dos prazos legais.

2.4.3. Indicadores Institucionais

2.4.3.1. Programa 0663

Para o programa 0663 foram definidos como indicadores a taxa de mortalidade e a taxa de variação de acidentes nas rodovias federais.

A taxa de mortalidade nas rodovias federais será aferido pelo número de mortes registradas na Unidade Regional relativo à quantidade de veículos da frota nacional.

No que tange à taxa de variação de acidentes nas rodovias federais, a aferição será pelo número de acidentes registrados na Unidade Regional relativo à quantidade de veículos da frota nacional.

Foram estabelecidos também metas para os Indicadores de Desempenho, fiscalização de veículos, fiscalização de pessoas e testes de etilômetros.

TAXAS	Metas DPRF para 2010	Realizado em 2010	Meta do DPRF (%atingido)	Metas DPRF para 2011	Realizado em 2011	Meta do DPRF (%atingido)
Taxa de Variação de Acidentes	127,19	130,78	97,26	130,83	153,66	85,14
Taxa de Mortalidade	11,65	11,84	112,25	12,71	11,54	110,04
Procedimen-	520.884	606.526	116,44	522.315	503.039	96,31

tos de Fiscalização						
----------------------------	--	--	--	--	--	--

É muito importante destacar que a 10ª SRPRF/BA em 2011 conseguiu reduzir o índice de gravidade dos acidentes em metade das suas descentralizadas (cinco Delegacias), são elas:

- Delegacia 10/05 Itabuna → - 598 pontos
- Delegacia 10/07 Paulo Afonso → - 304 pontos
- Delegacia 10/03 Jequié → - 122 pontos
- Delegacia 10/08 Vitória da Conquista → - 57 pontos
- Delegacia 10/02 Feira de Santana → - 43 pontos

Salientamos que para esses cálculos os acidentes são mensurados da seguinte forma:

- Acidentes sem vítimas → 1 ponto
- Acidentes com feridos → 5 pontos
- Acidentes com mortos → 25 pontos

Para que se chegasse a esses valores foi levado em consideração os custos finais de cada acidente de trânsito, tendo como fonte os dados do IPEA.

	2007	2008	2009	2010	2011
Frota Nacional de Veículos	49.644.025	54.718.300	59.361.642	64.444.670	70.543.535
Variação		10,22%	8,48%	8,56%	9,46%
Frota baiana de Veículos	1.592.620	1.804.810	2.038.176	2.329.715	2.585.655
Variação		13,32%	12,93%	14,30%	10,98%

Fonte: DENATRAN

2.4.3.1.1. Multas de Trânsito Aplicadas

Assim como em 2010 comparado com 2009, 2011 sofreu uma redução na quantidade de multas extraídas com relação ao ano de 2010. Esta diminuição pode ser explicada pela redução de 56% das notificações na fiscalização de excesso de velocidade com medidor estático de velocidade na BR 324 em 2011, que ocorreu devido a mudanças na legislação que regula esse tipo de fiscalização e pela dificuldade da ANTT e Concessionária Via Bahia em colocar as placas de sinalizações para a fiscalização de excesso de velocidade, outro importante fator foi a diminuição do efetivo da 10ª SRPRF/BA.

Quantidade de Multas Extraídas em 2010	Quantidade de Multas Extraídas em 2011	Variação
200.371	150.681	-24,80%

Sabe-se que os acidentes causam prejuízos imensuráveis às famílias e à sociedade, a 10ª SRPRF/BA tem se empenhado no sentido de coibir diversas infrações de trânsito, utilizando métodos repressivos e educativos, uma vez que a principal causa dos acidentes e mortes no trânsito ainda é a imprudência dos motoristas.

Multas de trânsito aplicadas pela 10ª SRPRF/BA

Multas de Trânsito por Excesso de Velocidade				
2007	2008	2009	2010	2011
7.495	11.522	78.263	64.003	28.647

Multas de Trânsito por Embriaguez ao Volante				
2007	2008	2009	2010	2011
377	656	1.900	2.241	1.502

Multas de Trânsito por Ultrapassagem Proibida				
2007	2008	2009	2010	2011
21.964	30.612	36.511	31.013	30.830

Multas de Trânsito por Excesso de Peso				
2007	2008	2009	2010	2011
1.153	1.232	2.145	1.892	1.478

Tal fator explica ainda, o aumento no quantitativo de defesas e de recursos protocolados, conforme demonstra o quadro abaixo:

Quantidade de defesas e recursos protocolados

ANO	2006	2007	2008	2009	2010	2011
QUANTIDADE	5.710	5.845	6.881	14.588	10.496	6.768

Repasso DETRAN x DPRF

Ano de Referência	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Total em R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$

2.4.3.1.2. Resultados das ações operacionais desenvolvidas

Conforme já delineado, a estrutura do DPRF propicia uma capilaridade que permite a aplicação de programas com abrangência nacional, promovendo à integração e divulgação das ações de governo, destinadas a prevenção de acidentes e a segurança pública.

Entretanto, o crescimento da malha rodoviária federal sob fiscalização do órgão, as imprudências dos usuários dessas rodovias e as novas formas de ações delituosas, vem se apresentando como um grande desafio ao longo dos anos, pois gera necessárias adequações nas formas de patrulhamento e policiamento, a fim de atender a suas atribuições.

Aliado a isso, a ampliação da frota nacional, quando comparada com o crescimento populacional brasileiro, nos permite a visualização do índice de motorização que cresce acintosamente. O transporte de mercadorias e pessoas no Brasil tem como principal característica a utilização do modal rodoviário, contribuindo para que essa frota transite em rodovias federais. Não

obstante esse crescimento da demanda, o efetivo da Instituição diminuiu. Ademais, como já ficou assentado anteriormente, a frota baiana de veículos vem crescendo acima da média nacional nos exercícios de 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011.

A despeito desse panorama, com uma forma de gestão operacional diferenciada, desde a captação das informações, capacitação dos policiais até a realização das operações, aliada à utilização de equipamentos e sistemas adaptados, considera-se positivos os resultados alcançados, conforme se pode verificar nos gráficos e tabelas abaixo, os quais representam o resultado da atuação da 10ª SRPRF/BA nas rodovias federais do Estado da Bahia:

2.4.3.1.3. Acidentes de Trânsito

A evolução dos acidentes de trânsito em rodovias federais segue um crescimento numérico constante, as ocorrências de 2011, seguindo a mesma tendência dos anos anteriores, superaram o ano de 2010. As informações são oriundas do sistema BR-Brasil e SIGER.

No ano de 2011 foram registrados 10.395 acidentes de trânsito nas rodovias federais do estado da Bahia. Morreram 779 pessoas vítimas desses acidentes, restando 4.682 com ferimentos leves e 1.650 com ferimentos graves.

Ocorrências de Acidentes de Trânsito na 10ª SRPRF/BA				
2007	2008	2009	2010	2011
7.158	7.636	8.208	9.438	10.395

Vítimas Fatais de Acidentes de Trânsito na 10ª SRPRF/BA				
2007	2008	2009	2010	2011
633	665	638	813	779

Vítimas não Fatais leves de Acidentes de Trânsito na 10ª SRPRF/BA				
2007	2008	2009	2010	2011
3.671	3.590	3.739	4.187	4.682

Vítimas não Fatais Graves de Acidentes de Trânsito na 10ª SRPRF/BA				
2007	2008	2009	2010	2011
1.489	1.477	1.486	1.654	1.650

As tabelas acima indicam que em 2011 o Planejamento Operacional da 10ª SRPRF/BA, alinhado ao empenho dos gestores das bases operacionais e seu efetivo, conseguiram reduzir a gravidade dos acidentes em números absolutos, principalmente a taxa de mortalidade um dos dois indicadores do programa 0663 do Governo Federal.

Entre os fatores que foram identificados como causadores, destacam-se a “falta de atenção” dos condutores, seguida pela imprudência de deixar de guardar distância de segurança entre veículos.

Fatores Contribuintes para ocorrência de acidentes

Animais na Pista	408
Defeito Mecânico em Veículo	331
Defeito na Via	228
Desobediência a Sinalização	316
Dormindo	232
Falta de Atenção	2322
Ingestão de Álcool	371
Não Guardar Distância de Segurança	845
Ultrapassagem Indevida	4323
Velocidade Incompatível	366
Outras	589

Nos gráficos abaixo comparamos as taxas de acidentalidade, de vitimização e de motorização, as quais são identificadas pela relação dos números absolutos das ocorrências de acidentes de trânsito, de vítimas não fatais e de vítimas fatais com os números da frota e população baiana.

GRÁFICO I
Acidentes de trânsito por 10.000 veículos

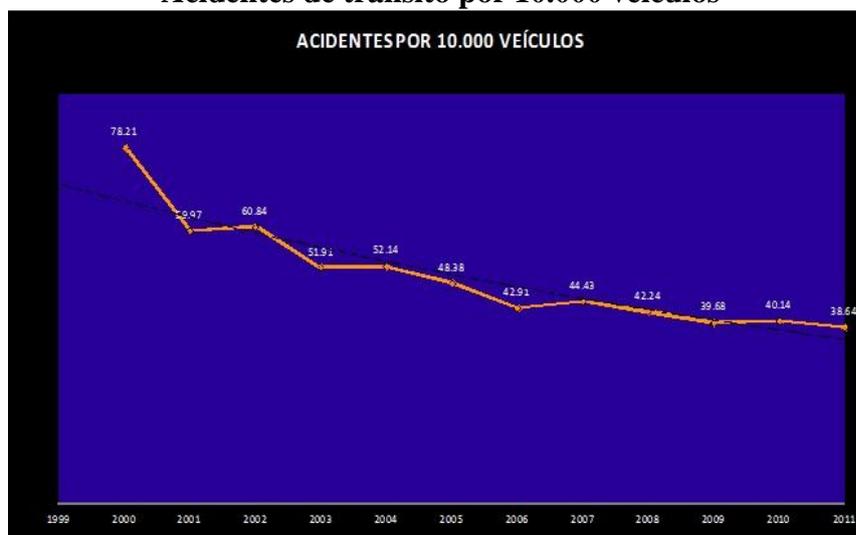


GRÁFICO II
Vítimas não fatais leves e graves em acidentes de trânsito por 10.000 veículos

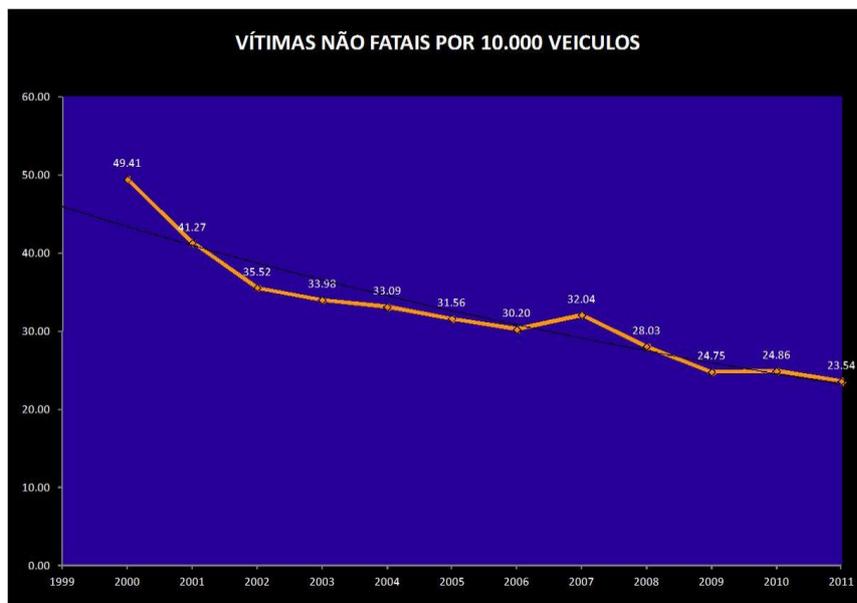


GRÁFICO III
Vítimas fatais em acidentes de trânsito por 10.000 veículos

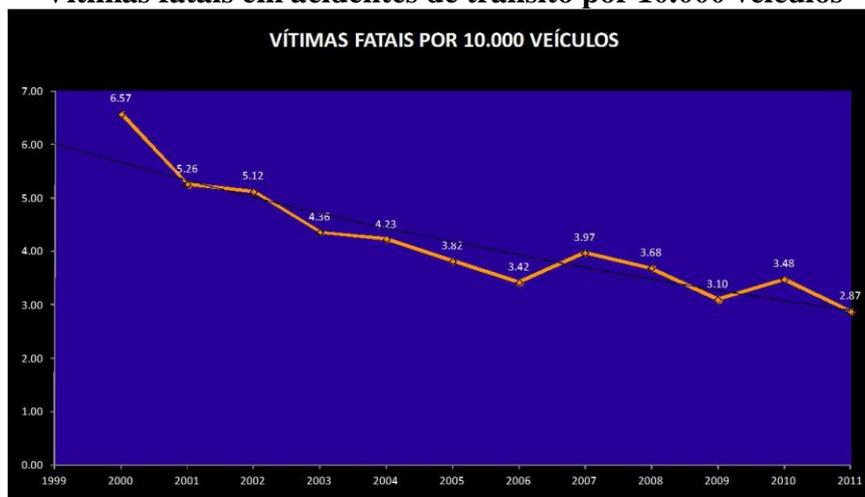


GRÁFICO IV
Vítimas de acidentes de trânsito por 10.000 veículos

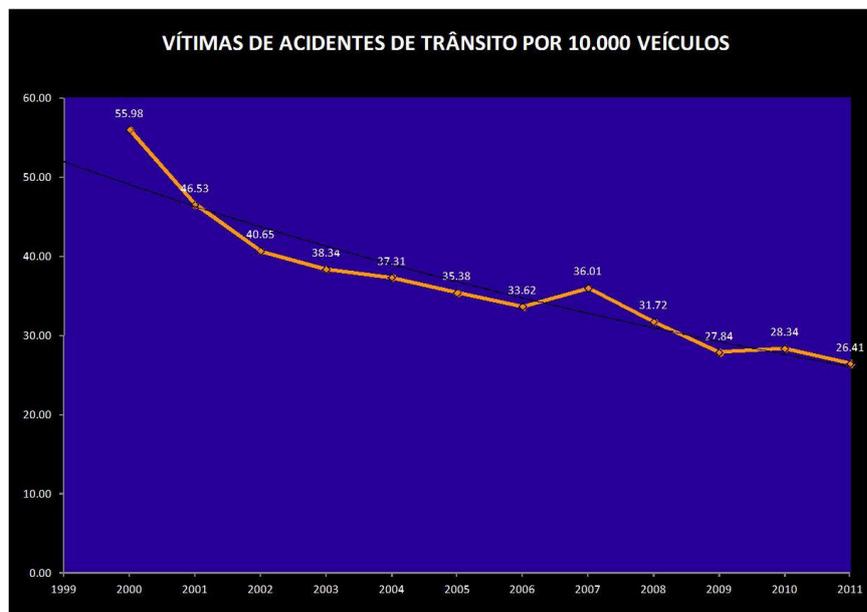


GRÁFICO V
Vítimas não fatais leves e graves em acidentes de trânsito por 100.000 habitantes

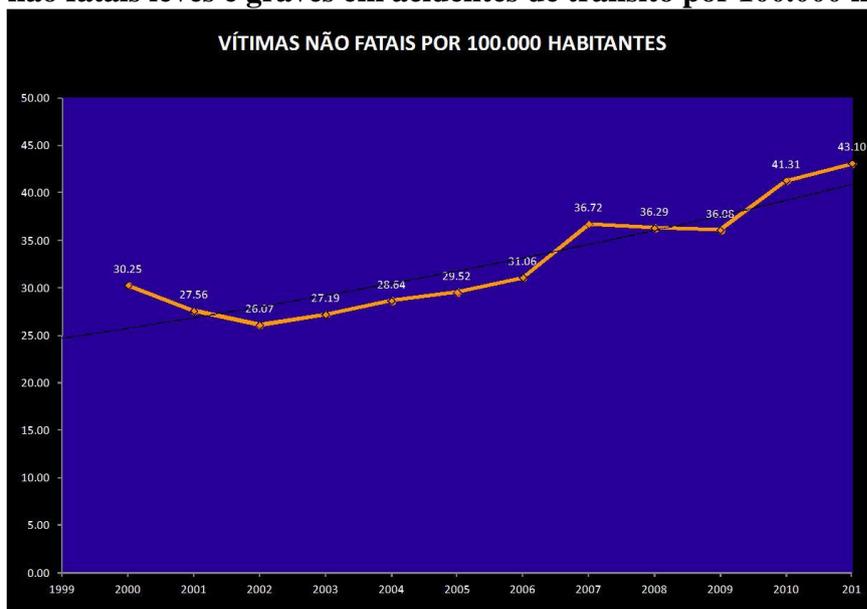


GRÁFICO VI
Vítimas fatais de acidentes de trânsito por 100.000 habitantes

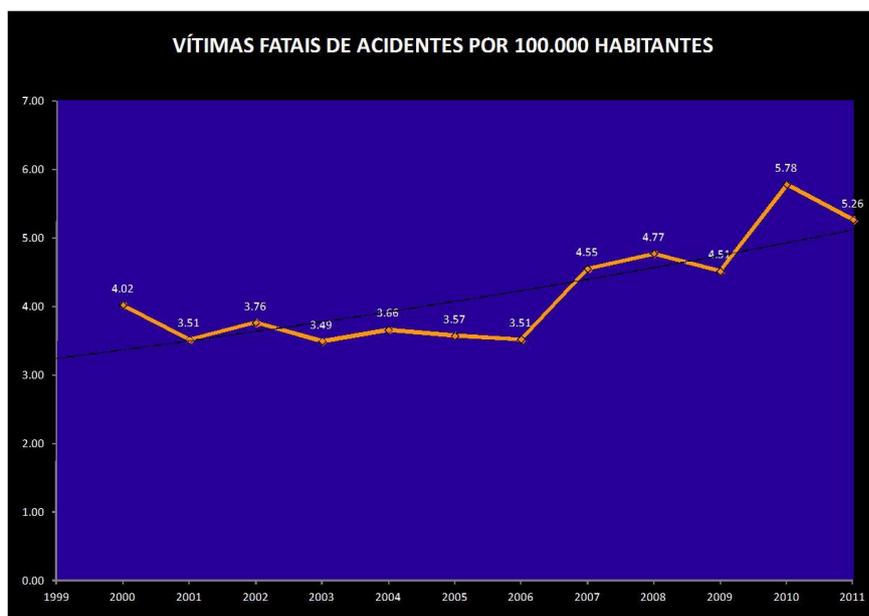


GRÁFICO VII
Índice de Motorização para cada 100 habitantes



Aumento da Frota de veículos

	2007	2008	2009	2010	2011
Frota Nacional de Veículos	49.644.025	54.718.300	59.361.642	64.444.670	70.543.535
Variação		10,22%	8,48%	8,56%	9,46%
Frota baiana de Veículos	1.592.620	1.804.810	2.038.176	2.329.715	2.585.655
Variação		13,32%	12,93%	14,30%	10,98%

A evolução dos acidentes de trânsito em rodovias federais que cortam o Estado da Bahia segue um crescimento numérico absoluto constante, sendo que no ano de 2011 as ocorrências superaram as de 2010 que por sua vez superaram as de 2009, e assim sucessivamente. As informações são oriundas de Sistema de Informações Operacionais, denominado SIGER

Embora o aumento do número de acidentes se reflita, em geral, no quantitativo de feridos, a 10ª SRPRF/BA registrou em 2008 uma pequena redução no número de feridos em acidentes de trânsito em comparação com o ano de 2007, o mesmo não se refletiu nos anos de 2009 e 2010. Porém em 2011 apresentou-se uma pequena redução no número de vítimas não fatais graves em relação a 2010. No que tange ao número de mortes nas rodovias federais do Estado da Bahia, foi registrado em 2008 um aumento de 5,22 % em comparação a 2007, felizmente em 2009 conseguimos uma redução de 5,12 % em comparação ao ano de 2008, mas já em 2010 foi registrado um aumento de 28,36% em relação ao ano de 2009, e em 2011 comparado com 2010 registrou-se uma redução de 4,19%, que em número absoluto significa uma grande redução na mortalidade dos acidentes.

O aumento da frota de veículos nacional e baiana, a redução do nosso efetivo, a melhoria do piso asfáltico das rodovias federais, o aumento de condutores inexperientes transitando pelas rodovias federais, o aumento de veículos de cargas, principalmente com excesso de comprimento, a falta de estrutura das rodovias federais da Bahia para acompanhar o crescimento da frota de veículos, a falta de desenvolvimento tecnológico para minimizar os efeitos do baixo efetivo da Polícia Rodoviária Federal e a imprudência dos condutores resultaram no aumento de alguns índices. Mesmo com um planejamento inteligente e a aplicação de poucos recursos tecnológicos, não conseguimos a redução esperada no número de ocorrências de acidentes de trânsito com relação aos números de 2010, mas alcançamos uma redução significativa no número de vítimas fatais e vítimas não fatais graves.

Durante o ano de 2011, a área operacional dessa regional executou diversas ações voltadas para a fiscalização de trânsito, a prevenção de acidentes, o aumento da sensação de segurança e o combate à criminalidade. Vejamos as operações planejadas e desenvolvidas:

2.4.3.1.4. Operações realizadas pela 10ª SRPRF/BA

a) Nacionais (Comparativo com 2010)

Operações onde o planejamento e a execução dos serviços da Polícia Rodoviária Federal, prioriza o emprego do efetivo nas atividades voltadas à fiscalização e à prevenção de acidentes de trânsito nas rodovias federais, visando a normalidade do fluxo de trânsito e a redução das taxas de acidentalidade e mortalidade

ANO	PERÍODO		HORÁRIO	TOTAL		
	INÍCIO	TÉRMINO	00:00 às 24:00	ACIDENTE	FERIDOS	MORTOS

OPERAÇÃO CARNAVAL

2010	12/02/10	17/02/10		123	60	11
2011	04/03/11	09/03/11		161	102	17

OPERAÇÃO SEMANA SANTA

2010	01/04/10	04/04/10		105	58	6
2011	20/04/11	24/04/11		184	90	22

OPERAÇÃO PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

2010	12/11/10	15/11/10		153	75	7
2011	11/11/11	15/11/11		112	47	9

OPERAÇÃO FIM DE ANO

2010	17/12/10	02/01/11		476	268	46
2011	16/12/11	02/01/12		562	290	42

b) Operações Regionais, Específicas e Especiais

Operações Regionais são as necessárias por ocasião de festividades e eventos regionais que demandem reforço de policiamento e fiscalização de trânsito, em face ao aumento do fluxo de veículos e pessoas.

Operações Específicas são ações desenvolvidas pela SPF e Delegacias observadas as normativas do DPRF. Todas as unidades devem, sem prejuízo na programação prevista pela CGO, operações específicas de fiscalização de velocidade, excesso de peso, inspeção veicular, produtos perigosos, transporte de passageiros, alcoolemia e comandos de saúde.

Operações Especiais são desenvolvidas para atender demandas que necessitem de intervenções especializadas, como: combate ao tráfico de drogas, aos crimes ambientais, aos crimes fiscais, aos assaltos à ônibus e cargas, entre outros.

I) OPERAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ULTRAPASSAGEM PROIBIDA

Essa operação é executada diariamente e visa combater o cometimento da infração de ultrapassagem proibida, uma das três principais causas de acidentes, principalmente com vítimas fatais, nas rodovias federais da Bahia.

Multas de Trânsito por Ultrapassagem Proibida				
2007	2008	2009	2010	2011
21.964	30.612	36.511	31.013	30.830

II) OPERAÇÃO RADAR – Diária

Essa operação é executada diariamente e visa combater o cometimento da infração de excesso de velocidade, uma das três principais causas de acidentes, principalmente com vítimas, nas rodovias federais da Bahia.

A redução na quantidade de autos extraídos se deu devido a mudanças na legislação que regula esse tipo de fiscalização e reparos no equipamento que serve a esta regional.

Multas de Trânsito por Excesso de Velocidade				
2007	2008	2009	2010	2011
7.495	11.522	78.263	64.003	28.647

III) OPERAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DE EMBRIAGUEZ

Operação que visa combater o consumo de bebidas alcoólicas ao volante, uma das três principais causas de acidentes, principalmente com gravidade, nas rodovias federais da Bahia.

Multas de Trânsito por Embriaguez ao Volante				
2007	2008	2009	2010	2011
377	656	1.900	2.241	1.502

Testes de Etilômetros efetuados				
2007	2008	2009	2010	2011
512	6.831	50.475	107.938	41.943

A quantidade de testes de etilômetro foi menor que em 2010 em virtude da falta de manutenção que tiraram vários equipamentos de operação. A única empresa que efetua a manutenção desses equipamentos não havia conseguido o certificado de inexigibilidade para que fosse contratada por essa regional.

IV) OPERAÇÃO MORFEU

Operação que visa combater o uso e o comércio de substâncias psicoestimulantes, “arrebites”, por condutores de veículos nas rodovias federais da Bahia. Foi identificado pela seção de Policiamento e Fiscalização da 10ª SRPRF em 2007 um aumento de acidentes nas rodovias federais causados por condutores fazendo uso de “arrebites”, por esse motivo vem sendo efetuadas essas operações nas rodovias federais da Bahia para inibir o comércio e uso desses medicamentos.

Quantidade de medicamentos do tipo anfetaminas apreendidos				
2007	2008	2009	2010	2011
1.396	226	274	121.346	241.034

V) OPERAÇÃO ESCULÁPIO

Operação que visa combater o uso e o comércio de medicamentos falsificados, contrabandeados e de venda proibida nas rodovias federais e em estabelecimentos comerciais às margens dessas rodovias, com o objetivo de combater desse tipo de crime e zelar pela saúde dos usuários das vias federais prevenindo dessa forma os acidentes de trânsito.

Quantidade de medicamentos irregulares apreendidos				
2007	2008	2009	2010	2011
18.293	31.410	2.268.136	15.746.763	41.093

VI) OPERAÇÃO CARGA PESADA

Operação que visa combater o transporte com excesso de peso nas rodovias federais da Bahia. Essa prática causa um grande prejuízo aos cofres públicos, pois deteriora o piso asfáltico causando a necessidade de reparos nas vias. Outro problema causado pelo excesso de peso em veículos de cargas e passageiros é o aumento dos acidentes, a via deteriorada aumenta o risco de acidentes.

Multas de Trânsito por Excesso de Peso				
2007	2008	2009	2010	2011
1.153	1.232	2.145	1.892	1.478

Excesso de Peso Verificado (ton.)				
2007	2008	2009	2010	2011
4.711	4.818	10.241	10.572	6.688

VII) OPERAÇÃO RÓTULO DE RISCO

Operação que visa fiscalizar o transporte de produtos perigosos e controlados nas rodovias federais da Bahia. Existe um cuidado muito grande para o transporte desse tipo de carga, pois acidentes envolvendo esses veículos causam consequências graves ao meio ambiente.

Multas de Trânsito de Transporte de Produtos Perigosos	
2010	2011
962	1.266

VIII) OPERAÇÃO VIAGEM LEGAL

Operação que visa fiscalizar o transporte irregular de passageiros nas rodovias federais do Estado da Bahia.

O transporte irregular vem causando sérios problemas nas rodovias federais do país, veículos sem a menor condição de trafegabilidade, condutores sem capacitação para transportar passageiros, veículos servindo para traficar entorpecentes e transportar produtos contrabandeados, veículos usados para fugas de foragidos da justiça, além de contribuir para o aumento de vítimas de acidentes de trânsito nas rodovias federais.

Multas de Trânsito por Transporte Irregular de Passageiros					
	2007	2008	2009	2010	2011
CTB	256	367	640	478	
ANTT	664	441	414	637	

IX) OPERAÇÃO SÃO JOÃO

Essa é a maior operação do ano para a 10ª SRPRF, período onde as rodovias federais

recebem o maior fluxo de veículo no ano. No festejo juninos as grande atrações musicais, atrai um público médio muito grande por noite, das quais muitas oriundas das cidades circunvizinhas, aumentando muito o fluxo de veículos nas rodovias federais da região.

A presença de um policiamento ostensivo com grande aparato nas rodovias federais se faz necessário para coibir o cometimento de infrações de trânsito, principalmente às que tem potencial maior de causar acidentes, além de aumentar a sensação de segurança aos foliões e demais usuários das rodovias federais. , registra-se grande aumento de fluxo de veículos com destino aos 416 municípios baianos, principalmente partindo da capital.

RESULTADOS					
	2007	2008	2009	2010	2011
Acidentes	102	157	174	258	187
Vítimas não fatais	41	84	75	125	114
Vítimas fatais	12	16	10	21	4
Pessoas detidas por embriaguez	0	10	27	24	20
Total de pessoas detidas	25	29	50	43	51
Quant. de veículos fiscalizados	4576	7239	11064	7956	7238
Quant. de notificações extraídas	1010	3777	7752	8928	4310
Quantidade de testes de etilômetro	0	286	1375	1954	530
Veículos recuperados	0	2	12	11	10
Armas apreendidas	0	0	7	1	5
Munições apreendidas	0	0	49	1	11

X) OPERAÇÕES GUARDIÕES DA VIDA (O.S. 009/2011):

Operação que tem os seguintes objetivos: proteger e preservar a vida de pedestres, condutores e passageiros de veículos nas rodovias federais que cortam o Estado da Bahia, visando o manejo sustentável do tráfego, proporcionando qualidade nas viagens pelas rodovia federais da Bahia; combater as ultrapassagens proibidas, o excesso de velocidade e embriaguez ao volante, de modo a conscientizar, repreender e reprimir os condutores infratores e tirar de circulação outros que possam vir a colocar em risco a segurança da coletividade; reforçar a fiscalização de Transporte irregular Intermunicipal, Interestadual e Internacional de passageiros e reforçar as ações de combate ao crime nas rodovias federais.

XI) OPERAÇÕES URÂNIO (O.S. 010 e 046/2011):

Operação que visa garantir a segurança dos usuários das rodovias e a fluidez do trânsito, proporcionando livre deslocamento aos comboios utilizados para movimentação do concentrado de Urânio (DUA), da unidade da INB em Caetité para o porto de Salvador.

XII) OPERAÇÕES “CÃO DE GUARDA” (O.S. 003/11):

Operações que tem o objetivo de implementar ações focadas no combate à criminalidade nas rodovias federais que cortam o Estado da Bahia, buscando de forma conjunta com outros órgãos de

segurança pública aumentar a sensação de segurança para o usuário e assegurar o direito de ir e vir do cidadão baiano.

Essa operação é planejada pelos Chefes de Delegacias e Chefes de NPFs das Delegacias, buscando intensificar as fiscalizações em seus trechos nos locais menos policiados durante o dia a dia e em locais com elevado índice de criminalidade.

XIII) OPERAÇÕES “MARCO ZERO” (O.S. 013/11):

Operações que tem o objetivo de implementar ações focadas no combate à criminalidade e na prevenção de acidentes nas rodovias federais que cortam o Estado da Bahia, buscando de forma conjunta entre Delegacias vizinhas aumentar o poder de fiscalização de trânsito e combate à criminalidade nas divisas dessas Delegacias. Dessa forma, aumenta-se a visibilidade da PRF e a sensação de segurança aos usuários.

XIV) OPERAÇÃO MICARETA DE FEIRA DE SANTANA (O.S. 017/11):

Operação que tem os objetivos de implementar reforço de policiamento e fiscalização nas rodovias federais que cortam a cidade de Feira de Santana, intensificar a fiscalização de ultrapassagens em locais proibidos, excesso de velocidade, ingestão de bebidas alcoólicas, bem como a fiscalização dos transportes interestaduais, intermunicipais e internacionais de passageiros, coibir os infratores na forma da lei, visando a prevenção de acidentes de trânsito e o aumento da segurança do trânsito no período da festa alusivo a Micareta desta cidade.

A Micareta de Feira de Santana, constitui o maior carnaval fora de época do país, tendo o agravante de ocorrer no maior entroncamento rodoviário do nordeste.

Com mais de vinte cidades circunvizinhas e distando da capital 109 km, é considerável o aumento no fluxo de veículos, motivado pela festa momesca, aliado ao fluxo normal de veículos pesados. Além disso é a 2ª cidade mais populosa do Estado e a maior do interior do nordeste.

A micareta de Feira de Santana é uma das maiores manifestações populares do interior da Bahia e do Brasil. Ela conta com uma mega estrutura e trás para a cidade o melhor da música baiana, necessitando assim uma atenção maior da Polícia Rodoviária Federal durante o período.

XV) OPERAÇÃO VAQUEJADA DE SERRINHA (O.S. 027/11):

Operação que tem o objetivo de reforçar o policiamento ostensivo nas rodovias federais nos trechos sob circunscrição da Delegacia 10/02 – Feira de Santana, intensificando principalmente a fiscalização de ultrapassagens em locais proibidos, excesso de velocidade, ingestão de bebidas alcoólicas, bem como a fiscalização dos transportes interestaduais, intermunicipais e internacionais de passageiros, coibindo os infratores na forma da lei visando a prevenção de acidentes de trânsito e o aumento da segurança no período da festa da vaquejada no município de Serrinha.

A Vaquejada de Serrinha é realizada no Parque Maria do Carmo, o maior parque de vaquejada do Brasil com 174 mil m² de área, situado às margens da BR 116 a 170 Km de Salvador e tem capacidade para abrigar cerca de 100 mil pessoas/dia.

Neste evento, grandes atrações de nível nacional se apresentarão. Dentro desta festa, no dia

04 de setembro de 2010, acontece o Frajola Country, festa que também concentra um grande público e é realizada às margens da BR 116, o que nos causa preocupação com o grande fluxo de veículos associado ao elevado consumo de bebidas alcoólicas (bebida grátis), fatores que contribuem para a ocorrência de acidentes.

XVI) OPERAÇÃO FESTIVAL DE INVERNO DE VITÓRIA DA CONQUISTA (O.S. 031/11)

Operação que tem o objetivo de intensificar o policiamento nos trechos considerados críticos sob a responsabilidade da Delegacia 10/08, garantindo assim que os turistas que se dirijam à cidade de Vitória da Conquista por ocasião da realização do Festival de Inverno, festa já consagrada nesse município, o façam de forma mais segura e tranquila. Os focos principais são: garantir a fluidez do trânsito, o combate à criminalidade, a fiscalização do transporte interestadual e intermunicipal de passageiros.

O Festival de Inverno se consolidou como um dos principais projetos culturais do Estado, especificamente da Região Sudoeste da Bahia e, devido a essa característica, tem atraído a atenção de inúmeros visitantes, tanto do próprio Estado, quanto de outras Unidades da Federação. A Polícia Rodoviária Federal com vistas a garantir a segurança nas via federais, coibirá os excessos praticados por alguns condutores, bem como coibirá práticas criminosas que ponham em risco a incolumidade das pessoas.

XVII) OPERAÇÃO CORCEL NEGRO E 23ª FPI:

Diante da necessidade de vários órgãos da administração pública em fiscalizar o transporte de carvão vegetal nas rodovias federais que cortam o sudoeste baiano na região de divisa com o Estado de Minas Gerais, para atender a solicitação de apoio do IBAMA, através do Ofício 0195/2010-GAB/SUPES/BA, da solicitação do Ministério Público do Estado da Bahia, principalmente no que se refere ao comércio ilegal de madeiras e carvão vegetal vendido para as usinas siderúrgicas do estado de Minas Gerais, e incrementar a fiscalização do transporte de carga com excesso de peso e do transporte coletivo de passageiros na mesma região, foi desenvolvida essas operações com os objetivos de intensificar a fiscalização aos veículos que trefegam transportando de forma irregular o carvão vegetal, assim como aos veículos de carga e passageiros que circulam naquela região.

XVIII) OPERAÇÕES “ESCULÁPIO”:

Operação que tem o objetivo de combater o comércio irregular de medicamentos nas rodovias federais do Estado e apoiar a ANVISA nas interdições dos comércios irregulares .

Em virtude de algumas apreensões de medicamentos irregulares efetuados pelas equipes PRF de rotina das Delegacias, os quais eram comercializados nas rodovias federais da Bahia, foram efetuados pela SPF levantamentos de pontos de comercialização desse material, onde se descobriu a venda de medicamentos contrabandeados, venda irregular de medicamentos em geral, fabricação e falsificação de vários tipos de medicamentos em farmácias e fábricas clandestinas em várias cidades às margens das vias federais que cortam a Bahia. Diante do exposto, foi desenvolvida essa operação com o intuito de proteger a sociedade e eliminar as organizações criminosas envolvidas nesse tipo de comércio.

XIX) OPERAÇÃO “FAUNA LIVRE”:

Essa operação tem o objetivo de coibir o tráfico e comércio irregular de animais silvestres em rodovias federais e em feiras livres.

XX) OPERAÇÃO “IBOTIFOLIA” :

Operação que teve como objetivo implementar reforço de policiamento e fiscalização de trânsito e dos transportes intermunicipais, interestaduais e internacionais de passageiros na rodovia federal BR 242, visando à prevenção dos acidentes de trânsito e o aumento da segurança, combater o consumo de álcool por condutores de veículos durante o período desse festejo carnavalesco e o combate à criminalidade de forma geral.

XXI) OPERAÇÃO “FESTIVAL DE INVERNO DE LENÇÓIS”:

Operação que tem o objetivo de reforçar o policiamento ostensivo rodoviário em trechos considerados críticos na circunscrição da 6ª Delegacia, os quais apontam a necessidade de maior atenção em face do número de acidentes de trânsito que historicamente aumentam no período deste festejo, uma vez que o fluxo de veículos sofre considerável acréscimo, garantir a fluidez e segurança do trânsito, executar ações de combate à criminalidade e implementar reforço de policiamento e fiscalização de trânsito visando atender às diversas demandas, principalmente no que se refere ao combate do consumo de bebidas alcoólicas por motoristas em deslocamento naquele trecho de rodovia e o transporte irregular de passageiros.

O Festival de Inverno da cidade de Lençóis-BA é realizado todo os anos, fazendo parte do calendário de eventos da BAHIA TURSA. A Cidade fica localizada na Chapada Diamantina, local de grande fluxo de turistas nacionais e internacionais.

Tal evento, devido as atrações turísticas e sua peculiaridade, acarreta em um aumento considerável no fluxo de veículos, o qual requer da Polícia Rodoviária Federal um reforço no policiamento conforme citado acima,

Para conhecimento, a cidade de Lençóis-BA está na circunscrição da Delegacia 10/06 Seabra-BA, a qual tem um dos menores efetivos da 10ª SRPRF.

XXII) OPERAÇÃO “ESCOLTA EÓLICA”

Operação que tem o objetivo de reforçar a segurança nas escolta de cargas excedentes, conforme rege a resolução 11/04 do DNIT, a qual torna obrigatória, em determinados excessos de peso e dimensões, a escolta da PRF.

Essa operação se mostrou necessária devido a grande quantidade de escoltas a serem executadas em virtude dos vários parques eólicos em desenvolvimento no Estado, A ação também tem como objetivo promover a segurança da carga transportada e dos usuários das rodovias durante o percurso da escolta.

Foram escoltadas 171 cargas excedentes.

XXIII) OPERAÇÕES “ARMADILHAS”:

Operações que tem o objetivo de intensificar fiscalização aos transportes irregulares intermunicipais e interestaduais de passageiros com o objetivo de reduzir o número de acidentes envolvendo esse tipo de veículo, intensificar a fiscalização aos veículos e condutores que efetuam o transporte irregular intermunicipal e interestadual de passageiros com o objetivo de combater a criminalidade nas rodovias federais baianas, intensificar a fiscalização aos passageiros que utilizam o transporte irregular intermunicipal e interestadual de passageiros e suas bagagens.

A operação foi criada em virtude do crescimento do tráfico de entorpecentes, do contrabando, do tráfico de armas e munições, do tráfico de animais silvestres e da constatação pela PRF de que grande parte desse ilícito trafega pelas rodovias federais em veículos de transporte irregular de passageiros.

Diante da constatação e para garantir a segurança de nossa sociedade, a PRF intensificou ainda mais a fiscalização aos transportes irregulares de passageiros em datas específicas. Dessa maneira, de forma sincronizada e coordenada, a PRF atuou em todo o território baiano aumentando a sensação de segurança e tirando de circulação vários materiais ilícitos;

XXIV) OPERAÇÕES “GADO NA MANGA”:

Operações que tem o objetivo prevenir os acidentes de trânsito do tipo atropelamento de animal, evitando a migração de animais das fazendas para as rodovias federais que cortam a Bahia, e recolhimento aqueles que já se encontram nessas vias.

Em 2010 aconteceram 333 acidentes do tipo atropelamento de animal nas rodovias federais que cortam a Bahia, esse número representa 3,56% dos acidentes registrados na 10ª SRPRF/BA, em 2011 esse número chegou a 399 acidentes deste tipo, representando 3,83% do total dos acidentes nesse ano.

XXV) OPERAÇÕES “CARBURANTE”:

Considerando o grande tráfego de caminhões tanque transportando combustíveis à noite e sem notas fiscais, principalmente nas circunscrições da 1ª, 8ª e 9ª Delegacias da 10ª SRPRF/BA, e percebendo que esta prática visa burlar a fiscalização do produto e a transação comercial, articulamos essa operação e convidamos a ANP -Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis para participar da fiscalização e testar os produtos transportados, assegurando que estes cheguem ao consumidor final com total pureza para o consumo.

XXVI) OPERAÇÃO “FESTA DA PAZ”:

Operação que tem o objetivo de reforçar o policiamento ostensivo nas rodovias federais nos trechos sob circunscrição da Delegacia 10/10 – Barreiras, no período dos festejos da festa da paz.

A FESTA DA PAZ é o maior evento que ocorre anualmente na cidade de São Desidério/BA, BR 135, à 26 Km's de Barreiras/BA. Esta será a 15ª edição e tem gerado grandes expectativas devido as atrações anunciadas e a gratuidade do acesso, atraindo um público maior a cada ano. Esta BR é extremamente perigosa pela quantidade excessiva de curvas, falta de acostamento e sinalização, e presença de diversos pontilhões por causa de um projeto de irrigação da CODEVASF. Por esses motivos, a SPF/BA vem buscando dar suporte operacional à Del. 10/10 – Barreiras, com

deslocamento de efetivo extra de outras delegacias.

Na FESTA DA PAZ, que já ganhou o estigma de “O Maior Evento Musical do Oeste Baiano”, grandes atrações nacionais se apresentarão durante os dias do evento. A Polícia Rodoviária Federal deve reforçar sua fiscalização nas BRs 242 (trecho da Del. 10/10 – Barreiras) e BR 135 (entre as cidades de Barreiras e São Desidério), pois há um aumento considerável no fluxo de veículos entre essas cidades em decorrência desses festejos.

XXVII) OPERAÇÃO “ULTRAPASSAGEM PROIBIDA”:

Operação que tem o objetivo de implementar ações focadas na segurança do trânsito, em especial as que visem a redução de acidentes nas rodovias federais, implementar ações focadas no combate a infração de ultrapassagem proibida nas rodovias federais que cortam o Estado da Bahia e realizar em todo território estadual atividades específicas de fiscalização de ultrapassagem proibida, aumentando a sensação de segurança para o usuário dessas rodovias e assegurando o direito de ir e vir do cidadão baiano;

Em 2010 nas rodovias federais que cortam o Estado da Bahia, a infração de ultrapassagem proibida é a que mais tem causado acidentes com vítimas fatais. Nos veículos tipo automóveis 44,78% das mortes são causados por colisões frontais, consequência das ultrapassagens proibidas, em caminhões 27,81% e nos veículos tipo motocicletas 33,85%.

XXVIII) OPERAÇÕES “RASTRO DE FOGO”:

Operações que tem como objetivo coibir a circulação de veículos com excesso de peso nas BRs 122, 030 e 430, intensificar a fiscalização aos veículos que trefegam transportando de forma irregular o carvão vegetal nas BRs 122, 030 e 430, intensificar o combate à criminalidade nas BRs 122, 030 e 430, intensificar o combate aos crimes ambientais nas BRs 122, 030 e 430.

XXIX) OPERAÇÃO “AMPLIAÇÃO DA PONTE PRESIDENTE DUTRA”:

Operação que tem o objetivo de estabelecer as diretrizes operacionais da Polícia Rodoviária Federal para a ampliação da ponte Presidente Dutra, considerando o grande tráfego de veículos pesados na ponte que liga Juazeiro-BA a Petrolina-PE, considerando que no período da ampliação o impacto e transtornos no trânsito serão grandes, considerando que por questões técnicas de engenharia os veículos de três eixos devem ser proibidos de trafegar naquela ponte, considerando que a referida ponte é uma obra de arte da BR 407, considerando o Ofício CMTT/GAB nº 051/2011 da Prefeitura Municipal de Juazeiro solicitando apoio no controle do trânsito. Dessa forma a Polícia Rodoviária Federal deve implementar reforço policial para o controle e organização do trânsito naquela ponte e para a segurança dos profissionais que estão trabalhando na ampliação e dos usuários, prevenindo os acidentes de trânsito .

XXX) OPERAÇÃO “MILAGRES”:

Operação que tem como objetivo combater os assaltos a veículos na BR 116 trecho da Delegacia 10/03 – Jequié nas proximidades da cidade de Milagres e promover a segurança naquela região.

XXXI) OPERAÇÃO “COPA VELAS”:

Operação que tem o objetivo de estabelecer as diretrizes operacionais da Polícia Rodoviária Federal para a realização da evento Copa Velas.

Esse evento, micareta de Paulo Afonso, BA, está na sua 22ª edição, e ao longo de suas edições, o evento atravessou importantes transformações. No início era apenas uma competição náutica. Hoje, a Copa Vela apresenta-se como uma das maiores micaretas do Nordeste, incluída no calendário brasileiro de festas, atraindo pessoas de diversos cantos do Brasil em busca de diversão.

Mas o evento não é só festa. É oportunidade de trabalho. Enquanto uns curtem, outros veem uma oportunidade de ganhar dinheiro. Centenas de empregos diretos e indiretos são gerados. Hotéis, pousadas, bares, restaurante, comércio de confecções, barraqueiros são alguns desses setores beneficiados.

Como a cidade de Paulo Afonso faz divisa com outros três Estados (Sergipe, Alagoas e Pernambuco), o evento passa a ser uma grande atração na região atraindo vários turistas e aumentando bastante o fluxo de veículos e pessoas nas rodovias federais que cortam aquela cidade. Em anos anteriores todos os hotéis e pousadas tiveram suas lotações esgotadas, aumentando consideravelmente o fluxo de veículos na BR 110.

Portanto, é imprescindível a mobilização da Polícia Rodoviária Federal para que seja montado um esquema de trabalho que possa minimizar os problemas ocasionados em função desse aumento do fluxo de veículos e pessoas.

XXXII) OPERAÇÃO “VERÃO”:

Essa operação tem como objetivo intensificar as fiscalizações no período de 16 de dezembro de 2011 a 22 de fevereiro de 2012, onde abrange os festejos de fim de ano, carnaval e férias escolares. Essas ações justificam-se pelo aumento significativo do fluxo de veículos e de pessoas nas rodovias federais nesse período. No Estado da Bahia, agrega-se às situações já expostas anteriormente, a característica litorânea, um dos maiores litorais do país, com belas praias, o Carnaval mais procurado do país e conhecido mundialmente.

Baseado nas justificativas acima, vislumbra-se a necessidade de intensificar a presença da PRF nas rodovias federais que cortam o Estado baiano, aumentando dessa forma a sensação de segurança aos usuários delas. Neste sentido, buscar-se-á aumentar a presença e a disponibilidade da PRF, principalmente nos trechos mais críticos, buscando prestar um serviço de excelência superando às expectativas da sociedade.

XXXIII) OPERAÇÃO “ANJOS DO SOL”:

Operação que tem o objetivo de repreender ações de exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias federais da Bahia.

XXXIV) OPERAÇÃO “BR 101”:

Operação que tem o objetivo de repreender ações de assaltos à ônibus e desbaratar

quadrilhas de assaltantes de ônibus em toda a BR 101, considerada a rodovia mais utilizada para esse tipo de delito.

2.4.3.1.5. Resultados operacionais da 10ª SRPRF/BA

Apresentamos abaixo tabelas que ilustram resultados operacionais da 10ª SRPRF no ano de 2011 comparado com outros anos:

Tabela dos acidentes de trânsito de 2011 por rodovias

	BR 324	BR 101	BR 116	BR 242	BR 110	BR 330	BR 367	BR 407
Acidentes	2955	2830	2570	614	467	110	278	269
Feridos	1419	1757	1543	468	417	96	166	197
Mortos	108	221	214	77	62	11	15	32

Tabela dos acidentes de trânsito de 2010 por rodovias

	BR 324	BR 101	BR 116	BR 242	BR 110	BR 330	BR 367	BR 407
Acidentes	2669	2640	2242	570	486	127	250	179
Feridos	1281	1638	1325	466	434	141	155	148
Mortos	109	260	240	64	51	11	6	7

Quantidade de entorpecentes apreendidos

	2007	2008	2009	2010	2011
Cocaína (kg)	107,8	46,4	94,08	131,35	347,58
Maconha (kg)	891,4	1456,7	1419,25	506,37	1721,22
Crack (kg)	6,7	26,8	8,08	119,41	36,94

Quantidade de armas e munições apreendidas

	2007	2008	2009	2010	2011
Armas	74	124	87	86	154
Munições	673	1131	585	756	6406

Apreensões relacionadas aos crimes ambientais

	2007	2008	2009	2010	2011
Carvão (M³)	3990	4380	829	848	585
Madeira (M³)	698	823	444	510	1440
Pescado (kg)	796	74	1465	1135	2356
Agrotóxico (kg)	0	0	0	1000	0
Animais Silvestres(un.)	2204	3225	4817	2094	2419

Apreensão de medicamentos

	2007	2008	2009	2010	2011
Medicamentos Diversos	18.293	31.410	2.268.136	15.746.763	41.093
Anfetaminas (Arrebites)	1.396	226	274	121.346	241.034

Apreensão de materiais contrabandeados/piratedados

	2007	2008	2009	2010	2011
Bebidas (l)	1.059	4.223	28	3.242	22.293
Cigarros (pct)	49.782	52.103	81.260	78.713	16.552
Equip. Informática (un.)	79	1.748	4.773	3.988	7.491
Eletrônicos (un.)	17.818	30.760	33.794	101.178	75.159
CDs/DVDs (un.)	49.782	52.103	81.260	259.291	57.805
Combustível	4.100	1.820	201.768	1.420	140.766

Pessoas Detidas

	2007	2008	2009	2010	2011
Quantidade	1.789	2.103	2.282	2.529	1.961

Diversos

	2007	2008	2009	2010	2011
Veículos recuperados	250	269	296	288	249
Doc. Falsificados apreendidos	127	145	170	149	120
Animais recolhidos	1.965	1.706	1.546	1.503	1.159
Auxílio ao Usuário	5.822	6.094	6.422	5.499	4.639

Direitos Humanos – Criança/Adolescentes Vitimados ou em Conflito com a Lei

	2007	2008	2009	2010	2011
Crianças e adolescentes em conflito com a Lei	54	71	39	57	55
Crianças e adolescentes vitimados	85	109	120	86	114
Pessoas detidas por envolvimento com crianças e adolescentes	31	33	16	56	73

2.4.3.1.6. Assistência à saúde, resgate e socorro nas Rodovias Federais

2.4.3.1.6.1. Assistência à Saúde nas Rodovias Federais

No que tange a este subitem, a assistência foi prestada no sentido de oferecer aos usuários serviços de saúde específicos nos diversos comandos realizados, em conjunto com os órgãos de saúde local em cada cidade.

2.4.3.1.6.2. Resgate e Socorro nas Rodovias e Estradas Federais

I. APH e Resgate:

Foram realizados vários atendimentos pré-hospitalares. Tais atividades vêm sendo desenvolvidas por meio de convênios com o SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência).

Referido convênio, assinado entre o DPRF e o Ministério da Saúde em 2004, tem como

objetivo oferecer à sociedade serviço de APH e resgate aos acidentados e demais urgências/emergências, sob regulação médica, à rede Assistencial do SUS, observadas as prioridades institucionais.

O acordo envolve o repasse pleno mensal de R\$ 1.454.500,00 e o repasse pleno anual de R\$ 17.454.000,00. Para tanto, as obrigações do DPRF são: disponibilizar ambulâncias e aeronaves, abastecimento periódicos das unidades, fornecer instalações físicas e meios de comunicação existentes, associar a logomarca SAMU-192, promover educação continuada conjunta, repor a frota e material permanente conforme disponibilidade financeira. As obrigações do Ministério da Saúde são: repasse mensal de R\$ 6.250,00 para cada ambulância de Suporte Básico de Vida, R\$ 13.250,00 para cada ambulância de Suporte Avançado de Vida e R\$ 34.500,00 para cada unidade de Suporte Avançado Aéreo, promover educação continuada conjunta, fornecer equipe de saúde complementar, limpeza e desinfecção das unidades, fornecerem os protocolos de atendimento, emissão de relatórios, reposição de material permanente e de consumo.

A implantação e operacionalização do convênio começou em 2004, mas não teve, neste ano de 2011, um bom aproveitamento. Temos 05 (cinco) Convênios firmados entre os Municípios de Alagoinhas/Ba, Vitória da Conquista/Ba, Eunápolis/Ba, Jequié/Ba e Salvador/BA, e a União, por intermédio da 10ª SPRF/BA, com o repasse de R\$ 6.250,00 por Convênio. Vale resaltar que no caso específica de Eunápolis o convênio encontra-se desativado por falta de efetivo.

Tem-se verificado alguns empecilhos para a efetivação ágil e completa do convênio SAMU-DPRF. São eles:

- Questões políticas locais;
- Recursos humanos (motoristas, médicos e socorristas capacitados e disponíveis);
- Viaturas com problemas;
- Localidades onde o SAMU ainda não foi instalado;
- A verba destinada pelo Ministério da Saúde apenas contempla a compra de material de consumo, manutenção das viaturas e diárias dos policiais. Porém, há necessidade de se gastar com material permanente e essa verba não cobre;

Os resultados em números de atendimentos obtidos nas cidades com convênios da PRF com o SAMU192 foram os seguintes:

Cidade	2011	Observação
Alagoinhas	70	Ativo
Jequié	122	Ativo
Eunápolis	00	Inoperante por deficiência de efetivo
Salvador	00	Rodovia Privatizada
Vitória da Conquista	56	Ativo
Total	248	

Materiais para APH recebidos pelo DPRF: 01 viatura de suporte avançado com equipamentos de uso médico como desfibrilador, bomba de infusão, ressuscitador, aparelho de ventilação mecânica e oxímetro de dedo; equipamentos que equipam a viatura visando um

atendimento a urgências/emergências mais eficaz à sociedade. Contudo, esta viatura está sendo utilizada como básica, porque nenhum dos convênios firmados prevê-la como avançada devido ao alto custo, o que foi negado pelas prefeituras envolvidas;

II. Palestras e cursos:

a) Palestra:

Palestra sobre e Atendimento Pré-hospitalar para os Servidores socorristas através dos núcleos de emergências locais de cada unidade.

b) Comando de saúde preventivo:

Os Comandos de Saúde Preventivos são campanhas de cunho preventivo e educativo, realizadas em parceria com os Municípios, dirigidas aos profissionais do volante no âmbito das rodovias federais. Nelas, por amostragem, solicita-se a participação voluntária de condutores profissionais em trânsito. Em sendo detectadas alterações em relação aos parâmetros de obesidade, força manual, hipertensão, hiperglicemia, hipercolesterolemia, acuidade visual imprópria, aplicação de fluxo etilismo, tabagismo, carga horária trabalhada em excesso e utilização de medicamentos impróprios, os condutores recebem orientação adequada por profissionais da saúde, podendo, nos casos mais graves, serem conduzidos às unidades de saúde locais, evitando-se, desta forma, a ameaça à segurança própria e a dos demais usuários da rodovia.

Considerando que no seio da etiologia dos acidentes de trânsito em nossas rodovias, constata-se o envolvimento precípua de motoristas profissionais; considerando que, em estudo piloto, verificaram-se percentuais consideráveis de alterações fisiológicas entre os mesmos, o que prejudica a segurança no trânsito; considerando ainda o fato de que exames periódicos isolados são realizados pelos DETRAN'S regionais somente a cada três ou cinco anos, por ocasião da renovação da CNH, conforme o Art. 147 § 2º do CTB, os Comandos de Saúde Preventivos se tornam imprescindíveis para reduzir o número de acidentes de trânsito.

Estes comandos têm abrangência regional e o público alvo são os motoristas que possuem carteira de habilitação nas categorias C, D e E, notadamente aqueles que realizam transporte de cargas e interestadual de passageiros.

Objetivos dos comandos de saúde:

- Detectar e alertar sobre alterações em parâmetros de saúde que poderão prejudicar e/ou impedir a condução de veículos por profissionais do trânsito;
- Educativo e cívico, haja vista a gama de informações adicionais correlatas à saúde e ao trânsito, que podem ser instituídas concomitantemente;
- Indicador estatístico acerca do perfil de saúde da população usuária específica (motoristas profissionais);
- Redução de acidentes, etc.

Foram realizados aproximadamente 03 eventos distribuídos pelas 10 Delegacias desta Regional em toda Bahia, destinados à aferição da saúde e educação de motoristas profissionais, tendo sido atendidas 300 motoristas.

Os Comandos de Saúde Preventivos são realizados a cada três meses, por no mínimo quatro horas, conforme definição das Delegacias, preferencialmente em locais de grande fluxo de veículos e em antecedência a datas festivas.

Anualmente os acidentes de trânsito deixam mais de 300 mil pessoas feridas e cerca de 40 mil mortos resultando num custo social direto anual estimado da ordem de mais de 10 bilhões de reais, segundo estudos recentemente concluídos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, maculando sobremaneira a imagem nacional.

Campanhas sócio-educativas possuem elevado valor cívico e são bem-vindas, na medida em que se coadunam com a necessidade premente de reforçarmos as ações promotoras de redução de acidentes de trânsito no âmbito da sociedade brasileira. Como dever de todos, não poderíamos concebê-las sem a participação de órgãos colaboradores dos mais variados matizes, que ao final têm a sua cidadania certificada.

Aos profissionais do transporte rodoviário, a oportunidade para a avaliação dos fatores de risco (parâmetros de saúde alterados) é ímpar, dado à característica peculiar da profissão que muitas vezes não lhes oferta possibilidades econômico-temporais de manter os cuidados indispensáveis à própria saúde.

A certificação, através de selo adesivo alusivo ao evento, aos profissionais do transporte em que não foram encontrados fatores de risco, os homenageia e os incentiva ao cultivo permanente à boa saúde e ao semeio dos conhecimentos adquiridos ao longo das rodovias.

2.4.3.1.6.3. Análise dos resultados alcançados

I. Condições de trabalho no exercício de 2011:

No ano de 2011, houve redução do efetivo de policiais na atividade fim, o que prejudicou bastante o desenvolvimentos dos trabalhos.

Além disso, ainda falta um contingente capacitado para atuar na área de resgate a vítimas. Outrossim, a falta de Orçamentário dificultou um atendimento com mais eficácia, tanto para os usuários como para os servidores.

II. Previsão de melhorias a serem implementadas no exercício de 2011:

Aquisição de novas ambulâncias de suporte básico e avançado de vida, novos materiais e equipamentos como desencarceradores, desfibriladores, materiais médico-hospitalares, ventiladores para respiração artificial de acidentados graves, estetoscópios e esfigmomanômetros, balanças antropométrica, fitas para exame de glicose e triglicerídeos e aparelhos de acuidade visual.

Realização de parceria com SAMU nas cidades onde ainda não existe, para que as atividades de resgate nas rodovias tenham maior possibilidade de sucesso.

Capacitar e treinar os atuais e novos servidores para exercerem a atividade de socorrismo.

III. Análise crítica dos resultados alcançados:

Dentro dos objetivos almejados no planejamento muitas atividades conseguiram êxito e outras foram severamente obstaculizadas, impedindo a execução completa dos objetivos.

APH e Resgate – esta atividade é imprescindível, pois atua atendendo aos usuários das rodovias federais diuturnamente, e até mesmo em situação de emergência, fora deste âmbito, com o escopo de atender à coletividade em estado de perigo. Conta com um orçamento limitado em relação à demanda de trabalho. A precariedade de recursos materiais e humanos dificulta a eficiência da atividade e limita a eficácia da mesma. Quanto à gestão dos recursos, este ano não foi disponibilizada verba específica para o atendimento pré-hospitalar.

Ensino e treinamento – Não houve.

Comandos de Saúde Preventivos – os 03 (quatro) comandos realizados durante o exercício de 2011 alcançaram resultados satisfatórios.

2.4.3.1.6.4. Conclusão

De maneira geral, pode-se concluir que os objetivos concernentes à assistência à saúde, resgate e socorro nas rodovias federais, em 2011 não foram totalmente alcançados. Entretanto, os Convênios firmados com o Ministério da Saúde, com alguns municípios e a implementação do Serviço Móvel de Atendimento de Urgência possibilitou uma melhoria considerável no atendimento pré-hospitalar, aumentando o índice de êxito nas atividades. Do mesmo modo, os comandos de saúde preventivos causaram uma repercussão muito boa junto aos condutores, melhorando sobremaneira a imagem da Polícia Rodoviária Federal de instituição comprometida com a segurança no trânsito.

No que tange às deficiências constatadas, faz-se mister salientar que a falta de recursos prejudica a melhoria desse serviço público. A carência de recursos materiais e humanos, em decorrência da grande malha rodoviária, acaba sendo um dos principais empecilhos à melhoria das atividades.

2.4.3.2. Programa 1386

Para o Programa 1386, adota-se como indicador o Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas, com o qual se pretende medir percentual de unidades com estrutura física, de dados, de comunicações e de viaturas adequadas (eficácia).

2.4.3.3. Programa 0750

Não há indicadores.

3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

QUADRO XVI - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos					Valores em R\$ 1,00
Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
333908214	DIÁRIAS PESSOAL CIVIL				
333909239	SERVIÇOS DE TERCEIROS / PJ				
333909247	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS				
333909292	MATERIAL DE CONSUMO				
333919239	SERVIÇOS DE TERCEIROS / PJ - INTRA ORÇAMENTÁRIO				
333919285	SERVIÇOS DE PUBLICIDADE LEGAL - INTRA ORÇAMENTÁRIO				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2010	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2011
200114	506640935-15	0	1244,59	0	1244,59 (D)
200114	013741365-30	0	1244,59	0	1244,59 (D)
200114	065973005-72	0	1244,59	0	1244,59 (D)
200114	570423905-63	0	1244,59	0	1244,59 (D)
200114	723425105-78	0	1244,59	0	1244,59 (D)
200114	019347095-06	0	1244,59	0	1244,59 (D)
200114	110186585-72	0	1244,59	0	1244,59 (D)
200114	249084281-15	0	1244,59	0	1244,59 (D)
200114	337801705-82	0	1244,59	0	1244,59 (D)
200114	32858441/0001-15	0	96415,98	0	96415,98 (D)
200114	34028316/0005-37	0	18080,16	0	18080,16 (D)
200114	046989540001-70	0	17460,00.	0	17460,00 (D)
200114	09576446/0001-33	0	55232,98	0	55232,98 (D)
200114	00855634/0001-26	0	79068,21	0	79068,21D)

200114	01252610/0001-45	0	54244,7	0	54244,70 (D)
200114	33000118/0001-79	0	67603,2	0	67603,20 (D)
200114	15139629/0001-94	0	4535,4	0	4535,4 (D)
200114	47866934/0001-74	0	284208,35	0	284208,35 (D)
200114	04196645/0001-00	0	3219,22	0	3219,22 (D)
200114	09168704/0001-42	0	283,5	0	283,5 (D)
Razões e Justificativas:					
NÃO HOVE REPASSE DE ORÇAMENTÁRIO PELO DPRF/MJ PARA ATENDER ÀS DESPESAS					
Fonte: 0174020197					

3.1. Análise Crítica

A 10ª SRPRF-BA buscou junto ao DPRF/MJ – Sede os recursos necessários para honrar seus débitos ao longo do último mês de exercício. Apesar da solicitação formalizada através de mensagens SIAFI, o repasse de orçamento não ocorreu não podendo assim atender as despesas vigentes do período.

4. MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

4.1. Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

QUADRO XVII - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores				Valores em R\$ 1,00
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	1086106,1	0	1086106,1	0
2009	7796,2	0	7796,2	0
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	3634218,51	97818,93	3504615,58	31784,00.
2009	123320,82	123078,32	242,5	0
2008...	124096,25	41389,84	82706,41	0
Observações:				

4.2. Análise crítica

Foram inscritos em restos a pagar processados referentes ao exercício 2010, R\$ 1.086.105,50, sendo pagos no dia 28/jan/2011 (R\$ 1.011.000,00) através das ordens bancárias 2011ob800076, 2011ob800077, 2011ob800078, 2011ob800079, 2011ob800080, 2011ob800081, 2011ob800082, 2011ob800083, 2011ob800084, 2011ob800085 e 2011ob800086, conforme comprovantes extraídos do SIAFI no conração da conta 295210201 - RP PROCESSADOS PAGONE, tendo como referência o mês de janeiro de 2011.

Foram inscritos em restos a pagar não processados referentes ao exercício 2009 o valor de R\$ 123.394,77, sendo pagos em 24 de fevereiro de 2011 o montante de R\$ 242,5. O restante R\$ 123152,27 foi cancelado entre fevereiro e abril de 2011, em atendimento ao Decreto nº 7.418 de 31 de dezembro de 2010. (Informações extraídas do SIAFI no conração das contas 295110100 e 295110300, tendo como referência os meses de fevereiro a abril de 2011).

Os empenhos que permaneceram inscritos em restos a pagar não processados de 2010, no valor total de R\$31781,01. estão sendo analisados pela Administração, para definição do que será

executado, conforme previsto no Art.35 item II do Decreto nº 93.872/86. (Informações extraídas do SIAFI no conrazão da conta 295110100 e na transação CONORC, tendo como referência o mês de dezembro de 2011.

5. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

A força de trabalho da 10ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal é composta por servidores do Quadro de Pessoal Específico, em sua maioria ocupantes do Cargo NI 911001 (Policial Rodoviário Federal), servidores estatutários redistribuídos de outros Ministérios, bem como por pessoal terceirizado e estagiários.

A Seção de Recursos Humanos tem suas atribuições definidas na Portaria Ministerial nº 1375, de 02 de agosto de 2007, merecendo destaque a análise da legalidade dos pleitos que consistem na verificação da legitimidade e legalidade das petições, dos processos relativos à concessão de benefícios e vantagens, de aposentadorias e pensões; atendimento a demandas da AGU, CGU, TCU e diversos Tribunais Estaduais e Federais; manutenção e atualização do cadastro de servidores no sistema SIAPE; procedimentos relativos às licenças para tratamento de saúde do servidor como agendamento de perícias, bem como, gerenciamento da folha de pagamento mensal.

No âmbito de sua competência regimental e em articulação com o Órgão Normativo do Sistema de Pessoal Civil do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, além de valer-se dos subsídios dos Pareceres advindos da Advocacia-Geral da União, a 10ª SRPRF/BA cumpre sua missão em perfeita sintonia com as normas legais vigentes.

5.1. Composição do quadro de servidores ativos

A 10ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal conta com um quadro de 549 servidores ativos, sendo que destes 544 estão em atividade no Órgão, dividindo-se em 528 Policiais e 16 Administrativos; 01 cedido a AGU; 02 encontram-se Licenciados para exercício de Atividade Política, percebendo suas remunerações do cargo efetivo; 01 encontra-se em gozo de Licença Capacitação e 01 encontra-se em gozo de Licença para Tratar de Interesse Particular. Somam-se à força de trabalho 71 colaboradores que compõem o quadro de estagiários de nível médio (62) e superior (9) e mais 18 colaboradores terceirizados na área de apoio Administrativo.

5.1.1. Quadro de servidores ativos

QUADRO XVIII – Composição Do Quadro De Recursos Humanos – SITUAÇÃO EM 31/12/2011

Tipologia dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2011	Egressos em 2011
	Autorizada	Efetiva		
1. Provimento de cargo efetivo	613	549	-----	-----
1.1 Membros de poder e agente político	-----	-----	-----	-----
1.2 Servidores de Carreira	-----	-----	-----	-----
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-----	506	3	17
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-----	-----	-----	-----
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	-----	-----	-----	-----
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	-----	-----	-----	-----
1.3 Servidores com Contratos Temporários	-----	-----	-----	-----
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	-----	-----	-----	-----
1.4.1 Cedidos	-----	1	-----	-----
1.4.2 Removidos	-----	-----	-----	-----

1.4.3 Licença remunerada	-----	3	-----	-----
1.4.4 Licença não remunerada	-----	1	-----	-----
2 Provisão de cargo em comissão	-----	-----	-----	-----
2.1 Cargos Natureza Especial	-----	-----	-----	-----
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	-----	-----	-----	-----
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-----	1	-----	-----
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-----	-----	-----	-----
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-----	-----	-----	-----
2.2.4 Sem vínculo	-----	-----	-----	-----
2.2.5 Aposentado	-----	-----	-----	-----
2.3 Funções gratificadas	-----	-----	-----	-----
2.3.1. Servidor de carreira vinculada ao órgão	-----	37	-----	-----
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-----	-----	-----	-----
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-----	-----	-----	-----
3 Total	613	549	3	17

Fonte: Sistema SIAPE e SRH/DPRF

5.1.2. Situações que reduzem a força de trabalho da UJ

QUADRO XIX – Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ – SITUAÇÃO EM 31/12/2011

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	
1.2. Exercício de Função de Confiança	
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	1
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	2
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-graduação Stricto Sensu no País	1
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	
3.1. De ofício, no interesse da Administração	1
3.2. A pedido, a critério da Administração	
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	1
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	1
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	
4.1. Doença em pessoa da família	
4.2. Capacitação	
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	
5.2. Serviço militar	
5.3. Atividade política	
5.4. Interesses particulares	1
5.5. Mandato classista	
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	8

Fonte:

5.1.3. Quadro de recursos humanos por faixa etária

QUADRO XX – Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária – Situação em 31/12/2011

Tipologia dos Cargos	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provedimento de cargo efetivo	-----	-----	-----	-----	-----
1.1 Membros de poder e agente político	-----	-----	-----	-----	-----
1.2 Servidores de Carreira	52	210	180	77	25
1.3 Servidores com Contratos Temporários	-----	-----	-----	-----	-----
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	-----	3	2	-----	-----
2 Provedimento de cargo em comissão	-----	-----	-----	-----	-----
2.1 Cargos Natureza Especial	-----	-----	-----	-----	-----
2.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior	-----	1	-----	-----	-----
2.3 Funções gratificadas	3	14	16	4	-----

Fonte: Sistema SIAPE e SRH/DPRF

5.1.4. Quadro de recursos humanos por nível de escolaridade

QUADRO XXI – Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade – Situação em 31/12/2010

Tipologia dos Cargos	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provedimento de cargo efetivo									
1.1 Membros de poder e agente político	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
1.2 Servidores de Carreira	3	1	2	29	301	208	-----	-----	-----
1.3 Servidores com Contratos Temporários	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	-----	-----	-----	-----	-----	5	-----	-----	-----
2 Provedimento de cargo em comissão	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
2.1 Cargos Natureza Especial	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
2.3 Funções gratificadas	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 – Analfabeto; 2 – Alfabetizado sem cursos regulares; 3 – Primeiro grau incompleto; 4 – Primeiro grau; 5 – Segundo grau ou técnico; 6 – Superior; 7 – Aperfeiçoamento/Especialização/Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado.

Fonte: Sistema SIAPE e SRH/DPRF

5.2. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

O quadro de servidores ativos e pensionistas é da ordem de 491 administrados. Onde 320 são servidores aposentados e 171 são beneficiários de pensão civil. No ano de 2010 foram concedidas 12 aposentadorias nas diversas modalidades, consoante Quadro A.5.4.

5.2.1. Servidores Inativos

QUADRO XXII - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2011

Regime de proventos/Regime de aposentadoria	Quantitativo de servidores	Aposentadorias em 2011
1. Integral	315	13
1.1 Voluntária	289	10
1.2 Compulsório	5	1
1.3 Invalidez Permanente	23	2
1.4 Outras	-----	-----
2 Proporcional	16	-----
2.1 Voluntária	4	-----
2.2 Compulsório	4	-----
2.3 Invalidez Permanente	8	-----
2.4 Outras	-----	-----

Fonte: Sistema SIAPE e SRH/DPRF

5.2.2. Instituidores de Pensão

QUADRO A.5.5 – Composição do Quadro de Instituidores de Pensão – Situação em 31/12/2011

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2011
1. Integral	105	1
2 Proporcional	73	10

5.3. Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO XXIV – Composição do Quadro de Estagiário

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior					
1.1. Área fim	-	-	-	-	-
1.2. Área meio	8	9	7	8	R\$ 16.490,62
2. Nível médio					
2.1. Área fim	-	-	-	-	-
2.2. Área meio	64	60	61	58	R\$ 163,122,78
3. Total (1+2)	72	69	68	66	R\$ 179.613,40

Fonte: Sistema SIAPE e SRH/DPRF

Obs.: O valores acima discriminados refletem os investimentos oriundos da Folha de Pagamento sob a rubrica nº 82553, com classificação contábil nº 3.3390.36.07.

5.4. Quadro de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios 2009, 2010 e 2011

QUADRO XXV – Quadro de Custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2009, 2010 e 2011

Tipologias	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis								Valores em R\$ Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios	Demais	Despesas	Decisões	

						Assistenciais e previdenciários	despesas variáveis	de Exercícios Anteriores	Judiciais	
Membros de poder e agentes políticos										
2009										
2010										
2011										
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão										
2009	49.064.646,56	9.646,57	6.346.475,26	1.500.339,11	1.015.426,62	697.601,12	526.321,12	3.220,00	2.077.472,91	61.241.149,27
2010	53.039.070,30	8.975,02	6.947.276,95	1.656.130,69	2.027.542,99	1.047.938,69	571.723,50	255.669,88	770.261,61	66.324.589,63
2011	52.827.090,40	11.809,76	6.744.372,50	1.594.598,07	1.943.635,17	1.586.255,70	291.952,10	4.000,00	283.324,39	93.336.152,70
Servidores com Contratos Temporários										
2009										
2010										
2011										
Servidores Cedidos com ônus										
2009	101.880,26		13.156,34	3.053,27	2.486,28					120.576,15
2010	228.809,32		25.361,07	6.465,61	7.880,00	13.296,45				281.812,45
2011										
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial										
2009										
2010										
2011										
Servidores ocupantes de cargos do Grupo de Direção e Assessoramento Superior										
2009	99.386,06	29.102,76	26.913,05	7.161,61	2.486,28					165.049,76
2010	115.892,30	29.102,76	18.546,15	4.121,36	4.536,00	1.210,00				173.408,57
2011	114.160,78	26.515,84	19.454,05	4.323,12	3.640,00	2.728,00				170.821,79
Servidores ocupantes de Funções gratificadas										
2009	3.572.108,13	135.388,41	501.917,15	116.365,23	69.654,50	13.488,10	36.054,50	120,00	55.736,15	2.826.307,03
2010	4.105.998,21	129.696,68	544.810,16	124.737,08	148.406,81	55.021,25	35.442,84	570,80	11.927,09	55.156.610,92
2011	4.253.508,49	135.155,17	551.867,93	127.804,74	151.714,94	102.289,67	33.339,14	4.000,00	5.158,63	5.232.941,03

* As informações gerenciais sobre Recursos Humanos referem-se ao âmbito da Unidade Pagadora da 10ª SRPRF/BA.

5.5. Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

5.5.1. Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão

A terceirização na 10ª SRPRF desde o início, em cumprimento ao que estabelece o Decreto nº 2.271/1997, art. 1º, em que todos os cargos ora contratados fazem parte de cargos extintos ou em

vias de extinção, para os quais não haverá mais concurso, desta forma essa terceirização não tem suprido as necessidades dos serviços administrativos, tendo em vista que a atividade meio da 10ª ainda tem sido realizada em sua grande maioria por Policiais Rodoviários Federais em virtude de até o presente momento não ter ocorrido concurso para tal fim.

QUADRO XXVI – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada

Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos do órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados	Quantidade no final do exercício			Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	2011	2010	2009		
-----	---	---	---	---	---
-----	---	---	---	---	---
-----	---	---	---	---	---
Análise crítica da situação da terceirização no órgão					
Fonte: SRH/10ª SRPRF/BA					

QUADRO XXVII – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados - Não se aplica à 10ª SRPRF/BA.

Nome do empregado terceirizado substituído	Cargo que ocupava no órgão	Data do D.O.U. de publicação da dispensa
-----	-----	-----
-----	-----	-----
-----	-----	-----
-----	-----	-----
Fonte:		

5.5.2. Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados

Não se aplica à 10ª SRPRF/BA.

5.5.3. Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade

QUADRO XXVIII - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva Unidade Contratante								
Nome: 10ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA Rodoviária Federal								
UG/Gestão: 200114				CNPJ: 00.394.494/0109-56				
Informações sobre os contratos								
Ano do	Área	Natureza	Identificação	Empresa Contratada	Período contratual de execução das	Nível de Escolaridade	Sit.	

contrato			do Contrato	(CNPJ)	atividades contratadas	exigido dos trabalhadores contratados								
						F	M	S						
						Início	Fim	P		C	P	C	P	C
2011	L	O	12/2011	04.999.113/0001-01	25/07/2011	24/07/2012								P
2009	V	O	7/2009	00.855.634/0001-26	08/4/2009	07/04/2012			1	9	1	11		
Observações:														
LEGENDA														
<p>Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.</p> <p>Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.</p> <p>Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.</p> <p>Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p>														

Fonte: SAF/10ª SRPRF/BA

5.5.4. Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão

QUADRO XXIX - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante														
Nome: 10ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL														
UG/Gestão: 20114							CNPJ: 00.394.494/0109-56							
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit	
							F	M	S					
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C		
2008	4	O	12/2008	06.001.810/0001-49	06/03/2008	09/05/2010	-	-	2	2	-	-	E	
2008	5	O	12/2008	06.001.810/0001-49	06/03/2008	09/05/2010	-	-	12	12	-	-	E	

2008	7	O	12/2008	06.001.810/0001-49	06/03/2008	09/05/2010	-	-	-	-	2	2	E
2010	4	O	15/2010	09.576.446/0001-33	10/05/2010	-----	-	-	1	1	-	-	A
2010	5	O	15/2010	09.576.446/0001-33	10/05/2010	-----	-	-	15	15	-	-	A
2010	7	O	15/2010	09.576.446/0001-33	10/05/2010	-----	-	-	-	-	2	2	A
Observações:													
LEGENDA							Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.						
Área:							Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.						
1. Conservação e Limpeza;							Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.						
2. Segurança;							Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.						
3. Vigilância;													
4. Transportes;													
5. Informática;													
6. Copeiragem;													
7. Recepção;													
8. Reprografia;													
9. Telecomunicações;													
10. Manutenção de bens móveis													
11. Manutenção de bens imóveis													
12. Brigadistas													
13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes													
14. Outras													

Fonte: SRH/10ª SRPRF/BA.

5.6. Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

5.6.1. Absenteísmo

Sobre absenteísmo, o índice de afastamentos por licenças médicas constitui um fator de grande preocupação para a Administração, principalmente pela inexistência de Serviço Médico no âmbito da 10ª SRPRF/BA.

No ano em análise foram apresentados 907 atestados médicos. Em 31/12/2011, 18 Servidores Policiais encontravam-se afastados para tratamento da própria saúde. Merece destaque o fato que um percentual acima de 10% dos afastamentos estão relacionados com a rotina diária dos servidores policiais da área fim, que laboram sob regime de escala, com exposição direta ao clima (chuva, sol, temperatura) e alteração no regime de sono.

Em razão da inexistência de Junta Médica própria no âmbito dessa Unidade Pagadora, o acompanhamento dos afastamentos por licenças médicas é bastante dificultoso, sendo operacionalizado pelas visitas da Junta Médica Oficial da Sede do DPRF, por convênio com a Junta Médica local da FUNASA e pela Junta Médica da Polícia Federal.

Na Junta Médica da FUNASA disponibilizam-se, em média, 08 vagas mensais, num total anual de 96 atendimentos. Na Junta Médica da Polícia Federal disponibilizou-se 01 atendimento em todo exercício.

Tendo em vista solucionar as questões relativas às licenças para tratamento de saúde dos servidores no que tange à homologação dos atestados médicos, bem como, a realização de perícias médicas para alta do servidor, encontra-se em vias de conclusão Acordo de Cooperação entre a 10ª SRPRF/BA, a Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda/Ba e outros órgãos federais para instalação do 2º Núcleo do SIASS – Sistema de Atenção à Saúde do Servidor, no Estado.

5.6.2. Acidentes de trabalho e doenças ocupacionais

Não há indicadores.

5.6.3. Movimentação processual

Acerca da movimentação processual insta salientar a autuação, instrução e análise de processos relativos à Provisão, Vacância, Remoção, Substituição, Promoção/Progressão Funcional, Direitos e Vantagens, Licenças, Concessões, Afastamentos, Aposentadoria, Pensão, Plano de Saúde, Porte de Arma, Consignações, Identidade Funcional, Pensões Alimentícias, Reposição ao Erário, dentre outros.

No exercício 2011 foram autuados, instruídos 472 processos relativos a:

ASSUNTO	QT	Licenças	11
Abono Permanência	14	Pensão	22
Aposentadoria	24	Pensão Civil	14
Auxílio Natalidade	39	Plano de Saúde	16
Averbacão de Tempo de	52	Porte de Arma	7
Consignação	7	Progressão	40
Diária	4	Remoção a Pedido	34
Falta	24	Reposição ao	4
Hora Aula	9	Substituição	43
Hora Extra	7	Vacância	7
Horário Especial de	9	Pagamentos	13
Identidade Funcional	6	Outros	59
Isenção de Imposto de	7	TOTAL	472

5.6.4. Rotatividade (turnover)

Sobre a rotatividade (ou turnover), o controle de admissões de pessoal e concessões de aposentadorias é feita diretamente pela Seção de Aposentadorias e Pensões da CGRH/DPRF, em Brasília. Destarte, esta Regional não dispõe de fontes de informação suficientes para balizar convictamente o percentual de rotatividade. Entrementes, conforme dados extraídos do Sistema Siape, desprende-se que o efetivo ativo desta Regional vem sofrendo contínua redução desde 2006 (vide tabela abaixo), especialmente em razão de aposentadorias e vacâncias de servidores por posse em cargo público inacumulável.

Cargo/Ano	2006	2007	2008	2009	2010	2011
PRF	619	595	574	551	537	533
Servidores Administrativos	24	23	22	20	21	16
TOTAL	643	618	596	571	558	549

5.6.5. Educação continuada

Processo permanente e deliberado de aprendizagem, a capacitação é instrumentalizada por ações de qualificação e aperfeiçoamento com o fito de proporcionar o desenvolvimento de competências institucionais através da potencialização das competências individuais.

A administração pública promove a valorização do servidor e a conseqüente oferta de um serviço público qualificado e eficaz, também, mediante ações de Treinamento, Desenvolvimento e Educação(TD&E) - de pessoas – que visam, fundamentalmente, **promover o conhecimento, as habilidades e as atitudes relacionadas às competências institucionais requeridas para o exercício de uma determinada “função”(grifo nosso)**.

A capacitação deve, pois, ser um processo contínuo, já que à medida que a Instituição “evolui”, adequando-se às mudanças ocorridas, são detectadas novas demandas em termos de competências que devem ser supridas com programas de educação corporativa.

A partir do diagnóstico das necessidades de capacitação são apresentados mecanismos e práticas determinantes de suas prioridades que possam contribuir para o estímulo, o desenvolvimento e o alcance das competências requeridas pela Instituição proponente.

Seguindo a mesma “linha” de atuação do exercício de 2010, foram três as dimensões das ações de capacitação regional aplicadas durante o ano de 2011:

- a) A Capacitação para o Desenvolvimento dos Servidores;
- b) O Treinamento Funcional;
- c) As Ações de Qualidade de Vida.

5.6.5.1. A Capacitação Regional

Na busca pelo aperfeiçoamento das competências institucionais requeridas, a Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal na Bahia(10ªSR PRF/BA), com a orientação da Coordenação de Ensino(COEN) associada às coordenação e execução do Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal(NUCAP), somadas às relevantes contribuições de seus colaboradores (monitores, multiplicadores e instrutores) continuou a executar várias ações voltadas ao treinamento, desenvolvimento e educação de seus respectivos servidores e de servidores de outras Instituições ao longo do ano de 2011.

A Coordenação de Ensino (COEN) destinou recursos para o atendimento de demandas específicas de cada regional, mas, diferentemente de anos anteriores, houve uma disponibilização muito reduzida na descentralização dos valores.

A maior parcela da pequena dotação orçamentária anual prevista foi carreada para a continuidade do Programa de Atualização Policial (PAP) - idealizado pela Coordenação de Ensino(COEN) -, com os Cursos: de Uso do Espargidor e o de Manejo do Dispositivo de Condução de Energia(DCE/TASER); todos estes coordenados pelos NUCAPs e executados pelos Instrutores do DPRF/MJ.

Apesar da solidariedade demonstrada pelos gestores ligados ao processo de tomada de decisão e da persistência da equipe integrante desse Núcleo, houve uma concentração de atividades principalmente no treinamento funcional. A realização de Conferências e Seminários ficou bastante comprometida com o reduzido aporte de recursos, além da relativa indisponibilidade de servidores lotados neste NUCAP – seja pelo cumprimento de missões externas ou pelo diminuto número de efetivo.

Algumas ações planejadas não foram implementadas: Curso para Adição de Categoria “D” - no intuito de habilitar policiais para a condução de ambulâncias - e o Curso de Condutor de Veículos de Urgências e Emergências em razão de diversos fatores e, sobretudo, pela contenção de orçamento descentralizados pela COEN às capacitações regionais.

As estratégias adotadas foram implementadas de acordo com as seguintes estratégias:

- a) **A Capacitação para o Desenvolvimento dos Servidores:** Palestras de Educação para o Trânsito ministradas por alguns servidores.
- b) **O Treinamento Funcional:** Cursos Presenciais e Cursos EAD.
- c) **As Ações de Qualidade de Vida:** Grupos de Aprendizagem; Palestra/Clínicas Institucionais; prática dos esportes futebol e tiro.

5.6.5.2. Ensino à Distância (Capacitação à Distância – Treinamento Funcional)

Várias Ações de Ensino à Distância- EaD, foram divulgadas ao longo de 2011, de modo a noticiar aos servidores o acesso gratuito aos inúmeros cursos ofertados, principalmente pelo DPRF – através da DITRAN/COEN –; pela SENASP/MJ – em consonância à Matriz Curricular Nacional.

Sem previsão específica de participação nos cursos supracitados, esse NUCAP propôs aos servidores a atualização dos respectivos currículos no site: siapenet.gov.br e o envio de cópias dos certificados obtidos nos supracitados cursos com vistas à atualização de seus respectivos assentamentos funcionais.

5.6.5.3. Ensino Presencial (AÇÃO: 2524 - Capacitação do Policial Rodoviário Federal)

No ano de 2011, foram coordenadas - isoladamente ou em parceria com outras Instituições -, 17(dezessete) ações de capacitação presencial distintas em todas as unidades culminando com a sensibilização de um público total de **798**(setecentos e noventa e oito) pessoas, entre servidores e convidados. Para todas as ações implementadas ao efetivo, houve a disponibilização de cerca de R\$9.240,39 – **COEN**(com rubrica específica de capacitação).

Vários foram os Instrutores que venceram a maioria dos desafios gerados pela dimensão do próprio Estado da Bahia e pela logística inadequada. Foram alcançadas a maioria das competências institucionais previstas nos Planos de Aulas e Disciplinas.

As áreas onde houve maior concentração de pessoas sensibilizadas foram, respectivamente: Defesa e Segurança (**576**); Comunicação (**32**) ; Direito e Justiça(**28**) e Gestão de Pessoas(**20**) – vide descrição pormenorizada nas tabelas e gráfico abaixo:

Quadro XXX - Relatório de execução do Plano de Capacitação - 2011

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PLANO DE CAPACITAÇÃO- 2011															
NOME DO ÓRGÃO / ENTIDADE (1)		Departamento de Polícia Rodoviária Federal/10ªSRPRF/BA													
ANO DE REFERÊNCIA (2)		2011													
DIRIGENTE DE RH (3)		Fábio Bandeira(SRH) L.Miranda;Saráchaga;Marcus Vinicius(NUCAP-efetivo) Aline,Bruno,Rhamon(NUCAP-estagiários)													
TELEFONE (4)		2101-2212						ENDEREÇO ELETRÔNICO: (nucap.ba@dprf.gov.br)							
QUANTITATIVO DE SERVIDORES															
QUANTITATIVO DE SERVIDORES EM EXERCÍCIO NO ÓRGÃO / ENTIDADE NÃO OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO OU CO531PRF 14ADM															
QUANTITATIVO DE OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO OU CORRESPONDEN 37															
DAS 1:		DAS 2: -		DAS 3: 01		DAS 4:-		DAS 5: -		DAS 6:-		NES:			
ÁREAS (8)	FORMA DE CAPACITAÇÃO (9)	COMPETÊNCIAS DESENVOLVIDAS (10)	DE SERVIDORES SEM CARGO EM COMISSÃO CAPACITADOS	ACITADOS OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO, OU CORRESPONDENTES, CAPACITADOS (13)	QUANTITATIVO DE OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO, OU CORRESPONDENTES, CAPACITADOS (13)							QUANTITATIVO GERAL DE SERVIDORES CAPACITADOS (14)	CARGA HORÁRIA TOTAL DAS AÇÕES (15)	VALOR INVESTIDO (16)	
					DAS 1	DAS 2	DAS 3	DAS 4	DAS 5	DAS 6	NES				
Defesa e Segurança	Curso Presencial	conhecimentos, habilidades e atitudes para o Emprego do Espargidor	116	5								11	132	05h/a	R\$ 6.649,02
Defesa e Segurança	Curso Presencial	conhecimentos, habilidades e atitudes para o Emprego do DCE – Dispositivo de Condução de Energia (TASER)	245	10								14	269	10h/a	
Defesa e Segurança	Curso Presencial	conhecimentos, habilidades e atitudes para o Emprego do Espargidor para a Guarda Municipal de Salvador										150	150	05h/a	R\$ -

ÁREAS (8)	FORMA DE CAPACITAÇÃO (9)	COMPETÊNCIAS DESENVOLVIDAS (10)	DE SERVIDORES SEM CARGO EM COMISSÃO CAPACITADOS	ACITADOS OCUPANTES DE OUTRAS FUNÇÕES	QUANTITATIVO DE OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO, OU CORRESPONDENTES, CAPACITADOS (13)							QUANTITATIVO GERAL DE SERVIDORES CAPACITADOS (14)	CARGA HORÁRIA TOTAL DAS AÇÕES (15)	VALOR INVESTIDO (16)
					DAS 1	DAS 2	DAS 3	DAS 4	DAS 5	DAS 6	NES			
Defesa e Segurança	Curso Presencial	conhecimentos, habilidades e atitudes para o ESPA – Estágio Regional de Segurança e Proteção de Autoridade(Exército Brasileiro)	2									2	80h/a	R\$ -
Saúde	Grupo de Aprendizagem / Rede de Feedback / Comunidade Virtual / Groupware	conhecimentos, habilidades e atitudes para a adoção de Técnicas de Defesa Pessoal	14	10			1					25	01h/a/semana	R\$ -
Saúde	Palestra / Clínica Instituto	conhecimentos, habilidades e atitudes na aplicação de Técnicas de Primeiros Socorros	8	1							21	30	04h/a	R\$ -
Economia, Orçamento e Finanças	Palestra / Clínica Instituto	Conhecimentos, habilidades e atitudes para Investimento em Bolsa de Valores	6	1								7	03h/a	R\$ -
Economia, Orçamento e Finanças	Palestra / Clínica Instituto	Conhecimentos, habilidades e atitudes para o Empreendedorismo	9	1								10	03h/a	R\$ -
Direito e Justiça	Curso Presencial	Conhecimentos, habilidades e atitudes para aplicação do Manual Brasileiro de Fiscalização de Trânsito para Agentes da TRANSALVADOR									62	62	04h/a	R\$ -

ÁREAS (8)	FORMA DE CAPACITAÇÃO (9)	COMPETÊNCIAS DESENVOLVIDAS (10)	DE SERVIDORES SEM CARGO EM COMISSÃO CAPACITADOS	ACIADOS OCUPANTES DE OUTRAS FUNÇÕES	QUANTITATIVO DE OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO, OU CORRESPONDENTES, CAPACITADOS (13)							QUANTITATIVO GERAL DE SERVIDORES CAPACITADOS (14)	CARGA HORÁRIA TOTAL DAS AÇÕES (15)	VALOR INVESTIDO (16)
					DAS 1	DAS 2	DAS 3	DAS 4	DAS 5	DAS 6	NES			
Planejamento	Palestra / Clínica Institucional	Conhecimentos, habilidades e atitudes para internalizar a Missão, Visão e Valores do DPRF	19	6								25	04h/a	R\$ -
Direito e Justiça	Curso Presencial	conhecimentos, habilidades e atitudes para Acompanhamento de Serviços Terceirizados - CGU		1								1	08h/a	R\$ -
Direito e Justiça	Curso Presencial	conhecimentos, habilidades e atitudes para o execução de Compras Sustentáveis - CGU	1									1	08h/a	R\$ -
Direito e Justiça	Curso Presencial	conhecimentos, habilidades e atitudes quando do uso do SIAFI Operacional Básico		1								1	08h/a	R\$ 2.591,37
Direito e Justiça	Curso Presencial	conhecimentos, habilidades e atitudes quando do uso do SIAFI Gerencial Básico		1								1	08h/a	R\$ -
Defesa e Segurança	Curso Presencial	conhecimentos, habilidades e atitudes para o Uso de Técnicas Operacionais para servidores da Receita Federal do Brasil									30	30	40h/a	R\$ -
Direito e Justiça	Curso Presencial	conhecimentos, habilidades e atitudes para Formação de Agentes Multiplicadores de Legislação de Trânsito									52	52	08h/a	R\$ -
Defesa e Segurança	Curso a Distância / Treinamento Virtual / E-Learning	conhecimentos, habilidades e atitudes para a aprendizagem das ementas relacionadas à Matriz Curricular Nacional da SENASP/MJ	0									0	#REF!	
TOTAL (17)			420	37	0	0	1	0	0	0	340	798	1566h/a	R\$ 9.240,39

GRÁFICO VIII – Número de servidores capacitados

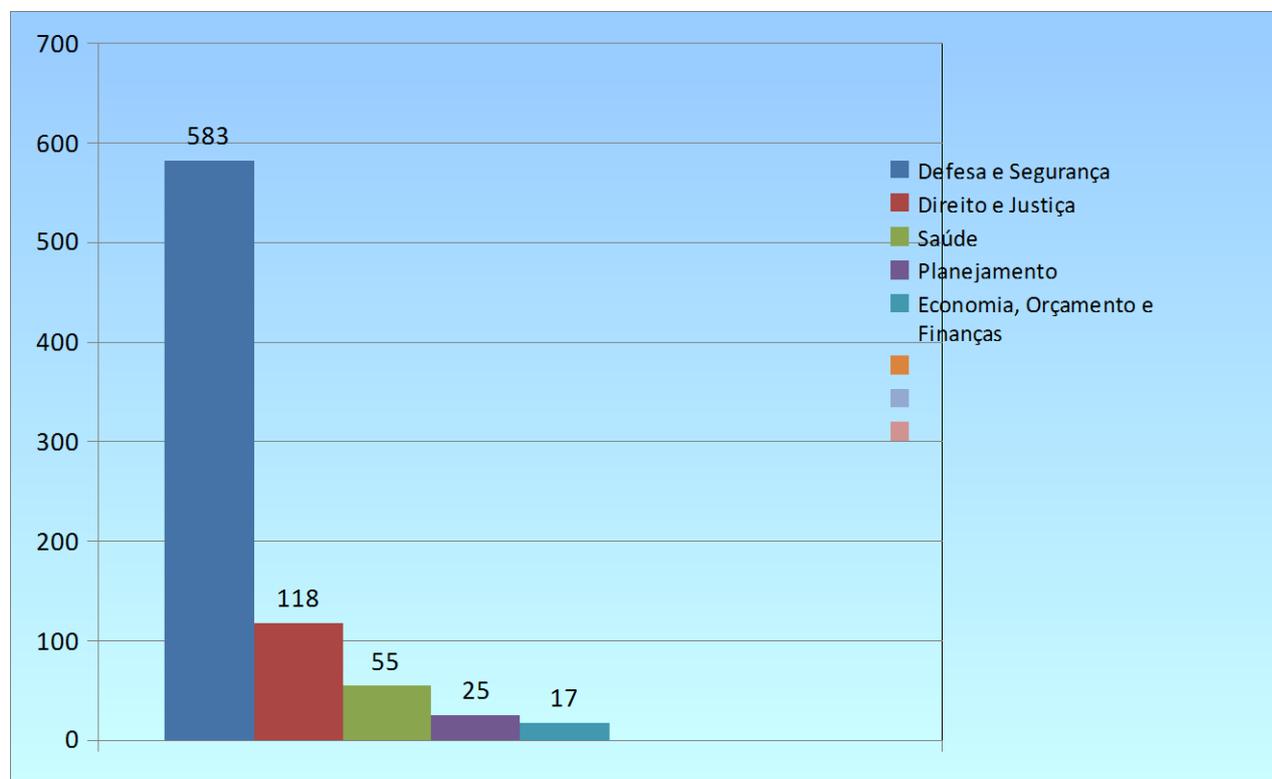


Gráfico ilustrativo: Áreas do Conhecimento X Número de Servidores – ano 2011

5.6.5.4. Capacitação para o público externo

Foram ministrados Cursos para agentes pertencentes a outras Instituições.

Com aportes de recursos oriundos da Receita Federal do Brasil (RFB), foi realizado o I Curso de Técnicas Operacionais para Agentes de Repressão ao Contrabando e Descaminho, tendo seu corpo docente formado, principalmente, por Instrutores do DPRF/MJ e instrutores compostos por Auditores, Técnicos e outros Servidores da RFB.

Utilizando a mesma filosofia de aumento das relações interinstitucionais do DPRF, esse NUCAP atuou em um sistema de parceria, ministrando instrução para outros entes estatais e tendo sido agraciado, também, com a disponibilização de vagas para servidores em Cursos ofertados pelo(a): Exército Brasileiro, DENATRAN, CGU, SENASP/EAD.

5.6.5.5. Educação para o Trânsito (Ação 8692 – Educação de Trânsito para Usuários das Rodovias Federais)

No ano de 2011 foram executadas diversas ações de Educação para o Trânsito:

- Projeto de Integração das Ações de Educação para o Trânsito;

- b) Mês do Trânsito e Semana do Trânsito (setembro de 2011);
- c) Projeto Caravana Siga Bem (DITRAN) – com apoio desta Regional.

O projeto de Integração das Ações de Educação para o Trânsito não foi totalmente executado devido à carência de efetivo nas Delegacias além da pequena disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros.

O projeto Mês do Trânsito foi realizado na Delegacia 10/06 – Seabra, utilizou o próprio efetivo local que contribuiu para executar ações como palestras, jogo de placas, trilha cidadã, distribuição de talão de mini-multas e jogos de trilha.

Na Delegacia 10/08 – Vitória da Conquista, foi realizado o projeto Semana do Trânsito foi realizado, com o efetivo local e a participação do presidente da Comissão Regional de Educação para o Trânsito junto a outro colaborador motociclista; em que foram executadas ações como: o cinema rodoviário, palestras, jogo de placas, stand na Praça nove de novembro, comando educativo - juntamente com o órgão municipal de trânsito (SMT), passeio ciclístico com motociclistas batedores da PRF, trilha cidadã, distribuição de talão de mini-multas e jogos de trilha.

O projeto Caravana Siga Bem, da DITRAN, teve apoio do efetivo das delegacias onde foi realizado: Feira de Santana, Vitória da Conquista e Eunápolis tendo como ações o cinema rodoviário, trilha cidadã, distribuição de talão de mini-multas e carteirinhas de PRF mirim.

Durante o período foram investidos R\$12.218,74 (doze mil, duzentos e dezoito reais e setenta e quatro centavos) em Educação para o Trânsito.

5.6.5.6. Estratégias do NUCAP/BA para 2011

Pretende-se, no exercício 2012, priorizar ações estratégicas para o alcance dos objetivos Institucionais e do aperfeiçoamento das competências individuais:

A Capacitação para o Desenvolvimento dos Servidores: curso de condutor de veículos de urgências e emergências; parceria com a UNEB, UEFS e UFBA para a promoção do ensino de língua estrangeira bem como curso de especialização em gestão de trânsito.

O Treinamento Funcional: cursos de elos de inteligência para integrantes das Bases Operacionais de Inteligência ; curso de aperfeiçoamento em técnicas para fiscalização do uso de álcool e outras drogas no trânsito brasileiro – parceria DPRF/SENAD.- para todo o efetivo policial; curso de técnicas especiais de segurança para agentes de segurança da Justiça Federal – com 15(quinze) vagas disponíveis para PRFs; seminário de diretrizes estratégicas para planejamento operacional – em parceria com a SPF; programa de atualização do NOE e GPTs; curso de informática com ênfase em redes com LINUX – em parceria com o NUTEL e oficinas de operação com radares.

Ações de Qualidade de Vida: Manutenção dos Campeonatos de Tiro e práticas de atividade física tais como futebol.

Há, ainda, a possibilidade de “explorar” convênios com o SAMU, ANTT e Concessionárias

de Rodovias de modo a possibilitar a realização de encontros, workshops, seminários e cursos, além de fomentar parcerias estratégicas com as forças armadas, DETRAN, TRANSALVADOR, PRE, COE/Polícia Civil, BOMBEIROS, SEST/SENAT.

5.6.5.7. Conclusão

A 10ª SRPRF/BA, enquanto órgão descentralizado do Departamento de Polícia Rodoviária Federal/MJ, planejou, executou e controlou, diretamente, ações voltadas à educação, capacitação e desenvolvimento de pessoas no âmbito de sua competência para a sensibilização de **798**(setecentos e noventa e oito) pessoas, entre servidores e convidados.

Para todas as ações implementadas ao efetivo, houve a disponibilização de cerca de R\$9.240,39 – COEN(com rubrica específica de capacitação), o que denota um decréscimo dos investimentos se comparados aos R\$28.108,44(vinte e oito mil cento e oito reais e quarenta e quatro centavos) aplicados em 2010.

Entretanto, fez-se mais com menos, quando se compara o número de pessoas atingidas pelas ações, pois no mesmo ano de 2010 só conseguiu-se “treinar” 681(seiscentas e oitenta e uma pessoas).

O principais “gargalos” relativos à gestão foram, por hora, sanados: gestão de pessoas, lotação de Instrutores no Núcleo, permanentemente; admissão de pessoal especializado (pedagogia, gestão de projetos).

Mas a logística mínima necessária ainda não foi implementada tais como: ambientação (auditório), mantimentos diversos (obréas, alvos,etc.), veículo sedan, reboque, toldos.

Quanto a uma maior autonomia orçamentária, não é possível afirmar qual será a política adotada pela Coordenação de Ensino que tem concentrado esforços para implementar rotinas destinadas ao atendimento de cursos de âmbito nacional.

Há que ser feito destaque quanto à atuação de monitores, multiplicadores, instrutores e tutores ead que, em sua quase totalidade, se dedicaram ao ensino presencial e à distância.

Fato relevante à 10ª SRPRF/BA deve ser destacado no que se refere ao aumento das soluções em Treinamento e Desenvolvimento solicitadas ao NUCAP/BA destinadas a servidores de outras Instituições, quais sejam: Receita Federal do Brasil e Justiça Federal na Bahia. Fato esse que denota uma maior demanda pela expertise de Instrutores e da gestão propriamente dita.

5.6.6. Satisfação e Motivação

Em relação à temática “satisfação e motivação”, esta Regional não possui elementos suficientemente hábeis à formação de dado conclusivo. Quanto ao quesito disciplina cinge-se à atividade correicional, explicitada em área própria do presente relatório.

5.6.7. Desempenho funcional

O desempenho funcional da Carreira PRF é mensurado através da ADI (Avaliação de Desempenho Individual). Os servidores administrativos (Plano Especial de Cargos do DPRF) são submetidos à avaliação anual estabelecida pela Lei 11.784/2008, que estabelecem o valor do ponto da Gratificação GDATPRF, refletindo diretamente na remuneração do servidor.

5.6.8. Níveis salariais

A política salarial do Órgão é estabelecida pela Lei Ordinária 9.654/98 e suas alterações. Em 2006, com o advento da Medida Provisória 305/2006, convertida na Lei 11.358 de 2006, o padrão remuneratório da Carreira de Policial Rodoviário Federal modificou-se do vencimento básico para o Subsídio, em parcela única.

Até o supra aludido ano, havia uma distorção no pagamento da Carreira de PRF, posto que a grande maioria das Classes e Padrões recebia vencimento básico abaixo do salário mínimo (ao qual se somava o até então obrigatório complemento de vencimento básico, que o equiparava ao valor do salário mínimo vigente no país). Em razão disso, as classes D, C e B e seus respectivos padrões, percebiam remuneração quase que equivalentes, já que as gratificações permanentes do cargo se vinculavam ao valor final do vencimento básico.

Com o Subsídio, estabeleceu-se uma escala de remuneração atrelada ao tempo de serviço, havendo uma diferenciação salarial entre cada padrão. A última alteração salarial da Carreira de PRF deu-se com o advento da Lei 11.784/2008.

Até o advento da Lei 11.358/2006, que mudou o requisito de investidura da Carreira PRF, os Policiais Rodoviários Federais percebiam a maior remuneração do Executivo Federal entre os servidores com requisito de ingresso em nível médio. Com a reformulação ocorrida em 2006 e, posteriormente, em 2008, a Carreira PRF passou a figurar no rol de cargos com requisito de ingresso de nível de graduação, percebendo remuneração sensivelmente inferior às demais Polícias custeadas pela União (PF e PC-DF).

5.6.9. Demandas trabalhistas

Não há indicadores.

5.6.10. Disciplina

Nesse ponto, será descrita a gestão correicional da unidade.

Considerando a divisão dos trabalhos correicionais em um núcleo operacional e outro administrativo, a gestão correicional buscou aliar estes dois ramos numa administração central, com a realização de operações correicionais, investigação e acompanhamento com as atividades de inteligência correicional, assim como a administração dos procedimentos disciplinares, e o acompanhamento gerencial dos serviços desenvolvidos pelas Delegacias e pelos servidores da atividade fim.

Desta forma, a Corregedoria Regional desenvolveu suas atividades de forma reiterada e contínua, na tentativa de consolidar os resultados alcançados anteriormente, mas sem deixar de

inovar e propor soluções para as demais áreas da Administração regional. Sobre as atividades passamos a discorrer.

5.6.10.1. Acompanhamento Gerencial de Serviço (AGS)

Durante o ano foi consolidado o programa de Acompanhamento Gerencial de Serviço – AGS nas Delegacias de nossa Regional, com maior comprometimento dos respectivos chefes, totalizando 341 (trezentos e quarenta e um) servidores auditados em 120 (cento e vinte) relatórios emitidos.

Em 2011 coube ainda à Corregedoria Regional orientar e supervisionar as delegacias regionais na execução do programa de Acompanhamento Gerencial de Serviço – AGS. Houve a realização de 36 visitas pela Corregedoria Regional a Postos e Equipes PRF's, com mais 89 servidores auditados. Foram visitadas as 10 (dez) Delegacias da Regional, e nestas visitas a Corregedoria Regional buscou efetivar teleologicamente a IN nº Instrução de Serviço nº 02, de 11 de dezembro de 2007, da lavra do Sr. Corregedor Geral do DPRF.

O AGS busca afastar da seara correccional erros e falhas meramente administrativas que possam ser corrigidas de maneira gerencial, por parte das chefias imediatas. Neste sentido a Corregedoria Regional buscou durante suas visitas acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos, identificou pontos frágeis, relatando ao Sr. Superintendente aquilo que entendeu irregular, e propôs soluções para os casos. Tal trabalho mostra resultado significativo, porém não é factível o acompanhamento constante por parte da Corregedoria Regional, diante da escassez de efetivo, devendo o trabalho ser acompanhado diretamente pelas chefias imediatas.

5.6.10.2. Aproximação das Corregedorias com as Comissões de Ética

Apesar de sua previsão regimental, a Comissão de Ética Regional não possui uma atuação efetiva, e só foi enviado um procedimento para apuração neste âmbito.

5.6.10.3. Execução de atividades pelo NUIAI

O Núcleo de Assuntos Internos (NUIAI/BA) vem desempenhando o trabalho na área de investigação preliminar, tendo contado, no exercício de 2011, com 2 (dois) servidores para execução de suas atribuições. Vale destacar que, no cumprimento de suas atribuições, o Núcleo de Assuntos Internos contou sempre com a colaboração de alguns servidores com curso de capacitação na área de Investigação Correccional e de outros que, apesar de não serem capacitados, tem grande disposição para auxiliar o NUIAI em sua missão.

As investigações preliminares são de vital importância à realização do trabalho correccional, pois busca filtrar as denúncias que não contém substância suficiente para alicerçar a instauração de um procedimento administrativo, ao mesmo tempo em que figura como espécie de inquérito administrativo, onde são colhidas provas indiciárias que mais tarde sustentarão possível acusação ao servidor que tenha cometido infração disciplinar.

Cabe ao NUIAI ainda o trabalho operacional da Corregedoria, através de investigações e operações, sendo realizada 01 operação no ano de 2011, que culminou na prisão em flagrante delito de 01 (um) servidor. Existiam outras 2 (duas) operações que poderiam ser deflagradas no âmbito da 10ª SRPRF/BA, porém devido aos problemas de efetivo, aliado ao fato de que houve diversas mudanças em 2010 nos componentes do NUIAI/BA, foi ocasionada quebra da continuidade do serviço, porém este problema se apresenta solucionado. O NUIAI/BA, em 2010, passava por dificuldades no atendimento dos prazos de cumprimento de ordem de missão, chegando a ter de média o prazo de 94 (noventa e quatro) dias, o que acarretava acúmulo de processos no núcleo.

O que verificamos a partir dos dados é que no ano de 2010 houve um acréscimo no número de Instruções Preliminares, quando muitas ficavam pendentes, permanecendo uma média de 8 a 10 procedimentos nesta situação. Em 2011, percebemos uma diminuição gradual na quantidade de IPs ordenadas pela CR, o que gerou também uma redução no número de procedimentos pendentes, terminando o ano somente com 02 procedimentos pendentes de diligências no NUIAI/BA. O cenário foi possível por tentarmos só encaminhar ao NUIAI/BA os processos que necessitavam de diligências próprias daqueles servidores, e encaminhando outras diretamente às delegacias PRFs para algumas diligências.

5.6.10.4. Movimentação cartorária

No final do ano de 2010 havia 41 (quarenta e um) processos pendentes na CR/BA, terminando o ano de 2011 com 36 (trinta e seis) processos, o que representa o cumprimento da meta estabelecida. Apesar deste item demonstrar a quantidade real de procedimentos, o que não acontecia até 2009, considerando a não autuação de diversas denúncias e representações, ele é entendido como um número absoluto, que não tem referência alguma que demonstre haver relação com outros dados.

Diante disto, destaca-se a quantidade de processos com base no número de servidores lotados na Regional, por serem, via de regra, referências proporcionais. Neste quesito, em 2010, aparece a relação de 0,07 processos por servidor, o que representa uma redução da ordem de 22% (vinte e dois por cento), já que ao final de 2009 havia a relação de 0,09 processos por servidor. Em 2011, foi mantido o percentual de 0,07 processos por servidor, número que entendemos razoável.

Cabe aqui destacar outros números cartoriais: quanto aos processos encerrados, estes perfizeram um total de 109 (cento e nove) em 2011. Quanto a instaurações de PAD, SAD, ou SAI, tivemos um total de 19 (dezenove) procedimentos instaurados, terminando o ano com 08 (oito) procedimentos a serem instaurados, o que deve ter atenção cuidadosa no planejamento para 2012.

Por fim, ressaltamos que foram julgados 04 (quatro) recursos administrativos, todos indeferidos, e 01 (uma) reforma judicial de decisão do Exmo. Sr. Ministro de Estado da justiça que demitira servidor da 10ª SRPRF/BA, acarretando em sua reintegração ao serviço público. Tivemos ainda 01 (um) procedimento enviado ao NUPAT/BA para confecção de Termo Circunstanciado Administrativo (TCA), o que afastou da seara correcional os casos de dano a bens da União.

Quanto à redução de ocorrências geradoras, foram autuados no ano de 2011, 96 (noventa e seis) procedimentos, o que revela um aumento de 1,05% (um vírgula zero cinco por cento), considerando que no ano de 2010 houve 95 (noventa e cinco) procedimentos autuados. Sendo assim, a meta, que era de 15% (quinze por cento) de redução, não fora atingida.

Quanto a este aspecto, cumpre destacar que em janeiro de 2010 fora publicada a Instrução Normativa nº 001/2010, da lavra do Sr. Diretor Geral do DPRF/MJ, que, em seu art. 4º, determina a autuação de toda denúncia com autoria identificada ou representação em desfavor de servidor do DPRF.

Nestes termos, verifica-se que, em relação a 2009, houve mudança de procedimento quanto à autuação de procedimentos administrativos no âmbito desta Corregedoria. No início do ano de 2010 havia cerca de 30 (trinta) procedimentos em andamento junto ao NUIA/BA, sem autuação em caderno processual, o que foi feito naquela oportunidade. Alie-se a isso o fato de que as novas denúncias e representações não poderiam mais correr sem autuação em caderno processual. Diante disso, em 2010 houve aumento considerável no número de autuações de procedimentos no âmbito desta CR/BA.

Já em 2011, não conseguimos perceber diminuição no número de denúncia e/ou representações recebidas, mesmo adotando medidas gerenciais no sentido de evitar demanda de outras áreas, como NURAM e NMP, que administram questões como erros de preenchimento de notificações e boletins de acidente. Quanto aos denunciadores externos, adotamos o procedimento de evitar tomada de declarações a termo, solicitando que o interessado traga suas alegações por escrito, e orientando a respeito das diferenças entre as esferas administrativas relacionadas às vias recursais das multas e boletins de acidente, só sendo colhido depoimento de eventuais denunciadores em casos oportunos ou de maior gravidade.

Por outro lado, percebemos atualmente a necessidade de diminuição das representações internas em relação às denúncias externas, sendo que o ano de 2011 terminou com somente 09 denúncias externas no universo de 36 processos. Nestes termos, e considerando a maior dificuldade em diminuir as denúncias externas, o planejamento para o ano de 2012 deverá focar a diminuição das denúncias internas, já que se trata de universo maior em nossa realidade.

5.6.10.5. Dos Procedimentos Disciplinares

Ocorreu em 2011 a “destituição” das comissões permanentes constituídas para apuração de procedimentos disciplinares. A implantação dessas comissões contribuiu significativamente para as reduções dos números de procedimentos pendentes entre o final do ano de 2008 e os exercícios de 2009 e 2010.

Durante o exercício de 2011 foram instaurados 18 (dezoito) Processos Administrativos Disciplinares e 01 (uma) Sindicância Disciplinar. Quanto às penalidades, foram 01 (uma) advertência, 09 (nove) suspensões e 01 (uma) demissão. Também houve um total de 02 (duas) penalidades de advertência que não puderam ser aplicadas em virtude de prescrição e 06 (seis) absolvições.

Analisando os resultados dos anos 2009-2010-2011, podemos observar que enquanto aumentamos o número de servidores dedicados a apurar processos (7-13-16), diminuimos a eficiência da apuração, pois foram concluídos menos procedimentos (30-22-19), em prazo maior (140-122-168). Acrescente-se que a qualidade dos trabalhos também diminuiu, pois houve aumento na quantidade de processos não concluídos (00-02-03) e de reinstaurações, com conseqüente

reinício dos trabalhos (02-02-03). Por fim, o resultado passivo, ou seja, a demanda de processos a instaurar ao final do ano vem aumentando ao longo do tempo (00-02-08).

Por tudo isso, podemos concluir que a apuração de procedimentos disciplinares por comissões apresenta pior qualidade quando realizado por comissões não permanentes, sendo este fato amplamente difundido entre as Corregedorias Regionais. A dedicação dos servidores às atribuições inerentes à atividade fim, ou aos trabalhos administrativos cotidianos, acabam por tirar dos membros da comissão a capacidade de dedicação eficiente aos trabalhos de instrução, pois constantemente são cobrados resultados por suas chefias, e não encontra o servidor suporte logístico adequado para desempenhar todas as atribuições cotidianas e ainda participar de CPAD, sendo muitas vezes tido como pouco trabalhador, o que na verdade se mostra de maneira invertida. Esta situação acaba por desestimular os servidores a comporem comissões de processos administrativos, pois muitas vezes se veem prejudicados pela atividade.

A própria Corregedoria Geral já se manifesta favoravelmente à designação de comissões permanentes como forma de dar celeridade, qualidade e eficiência aos trabalhos das Corregedorias, tendo Regionais com 02 ou até 03 comissões permanentes designadas. Tal cenário será o almejado no planejamento do ano de 2012.

5.6.10.6. Reestruturação da Corregedoria Regional e do Núcleo de Assuntos Internos

A Corregedoria Regional, durante o exercício de 2011, contou com o efetivo de 05 (cinco) servidores, contabilizados aí os 02 (dois) servidores lotados no Núcleo de Assuntos Internos. De acordo com estudo realizado pela Corregedoria Geral o total ideal de servidores PRF's na CR/10ª SRPRF/BA é de 09 (nove) servidores, sendo 05 (cinco) lotados especificamente no NUIA/BA.

No final do ano de 2010 contávamos com 05 (cinco) servidores, sendo 03 (três) na CR/BA e 02 (dois) no NUIA/BA. Tal déficit de pessoal tem ressonância imediata no cumprimento das metas estabelecidas. Naquele momento, em reunião com o Sr. Superintendente, fora demonstrada a carência de pessoal no NUIA/BA, e como tal deficiência representava dificuldade na execução dos trabalhos daquele núcleo.

5.6.10.7. Capacitação em procedimento administrativo disciplinar

Não foram disponibilizadas vagas para treinamento em PAD no curso da CGU durante o ano de 2011. Não foram apresentados outros cursos pela CG/BSB. Não foi possível o desenvolvimento de curso na área correccional por iniciativa desta CR diante da falta de efetivo e da grande demanda de serviço.

Quanto ao CFI da COEN, o DPRF/MJ optou por escolher e acatar indicações para ocupar as vagas existentes, não sendo nenhum membro desta CR lembrado para tal curso. Prejudicado o objetivo.

Quanto ao Núcleo Operacional, também não foram disponibilizadas vagas para treinamento de servidores no curso de Inteligência Correccional.

5.6.10.8. Conclusão

Além das dificuldades já narradas, percebemos que os pareceres do NAJ/AGU estavam causando uma dilação do lapso temporal entre o relatório das comissões e o julgamento pela autoridade julgadora. Diante dos fatos, decidimos não enviar os processos para análise daquele órgão, exceto casos específicos e necessários.

Houve a continuidade do procedimento de escaneamento dos processos da CR/BA, a partir da chegada do equipamento nesta Seção, o que gerou menos custos com cópias e tempo dos servidores, já que todos os processos são digitalizados e quando solicitadas cópias, estas já estão disponíveis imediatamente aos interessados.

Diante das observações verificadas, concluímos que houve um atingimento satisfatório das metas outrora estabelecidas. Aquelas insuficientes serão alcançadas no ano corrente, através das ações que compõem o Planejamento Correcional 2012.

Contribuiu ainda para esses resultados a consolidação dos programas Corregedoria Participativa e Acompanhamento Gerencial de Serviço, o trabalho da comissão permanente de disciplina e a experiência da equipe que integra os quadros da Corregedoria Regional.

5.7. Análise Crítica sobre a situação dos Recursos Humanos

Inicialmente, há de se salientar que, em referência à Carreira de Policial Rodoviário Federal, criada pela Lei 9.654/98, a exigência para ingresso era de nível médio completo. Os requisitos para investidura foram modificados pela Lei 11.784/2008, que determinou a exigência de conclusão de curso em nível de graduação. Quanto aos cargos do Plano Especial de Cargos do DPRF, a legislação estabelece diferentes níveis de escolaridade para investidura: ensino fundamental para os cargos de nível auxiliar, ensino médio para os cargos de nível técnico e ensino superior para os cargos de nível analista.

Em relação aos cargos da área fim (Policial Rodoviário Federal), destaca-se a prevalência do sexo masculino e da faixa etária entre 31 e 40 anos. A maior parcela dos Policiais Rodoviários Federais ingressaram no ano de 1994 (concurso com maior número de vagas do DPRF), seguido dos servidores ingressantes no ano de 2004.

A 10ª SRPRF/BA é responsável pela segunda maior malha rodoviária do Brasil, sendo cortada por diversas rodovias federais importantes (BRs 101, 116, 324, 242, entre outras) e o atual efetivo disponível, principalmente na área fim, está aquém da demanda atribuída ao Órgão em nível estadual. Há anos não ocorre concurso para provimento de cargos na área meio (Plano Especial de Cargos do DPRF), o que faz com que diversos policiais sejam destinados a cobrir as lacunas da área meio.

Devido a essa defasagem numérica, há premente necessidade de ampliação do quadro de servidores administrativos e policiais da Regional, em especial destes últimos. A Lei 11.784/2008 aumentou a quantidade de vagas de cargos de PRF (de aproximadamente 10.000, para aproximadamente 13.000 cargos), mas o provimento dessas vagas ainda não foi totalmente autorizado pelo Ministério do Planejamento (em 2009 houve autorização de provimento de 750

vagas para o Brasil, a partir de abril de 2010). Foi realizado concurso em 2009 e provavelmente no segundo semestre de 2012 recebamos mais de 40 PRFs para a nossa Regional.

6. INFORMAÇÃO SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, CONTRATO DE REPASSE, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO, TERMO DE COMPROMISSO OU OUTROS ACORDOS, AJUSTES OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES, VIGENTES NO EXERCÍCIO 2011

Os itens relacionados abaixo não se aplicam à 10ª SRPRF/BA.

Justificativa: A 10ª SRPRF/BA não possui nenhum convênio de repasse de recursos para órgãos estaduais e municipais, para que estes executem ação governamental sob sua responsabilidade

6.1. Transferências efetuadas no exercício

6.1.1. Relação dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de 2011

6.1.2. Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

6.1.3. Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2012 e seguintes

6.2. Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios, termos de cooperação e contratos de repasse

6.2.1. Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse.

6.3. Análise crítica sobre a situação da gestão das transferências vigentes no exercício e seus efeitos no médio e longo prazo

7. DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL ATESTANDO QUE AS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS E CONVÊNIOS ESTÃO DISPONÍVEIS E ATUALIZADAS, RESPECTIVAMENTE, NO SIASG E NO SICONV.**QUADRO XXXI – Modelo de declaração de inserção de dados no SIASG e SICONV****DECLARAÇÃO**

Eu, **ADIRLEI HIROSHI KABUTOMORI**, CPF nº074.596.878-39, **Chefe**, exercido na **Seção Administrativa e Financeira da 10ª SRPRF-BA** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Salvador, 30 de março de 2012.

ADIRLEI HIROSHI KABUTOMORI

CPF: 074.596.878-39

Chefe/SAF – 10ª SRPRF-BA

8. INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1993, RELACIONADAS À ENTREGA E AO TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS.

Não se aplica à 10ª SRPRF/BA.

9. FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

9.1. Estrutura de controles internos da UJ

QUADRO XXXII – Estrutura de controles internos da UJ					
Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					X
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					X
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da	X				

unidade.					
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Considerações gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado					

no contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

10. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**10.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis**

QUADRO XXXIII – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis					
Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? <i>Utilização de papel reciclável</i>		X			
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		X			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).		X			
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? R. Não foi possível avaliar o impacto causado, já que o quantitativo adquirido, no caso, ar condicionado split com selo procel A ou o melhor em cada categoria, foram recentemente instalados.				X	
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					X
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?			X		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do	X				

consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X	
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	X				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	X				
Considerações Gerais:					
<u>LEGENDA</u>					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

11. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO**11.1. Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial**

11.1.1. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de propriedade da União

QUADRO XXXIV - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União			
LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	BAHIA	25	25
	Salvador	1	2
	Simões Filho	1	1
	Alagoinhas	1	1
	Feira de Santana	3	3
	Jequié	1	1
	Milagres	1	1
	Capim Grosso	1	1
	Itabuna	1	1
	Camacã	1	1
	Gandu	1	1
	Ibotirama	1	1
	Itaberaba	1	1
	Seabra	1	1
	Paulo Afonso	1	1
	Ribeira do Pombal	1	1
	Vitória da Conquista	1	1
	Divisa	1	1
	Eunápolis	1	1
	Itamaraju	1	1
	Teixeira de Freitas	1	1
	Barreiras	1	1
Total (Brasil)		25	25

Fonte: SPIUNET

11.1.2. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial locados de terceiros

Não há imóveis locados pela UJ.

11.1.3. Discriminação dos bens imóveis de propriedade da União sob a responsabilidade da UJ

QUADRO XXXV - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
200114	3083.00002.500-2	Cessão	Regular	40315,04	08/11/2001	40315,04	0,00	0,00
200114	3117.00016.500-7	Cessão	Regular	287800	29/11/2001	287800	0,00	0,00
200114	3313.00009.500-9	Cessão	Regular	53332,46	08/11/2001	53332,46	0	0,00
200114	3363.00019.500-0	Cessão	Regular	71400,5	08/11/2001	71400,5	0	0,00
200114	3411.00006.500-2	Cessão	Regular	29500	08/11/2001	29500	0	0,00
200114	3507.00068.500-9	Cessão	Regular	35394,2	08/11/2001	35394,2	0	0,00
200114	3315.00091.500-5	Cessão	Regular	45806,95	08/11/2001	45806,95	0	0,00
200114	3515.00093.500-6	Cessão	Regular	50154,85	08/11/2001	50154,85	44600,66	0,00
200114	3515.00158.500-9	Cessão	Regular	102054,28	08/11/2001	102054,28	0	0,00
200114	3523.00045.500-5	Cessão	Regular	40883,25	08/11/2001	40883,25	0	0,00
200114	3565.00002.500-6	Cessão	Regular	22598,59	08/11/2001	22598,59	0	0,00
200114	3595.00018.500-5	Cessão	Regular	34355,21	08/11/2001	34355,21	0	0,00
200114	3597.00026.500-5	Cessão	Regular	62682,79	08/11/2001	62682,79	0	0,00
200114	3597.00027.500-0	Entrega – Adm. Federal Direta	Muito Ruim	43557,54	08/11/2001	43557,54	0	0,00
200114	3613.00008.500-2	Cessão	Regular	44422,68	08/11/2001	44422,68	0	0,00
200114	3661.00094.500-1	Cessão	Regular	51562,65	08/11/2001	51562,65	0	0,00
200114	3727.00029.500-3	Cessão	Regular	39900	08/11/2001	39900	0	0,00
200114	3781.00083.500-2	Cessão	Regular	51532,82	08/11/2001	51532,82	0	0,00
200114	3833.00005.500-3	Cessão	Regular	40081,08	08/11/2001	40081,08	0	0,00
200114	3849.00471.500-4	Cessão	Bom	577136,13	18/10/2000	577136,13	0	0,00
200114	3873.00004.500-7	Entrega – Adm. Federal Direta	Muito Ruim	68710,43	08/11/2001	68710,43	0	0,00
200114	3897.00002.500-3	Cessão	Regular	40081,08	08/11/2001	40081,08	0	0,00
200114	3901.00016.500-1	Cessão	Regular	61429	08/11/2001	61429	0	0,00
200114	3913.00041.500-1	Cessão	Regular	168375,61	08/11/2001	168375,61	0	0,00

200114	3965.00039.500-3	Cessão	Regular	74436,29	08/11/2001	74436,29	0	0,00
200114	3993.00010.500-0	Cessão	Regular	51351,28	08/11/2001	51351,28	0	0,00
200114	Posto Santo Antônio de Jesus Sem RIP	Em regularização – Cessão	Regular	Não Avaliado	Não Avaliado	Não Avaliado	219267,08	0,00
Total							263867,74	0,00

Fonte: Spiunet

12. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

12.1. Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

QUADRO XXXVI – Gestão da Tecnologia da Informação da unidade jurisdicionada					
Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento da área		X			
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.				X	
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.				X	
Perfil dos Recursos Humanos envolvidos					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	6				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.	X				
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.				X	
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.		X			
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.		X			
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.	X				
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.				X	
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	70%				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.				X	
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de			X		

contratos de bens e serviços de TI.					
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?		X			
Considerações Gerais:					
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.</p>					

13. INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

13.1. Despesas Com Cartão de Crédito Corporativo

QUADRO XXXVII – Despesa com Cartão de Crédito Corporativo e por Portador

Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1	200114	Limite de Utilização da UG			36.000,00
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		
			Saque	Fatura	
Ricardo dos Santos Souza	97358177568	6.000,00	---	5.791,57	
Sílvio de Oliveira Dias	50975757504	2.000,00	---	0,00	
Amando Borges Júnior	35992425500	2.000,00	---	0,00	
Clériston Rodrigues Alves	63819155520	2.000,00	---	1.955,00	
Sinval Carvalho Sousa	46421661572	2.000,00	---	1.938,86	
Leandro do Espírito S Carneiro	79402461515	2.000,00	---	0,00	
Antonio Feitoza Filho	13472437553	2.000,00	---	0,00	
Jorge Lima Chagas	33593264587	2.000,00	---	0,00	
Marcelo Santana Santos	52927954534	2.000,00	---	1.608,22	
Vanderlúcio Alves dos Santos	74984950587	2.000,00	---	2.000,00	
Junaldo Gonçalves Correia	09459081568	2.000,00	---	1.960,43	
Sílvio de Oliveira Dias	50975757504	2.000,00	---	0,00	
Leandro do Espírito S Carneiro	79402461515	2.000,00	---	2.000,00	
Antonio Feitoza Filho	13472437553	2.000,00	---	2.000,00	
Jorge Lima Chagas	33593264587	2.000,00	---	0,00	
Amando Borges Júnior	35992425500	2.000,00	---	0,00	
Ricardo dos Santos Souza	97358177568	6.000,00	---	3.781,49	
Total utilizado pela UG				23.035,57	
Código da UG 2:		Limite de Utilização da UG:			
Total utilizado pela UG					

Total utilizado pela UJ			
	Fonte: 0174020197		

13.2.Utilização dos cartões de crédito corporativo da unidade

QUADRO XXXVIII – Despesa com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Valores em R\$ 1,00

Exercícios	Saque		Fatura	
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor
2011	---	---	17	23.035,57
2010	---	---	11	24.853,93
2009	---	---	13	11.522,64
Fonte: 0174020197				

14. RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS

Não se aplica à Natureza jurídica da UJ

15. INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

15.1. Deliberações do TCU atendidas no exercício

Não existiram deliberações do TCU a serem atendidas no exercício.

15.2. Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

Não existiram deliberações do TCU a serem atendidas no exercício.

15.3. Recomendações do OCI atendidas no exercício

Não existiram deliberações do OCI a serem atendidas no exercício.

15.4. Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

Não existiram deliberações do OCI a serem atendidas no exercício.

16. INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

QUADRO XXXIX – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	201109074
Data do Relatório de Auditoria	21 de julho de 2011
Item do Relatório de Auditoria	001
Comunicação Expedida/Data	21 de julho de 2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	200114 - 10ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – BA
Descrição da Recomendação	<i>Constatação: Inobservância dos princípios da razoabilidade e economicidade na definição de objeto adquirido, veículo Ford Fusion.</i> <i>Recomendação: Recomendamos à Unidade que seja mais criteriosa na fixação dos parâmetros que conduzirão à escolha dos veículos institucionais .</i>
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	200114 - 10ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – BA
Síntese das providências adotadas	A 10ª SRPRF-BA busca em todas as suas aquisições utilizar critérios técnicos, padronizados pelo DPRF/MJ, objetivando eficácia em seus resultados e economicidade ao Erário. Por ter sido proveniente de uma adesão nacional, deferida e recomendada pelo DPRF/MJ, coube a esta Regional apenas executar a referida compra . A recomendação desta constatação será acatada e informada através de memorando à Seção Administrativa e Financeira, responsável por compras e licitações, no intuito de se planejar e avaliar com maior profundidade e razoabilidade tudo que futuramente venha a ser adquirido. Atendimento: 09/09/2011
Síntese dos resultados obtidos	Foi definido com a área envolvida (SAF – Seção Administrativa Financeira) a serem elencados dos itens mais importantes e fundamentais para as futuras aquisições.
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

QUADRO XL – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	201109074
Data do Relatório de Auditoria	21 de julho de 2011
Item do Relatório de Auditoria	002
Comunicação Expedida/Data	21 de julho de 2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	200114 - 10ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – BA
Descrição da Recomendação	<i>Constatação: Falta de identificação do veículo para o qual foram destinados</i>

	<i>materiais e prestados serviços de conserto, revisão e manutenção.</i> <i>Recomendação: Recomendamos à Unidade que instrua os prestadores de serviços de conserto, revisão e manutenção de veículos no sentido de informar em cada nota fiscal emitida a identificação do veículo que foi objeto do serviço realizado.</i>
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
200114 - 10ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – BA	
Síntese das providências adotadas	
Recomendação acatada e divulgada através de reunião com membros do NUSEG – Núcleo de Serviço Gerais, responsável pela frota, onde ficou definido a pronta inserção de identificação do veículo nas notas fiscais recebidas. Atendimento: 01/05/2011	
Síntese dos resultados obtidos	
As notas fiscais estão sendo processadas apenas com identificação veicular(placa do veículo). Acreditamos estar sob controle e solucionado este quesito.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

QUADRO XLI – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	201109074
Data do Relatório de Auditoria	21 de julho de 2011
Item do Relatório de Auditoria	003
Comunicação Expedida/Data	21 de julho de 2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	200114 - 10ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – BA
Descrição da Recomendação	<i>Constatação: Falta de efetividade na conclusão de Processo Administrativo Disciplinar.</i> <i>Recomendação: Recomendamos à Unidade que faça o acompanhamento efetivo dos processos administrativos disciplinares.</i>
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
200114 - 10ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – BA	
Síntese das providências adotadas	
Conforme descrição constante na constatação (003), no item 5.1.2.1, verificou-se falta de efetividade na aplicação da penalidade decorrente do processo Administrativo Disciplinar nº 08.655.002.180/2009-18. Em resumo, ficou constatada a ausência, nos autos, da confirmação do período de cumprimento de suspensão do servidor apenado, bem como o devido registro nos assentamentos funcionais. Apesar do envio dos autos pela Corregedoria Regional para a Seção de Recursos Humanos, objetivando a aplicação efetiva da pena ao servidor, houve morosidade na execução do lançamento da suspensão, sem a devida justificativa explicitada nos autos. Em que pese o lapso temporal demasiado entre a publicação da portaria de suspensão e o efetivo cumprimento da mesma houve, no caso concreto, a regularização com o devido desconto em folha, conforme manifestação constante no Ofício nº 0783/2011/GAB/10ª SRPRF/BA. Atendimento: 09/09/2011	
Síntese dos resultados obtidos	

<p>A recomendação desta constatação foi informada através de memorando à Seção de Recursos Humanos para que o acompanhamento dos processos correicionais que gerarem aplicação de penalidade seja feito de forma a não comprometer a sua efetividade. Para tanto, a SRH deverá atender aos prazos estipulados, a partir de agora, nos despachos provenientes da Corregedoria Regional, motivando, sempre que necessário, qualquer dificuldade no cumprimento a termo.</p> <p>Desta forma a Corregedoria Regional também foi informada, através de memorando, da necessidade do acompanhamento dos processos disciplinares até o seu término, bem como da adoção do procedimento acima descrito (estipular prazo razoável para cumprimento da diligência pela Seção de Recursos Humanos).</p>
<p>Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</p>

QUADRO XLII – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	201109074
Data do Relatório de Auditoria	21 de julho de 2011
Item do Relatório de Auditoria	004
Comunicação Expedida/Data	21 de julho de 2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	200114 - 10ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – BA
Descrição da Recomendação	<p><i>Constatação: 04 Contratos no valor total de R\$ 202.167,00 não registrados no sistema SIASG. Durante os trabalhos de auditoria, verificou-se que a unidade deixou de registrar no SIASG os contratos de n°s 25, 27, 28 e 44, vigentes no exercício de 2010, em dissonância ao que determina o parágrafo 3º do art. 19 da Lei 11º 12.309/2010.</i></p> <p><i>Recomendação: Recomendamos à Unidade que doravante efetue o registro tempestivo no SIASG dos contratos firmados no exercício em vigência, em atendimento ao que determina o parágrafo 3º do art. 19 da Lei nº 12.309/2010.</i></p>
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	200114 - 10ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – BA
Síntese das providências adotadas	
Foi solicitado a SAF – Seção Administrativa e Financeira maior empenho e atenção para a devida publicação dos contratos firmados. Será analisado trimestralmente as inserções de contratos do período. Atendimento: 01/08/2011	
Síntese dos resultados obtidos	
Contratos publicados sem atrasos. Procedimento sendo seguido a rigor.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

QUADRO XLIII – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	201109074
Data do Relatório de Auditoria	21 de julho de 2011
Item do Relatório de Auditoria	005

Comunicação Expedida/Data	21 de julho de 2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	200114 - 10ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – BA
Descrição da Recomendação	<p><i>Constatação:</i> Aposentadoria por invalidez de servidor com proventos integrais quando deveria ser com proventos proporcionais. Verificou-se que o servidor José Juarez Tenório (matrícula 0163692) consta nos registros do SIAPE como aposentado com proventos proporcionais, embora tenha continuado a perceber proventos integrais. Conforme Despacho nº 100/CGRH/DPRF, emitido em 05/06/2006, que consta nos autos do processo de 'concessão de aposentadoria nº 08.655.001.356/06-71, o servidor fora aposentado por invalidez com proventos proporcionais ao tempo de contribuição. Todavia, ao se efetuar consulta à financeira (folhas de pagamento) do referido servidor no SIAPE observou-se que à época da sua aposentadoria, ocorrida em 06/06/2006, foram concedidos proventos integrais. Essa constatação advém do fato de que nessa época o servidor aposentou-se no cargo de Policial Rodoviário Federal Classe A, -Padrão I, código 910001, conforme Portaria nº 850, de 05/06/2006, expedida pelo Depto. de Recursos Humanos do DPRF/MI (folha 106 do processo), com provento básico de R\$ 5.967,26. Ocorre que na tabela de remuneração vigente à época (SRH/MP - Tabela de Remuneração' dos Servidores Públicos Federais do mês de junho/2006) o provento básico desse cargo na carreira de policial rodoviário federal era de R\$ 5.824,67, o que comprova, portanto, que a aposentadoria do servidor ocorrera de fato com proventos integrais.</p> <p>Ainda em decorrência da consulta à ficha financeira do servidor constatou-se que durante mais de cinco anos, no período compreendido entre junho/2006 a novembro/2010, os proventos básicos do servidor, excetuando-se os pagamentos de 13º salário, permaneceram praticamente inalterados no valor mensal de R\$ 5.967,26. Os únicos pagamentos divergentes foram: R\$ 5.095,66 (dezembro/2010), 5.422,29 (janeiro e fevereiro/2011) e R\$ 6.260,91 (março/2011).</p> <p>Na folha 210 do processo, a Coordenação Geral de Recursos Humanos do DPRF informa., por meio do Despacho 11º 87/2011-SEAP/DIREC, de 21/03/2011, que já foram realizadas as correções necessárias no SIAPE referentes ao cadastro de aposentadoria do servidor. No entanto, nos autos do processo não há qualquer informação do setor de recursos humanos acerca do porquê do recebimento integral tampouco a adoção de possíveis providências para correção dos valores.</p> <p>Diante do exposto, a Unidade deverá. buscar junto à Coordenação-Geral de Recursos Humanos do DPRF esclarecimentos quanto à necessidade ou não de correção do cálculo dos proventos de aposentadoria do servidor, fazendo constar no processo essa informação, haja vista a possibilidade de ressarcimento ao erário ou até mesmo ao servidor, na hipótese de valores pagos indevidamente.</p> <p><i>Recomendação:</i> Recomendamos que a Unidade, por meio de seu setor de pessoal, providencie a regularização dos proventos de aposentadoria recebidos pelo servidor, ressarcindo ao erário no caso de valores pagos indevidamente, ou ao próprio servidor em caso de saldo a receber.</p>
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	200114 - 10ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – BA
Síntese das providências adotadas	
<p>Em resposta ao requisitado por esta SAF/10ª SRPRF-BA, quanto a forma de aposentadoria do servidor José Juarez Tenório (matrícula 0163692), cumpre-nos informar que:</p> <p>Esta Seção de Recursos Humanos examinou minuciosamente o caso, e chegou à conclusão que houve irregularidades quanto aos proventos de aposentadoria recebidos pelo servidor indevidamente, por inconsistências no cadastro do SIAPE.</p> <p>Perante tal constatação, esta Seção autuou processo de ressarcimento ao erário (nº08655002735/2011-46), tomando todas as providencias para apurar os valores devidos aos cofres públicos pelo servidor.</p>	

Síntese dos resultados obtidos
Desta forma, esta Seção cientificou o servidor José Juarez Tenório acerca das pendências encontradas na sua aposentadoria, informando a necessidade de repor ao erário no valor de R\$ 35.067,89 (trinta e cinco mil e sessenta e sete reais e oitenta e nove centavos). Após a ciência do servidor, o NUAP procedeu os descontos na folha de pagamento do servidor para fins de reposição ao erário.
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

QUADRO XLV – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	201109074
Data do Relatório de Auditoria	21 de julho de 2011
Item do Relatório de Auditoria	006
Comunicação Expedida/Data	21 de julho de 2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	200114 - 10ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – BA
Descrição da Recomendação	<i>Constatação: Ausência de área específica (comitê gestor) responsável pela implementação da política de segurança da informação na Unidade.</i> <i>Recomendação: Recomendamos que a Unidade estabeleça formalmente uma política interna de segurança da informação, na forma de procedimentos que assegurem a disseminação de boas práticas, a exemplo do tratamento de dados sigilosos, atribuição de níveis de acesso a bancos de dados e sistemas informatizados (controles de senhas), etc.</i>
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	200114 - 10ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – BA
Síntese das providências adotadas	Após a constatação assinalada, elaboramos a publicação da Portaria nº122 de 15 de abril de 2011, instituindo o Comitê de Segurança da Informação no âmbito da 10ª Superintendência Regional. Atualmente existem diversas limitações para o pleno desenvolvimento das atividades em nossa regional, pois já está implantado o CGSI – Comitê Gestor de Segurança da Informação que está tratando do tema de forma homogênea em todas as Regionais. Desta forma, aguardamos as deliberações e orientações do Comitê Nacional, para continuidade das atividades inerentes a Segurança da Informação. Atendimento: 18/04/2011.
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

QUADRO XLV – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna
--

Identificação do Relatório de Auditoria	201109074
Data do Relatório de Auditoria	21 de julho de 2011
Item do Relatório de Auditoria	037
Comunicação Expedida/Data	21 de julho de 2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	200114 - 10ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – BA
Descrição da Recomendação	<p><i>Constatação: Os 27 imóveis de propriedade da União que estão sob jurisdição da 10ª SPRF/BA encontram-se com avaliação vencida no SPIUnet desde 08/11/2003, conforme consulta à base de dados do sistema, sem que tivessem sido tomadas providências para sua atualização. Conforme informações apresentadas no Relatório de Gestão da Unidade (Quadro A. 1 1.3), a última avaliação desses imóveis foi realizada em 18/01/2001. De acordo com a Orientação Normativa GEADE-004/2003 da Secretaria de Patrimônio da União/MPOG, os imóveis cadastrados sob-responsabilidade de determinado Órgão ou Unidade devem ser reavaliados a cada 2 anos para contábeis e para que os valores apurados estejam em consonância com o mercado imobiliário.</i></p> <p><i>Recomendação: Recomendamos que a Unidade proceda à reavaliação do patrimônio imobiliário sob sua responsabilidade, em atendimento à Orientação Normativa GEADE-004/2003 da Secretaria de Patrimônio da União/MPOG, e registre os valores atualizados no SPIUnet, a fim de que reflitam a real situação contábil e estejam em sintonia com o mercado imobiliário local.</i></p>
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	200114 - 10ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – BA
Síntese das providências adotadas	
A 10ª SRPRF-BA estará formando uma comissão para avaliar e atualizar os dados de todos os imóveis sob sua responsabilidade. Atendimento: 30/09/2011.	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

QUADRO XLVI – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	201109074
Data do Relatório de Auditoria	21 de julho de 2011
Item do Relatório de Auditoria	049
Comunicação Expedida/Data	21 de julho de 2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	200114 - 10ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – BA
Descrição da Recomendação	<i>Constatação: Divergências no quantitativo de imóveis informado pela Unidade. Constatarem-se divergências no quantitativo de imóveis declarado pela Unidade, uma vez que numa tabela do relatório de gestão esta informou possuir 25 imóveis no exercício de 2010, enquanto em outra tabela do mesmo relatório, extraída do</i>

	<p><i>sistema SPIUnet, encontram-se cadastrados 27 imóveis. Com relação aos gastos com manutenção desses imóveis, a Unidade informou as despesas totais somente de 02 imóveis, nada mencionando acerca dos 25 restantes.</i></p> <p><i>Recomendação: Recomenda-se à Unidade que efetue um levantamento das despesas com manutenção, efetuadas ao longo do exercício de 2011, dos imóveis sob sua responsabilidade.</i></p>
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
200114 - 10ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – BA	
Síntese das providências adotadas	
Será solicitado relatório atualizado ao Gestor de Infraestrutura da 10ª SRPRF-BA. O mesmo deverá fazer pleno acompanhamento para que ao final do exercício tenha em mãos as informações necessárias. Atendimento: 01/10/2011.	
Síntese dos resultados obtidos	
Devido a falta de servidor para a área, ainda não implementada a recomendação. Com a nomeação do Gestor de Infraestrutura através da Portaria nº 59 de 19 de março de 2012, poderemos este ano sanar esta deficiência.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO**1. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL**

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA EXECUTIVA
DIRETORIA DE PROGRAMA
COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ):		Código da UG:	
10ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/BA		200114	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI, dentre as quais, as seguintes:</p> <p>a) Falta/Evolução Incompatível Depreciação Ativo Imobilizado;</p> <p>b) Falta de Reavaliação /Redução de Ativos Permanentes, em desacordo com a Macrofunção Siafi 02.03.30 – Reavaliações, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Direta da União, Autarquias e Fundações.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal; • O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e • A análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	17 de fevereiro de 2012
Contador Responsável	José Carlos Gomes	CRC n°	DF 9.261/O-7

José Carlos Gomes
CCONTIDPROG/SEM/J
Coordenador